

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Thays Lima e Silva

**A FRAGMENTAÇÃO IDENTITÁRIA DA NARRADORA (IN) SALVÁVEL, DE
RELATO DE UM CERTO ORIENTE, DE MILTON HATOUM**

Recife
2017

THAYS LIMA E SILVA

**A FRAGMENTAÇÃO IDENTITÁRIA DA NARRADORA (IN) SALVÁVEL, DE
RELATO DE UM CERTO ORIENTE, DE MILTON HATOUM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Teoria da Literatura.
Orientador: Prof. Dr. Alfredo Adolfo Cordiviola

Recife
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S586f Silva, Thays Lima e
A fragmentação identitária da narradora (in) salvável de Relato de um certo Oriente, de Milton Hatoum / Thays Lima e Silva. – Recife, 2017.
120 f.

Orientador: Alfredo Adolfo Cordiviola.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2018.

Inclui referências.

1. Fragmentação identitária. 2. Milton Hatoum. 3. Literatura contemporânea. 4. Relato de um certo oriente. I. Cordiviola, Alfredo Adolfo (Orientador). II. Título.

809 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2018-102)

THAYS LIMA E SILVA

**A FRAGMENTAÇÃO IDENTITÁRIA DA NARRADORA (IN) SALVÁVEL, DE
RELATO DE UM CERTO ORIENTE, DE MILTON HATOUM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Teoria da Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Adolfo Cordiviola

APROVADA EM: 31/08/2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Adolfo Alfredo Cordiviola
Orientador - Letras - UFPE

Prof. Dr. Ricardo Postal
Letras - UFPE

Prof^ª. Dr^ª. Renata Pimentel Teixeira
Letras - UFRPE

À família e aos amigos:

vozes de força e de motivação durante o percurso.

AGRADECIMENTOS

A minha família e aos meus amigos, pela força e pelo apoio.

Ao professor Ricardo Postal, ao orientador Alfredo Cordiviola e à professora Renata Pimentel, pelas leituras compromissadas e dedicadas.

Agradeço também à CAPES, pelo apoio financeiro. Sem este, a escrita deste material não teria sido possível.

RESUMO

A fragmentação identitária do sujeito recebe papel de destaque na contemporaneidade. São diversas as áreas que se dedicam ao seu estudo, bem como diversos são os modos de pensar suas causas. Por ser a identidade uma questão que diz respeito à constituição dos indivíduos, o texto literário se apresenta como um espaço exemplar para a reflexão dessa categoria de análise, uma vez que os fatos que compõem o enredo são vivenciados por personagens, e estes são figuras que assumem características humanas. É o que se observa em *Relato de um certo Oriente*, obra do escritor Milton Hatoum. No romance, plasma-se a experiência ficcional de uma personagem que, após se reconhecer fraturada identitariamente, se lança em uma profunda busca de si, deslocando-se tanto pelo espaço físico quanto pelo espaço da memória. Ao empreender tais viagens, acompanhamos uma reflexão sobre seu estado, na qual se patenteiam as causas em potencial da situação vivida. Observamos também que essa reflexão se estabelece a partir do contraste com outra personagem que lhe serve como espelhamento para o reconhecimento da sua perda da imagem de si: a matriarca da família. Esta conseguiu durante toda a vida manter uma identidade estável, sendo capaz de apresentá-la aos outros. Por isso, analisaremos a fragmentação da narradora de forma ampla; contrastivamente com Emilie, quem foi capaz de permanecer coesa ao longo do tempo através do pertencimento e da dedicação à família, da relação amistosa com amigos, da fé religiosa e do cultivo de hábitos e de costumes trazidos consigo de sua terra natal.

Palavras-Chave: Fragmentação identitária. Milton Hatoum. Literatura contemporânea. *Relato de um certo Oriente*.

ABSTRACT

Identity fragmentation of the subject takes a standout role in contemporary times. There are various areas of study dedicated to its investigation, as well as various paths to pondering its causes. Because identities pertain to the constitution of individuals, literary texts present themselves as an exemplary space for reflection on this analytical category, where characters live out the facts that make up the plot, and these same characters take on human characteristics. This is our object of observation in *Relato de um certo Oriente*, by Milton Hatoum. In this novel, a character's fictional experience comes together after she realizes her identity's fragmentation and plunges into a deep search of her own self, moving through physical space and the space of memory. In undertaking these voyages, we reflect along on her state, through which the potential causes of the situation she is living are unveiled. We also perceive how this contemplation is based on the contrast with another character who serves as a mirror image to the recognition of the loss of her self-image: the family's matriarch. This woman was able to maintain, throughout her entire life, a stable identity, displaying it to others. Therefore, we will thoroughly analyze the narrator's fragmentation; contrasting it to Emilie, who was able to keep herself cohesive over time through belonging and dedication to the family, through gregarious relationships with friends, religious faith and the observance of habits and customs brought from her native land.

Keywords: Identitary fragmentation. Milton Hatoum. Contemporary literature. *Relato de um certo Oriente*.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	IDENTIDADE: CONCEPÇÕES CRÍTICAS E TEÓRICAS	12
3	SOBRE EMILIE	51
4	SOBRE A NARRADORA	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

A *fragmentação identitária da narradora (in) salvável, de Relato de um Certo Oriente, de Milton Hatoum*, a dissertação que aqui se apresenta, foi conduzida a partir da seguinte inquietação: como se chega a ser o que se é; sendo, o indivíduo, o que ele é. Tal questionamento, mais do que impor certezas, aponta para que pensemos no processo, no devir. Na identidade do sujeito como algo que pode ser constantemente elaborado, pois a imagem que ele faz de si e a imagem que os outros dele possuem não são fixas, nem tampouco imutáveis, ainda que possa haver aspectos que o façam se sentir o mesmo, como o corpo que possui e como o nome que o acompanha, por exemplo.

Ao considerar a identidade como uma categoria de análise, permite-se que esse tema seja abordado a partir de diversos enfoques, da filosofia à antropologia cultural, passando pela psicanálise e pela literatura. No âmbito ficcional, o texto literário apresenta-se como espaço privilegiado para a reflexão de questões identitárias. É nas narrativas que acompanhamos personagens vivendo situações forjadas e articuladas no enredo pelo autor e, por isso, expressando características psíquicas, morais, éticas etc. É isso o que podemos observar no romance *Relato de um certo Oriente*, do escritor Milton Hatoum.

Neste, uma mulher, que não se nomina em toda a narrativa, regressa à casa da infância, na cidade de Manaus, com o intuito de rever quem criou ela e o irmão como netos. O que seria apenas uma visita torna-se um projeto maior, pois ela decide compilar numa carta fatos da vida pregressa da mãe/avó adotiva, uma personagem de personalidade forte e determinada, que impunha sua presença com força na vida dos familiares e dos amigos. A reconstrução da história da matriarca assim se efetiva, e em tal narrativa a narradora também agrega considerações ao respeito de si mesma. Ao fazê-lo, o leitor se depara, em muitos aspectos, com um ser ficcional antípoda à imagem da matriarca.

Emilie, a chefe da família de origem libanesa, conseguiu, ao longo do tempo, manter e apresentar imagem mais ou menos estável de si; diferentemente da narradora,

que assume imagem fragmentada. Ela mesma não se nomeia, porque é incapaz de se definir através da forma mais elementar, como ocorre quando da utilização de um nome próprio. Essa sensação de não possuir uma imagem positiva de si mesmo que é ficcionalizada em *Relato de um certo Oriente* se assemelha à sensação de estar em crise vivenciada pelo sujeito contemporâneo que prevalece atualmente: “Estamos numa época em que é muito difícil ser-se linear” (SANTOS, 1994, p. 39), ratifica Santos. Vive-se um momento em que está mais árduo o sujeito reunir seus diversos “eus”, as várias versões de si, numa autoimagem coesa e constante ao longo do tempo.

A crise de identidade que atinge o indivíduo e que Hatoum representa em sua obra deve ser associada a uma mudança mais ampla: estruturas sociais como a família, a comunidade, a religião, o trabalho, por exemplo, forneciam ao indivíduo a sensação de estabilidade, ao parecerem garantir a sua localização e o seu pertencimento em tais instituições. Esse modo de ser e de estar no mundo passou a ser problematizado pelo sujeito pós-moderno que, de estável e sólido, viu-se deslocando de autoimagem para autoimagem e transitando entre territórios em busca de pertencimento cultural e de identificação para com novos estilos de vida. Por isso a mobilidade se tornou praticamente uma regra, pois os homens descobriram que o pertencimento e a identidade não são inatos nem tampouco garantidos pela sedentarização à terra natal.

Com as personagens Emilie e a narradora não foi diferente. A matriarca nasceu em Trípoli, no Líbano, mas deixou a cidade árabe. Passou por França, Recife, até se fixar em Manaus, onde permaneceu até os dias finais de sua vida. A narradora, por sua vez, nasceu em Manaus, embora a tenha abandonado para residir em São Paulo, lugar em que provavelmente permaneceu por quase vinte anos até regressar à cidade natal. Ambas possuem em comum o fato de terem deixado os lugares onde nasceram para se constituírem em outro território. E, assim, para somarem ao que já eram e à cultura já internalizada, novos referenciais; ou para contestá-los, como procede a narradora do romance.

Como veremos, Emilie e a sua neta apresentam modos distintos de se inserirem socialmente e de se relacionarem com os outros. As cosmovisões que exibem, ao mesmo tempo em que as particularizam, comunicam também a respeito dos lugares sociais em que elas se introduzem, das posições assumidas e, ainda, dos valores que perpassam as relações com o outro. Por isso, refletir sobre a identidade individual, essa

construção sempre passível de reformulação, é refletir também sobre mecanismos sociais e psíquicos preponderantes à constituição identitária do sujeito. Elucidaremos alguns desses procedimentos em nosso primeiro capítulo, como, individuação, pertencimento e memória. Trataremos também de outro aspecto fundamental para o estudo das identidades: o elemento temporal. Como a sensação de permanência ou de fragmentação identitária só pode ser reconhecida a partir da comparação das experiências passadas do sujeito, é importante, pois, considerar o tempo ao se tratar de identidade. Foi a reflexão do vivido por Emilie e pela narradora que nos levou à constatação de que a primeira apresenta uma postura moderna com resquícios de tradições; já a segunda possui uma conduta mais pós-moderna.

A verificação na narrativa desses modos distintos de ser deu-se em virtude de as personagens se relacionarem, cada uma a sua maneira, com a família, a religião, o trabalho e, ainda, com o entorno de onde se inserem. Este será tomado numa perspectiva mais ampla quando nos referirmos à Emilie: sendo imigrante, a sua permanência em Manaus não se efetivou com a exclusão do passado vivido em Trípoli, no Líbano, que sempre a ela retornava como recordação. Ao tratarmos da relação da matriarca com o espaço, contemplaremos na análise tanto o território abandonado quanto o território no qual ela encontrou asilo. É neste segundo capítulo, portanto, que nos dedicaremos à reflexão do vínculo de Emilie com aquelas instituições mencionadas, bem como com a sua cercania “real” e com a imaginada.

Procederemos de forma semelhante com a narradora do romance: o terceiro capítulo será centrado na investigação da personagem com base também na família, na religião, no trabalho e no seu entorno, as cidades de São Paulo e de Manaus. Problematizaremos as relações da personagem travadas com essas categorias que, diferentemente do que ocorre com a matriarca da família, evidenciam a sua não inserção plena e satisfatória em grupos sociais, fato que culminou na sua fragmentação identitária.

2 IDENTIDADE: CONCEPÇÕES CRÍTICAS E TEÓRICAS

O ato de narrar sempre foi constitutivo de todo homem, de qualquer tempo e de qualquer sociedade. Imaginar um ser humano privado da capacidade de contar algo é, em certo sentido, imaginar um homem privado de linguagem. A sua onipresença na vida humana atesta-se na diversidade textual existente, seja na oralidade ou na escrita. Mas a relevância da narração para vida não se dá apenas em virtude de sua contribuição às situações reais e concretas do dia a dia. Ela também se estampa na necessidade de ficção que o homem possui, nessa necessidade intrínseca de forjar uma alteridade manifestada em um eu que não o eu autoral e em um mundo que não o seu mundo empírico. Por isso, ao escritor é fundamental a seleção.

Esta já ocorre em níveis mais elementares, embora não menos importantes: no próprio código linguístico a ser utilizado. Entre as palavras “medo” e “aversão”, por exemplo, há diferenças semânticas, quiçá insubstituíveis, sobretudo na poesia, que tende a ser mais elusiva, ao passo que o texto em prosa, por sua vez, mostra-se mais alusivo. Tal especificação da prosa se manifesta através de seus diversos elementos constitutivos. Assim como nas situações históricas da vida real, na seara da ficção, quando se narra há de se apresentar personagens envolvidos em tais eventos, seja os que os protagonizaram ou não. Podem ser eles, inclusive, um ambiente, um animal, um elemento natural, enfim, mas sempre antropomorfizados. Quanto aos personagens que são construídos *como se* fossem pessoas reais, Rosenfeld comenta:

Como seres humanos encontram-se integrados num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social e tomam determinadas atitudes em face desses valores. Muitas vezes debatem-se com a necessidade de decidir-se em face da colisão de valores, passam por terríveis conflitos e enfrentam situações-limite em que se revelam aspectos essenciais da vida humana: aspectos trágicos, sublimes, demoníacos, grotescos ou luminosos. (ROSENFELD, 2011, p. 45).

Em uma prosa ficcional, os valores de toda ordem presentes no texto, as decisões que os personagens tomam ante conflitos apresentados, sejam eles aparentemente banais ou não, se se calam, se pensam, se ficam, se vão..., ou ainda as atitudes até mesmo involuntárias, são capazes de revelar tanto os próprios personagens numa escala de uma

vida inteira, quanto apenas em um dia: o que fazem, quem são, quais características físicas, psicológicas e morais lhes individualizam, por exemplo.

Pensar em caracterização de personagens ficcionais é algo que remete à noção de identidade individual e sobre esta adotamos a perspectiva de Pollak, para quem a identidade:

[...] é a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204).

Estando o indivíduo situado entre o polo das experiências individuais e das interações sociais, sendo por ambos influenciado ininterruptamente, a identidade pessoal se constrói através de um eterno processo de reelaboração da imagem de si. Ter identidade envolve a construção de um aparato psicológico e emocional estruturado, equilibrado e mais ou menos estável, e ser capaz de sustentá-lo para si mesmo e para os outros nos diversos contextos, sejam eles múltiplos, diversificados e instáveis.

E não se pode saber de si, conhecer a si próprio, sem saber o seu lugar no mundo, porque a existência se concretiza em relação com o mundo, que já se apresenta como *a priori* à existência do homem, pois o recebe e o molda com valores compartilhados socialmente, os quais são capazes de orientá-lo em sua trajetória de vida. Entretanto, ninguém se relaciona com o mundo da mesma forma; cada indivíduo é único. Sendo único, mas não independente, a constituição do si, a sua identidade individual pode ser composta por dados biológicos, psicológicos e culturais, que são significados e valorados de distintas formas pelos grupos sociais nos quais o sujeito se insere, e que se relacionam com a imagem que os outros fazem do indivíduo e com a imagem que ele possui de si mesmo.

É importante enfatizar que a identidade é uma construção sócio-histórica, pois como defende Hall “Estamos [...] etnicamente localizados e nossas identidades étnicas são cruciais para o senso subjetivo de quem nós somos”¹. (HALL, 1997, p. 227). Mesmo que nem sempre esteja claramente expressa a identidade de um grupo, haverá,

¹ Texto original: “We are all (...) ethnically located and our ethnic identities are crucial to our subjective sense of who we are” (HALL, 1997, p. 227).

ainda que como nuance, um lastro coletivo imprescindível à existência individual e, por conseguinte, à expressão da identidade do sujeito.

Estar inserido numa cultura, entretanto, não é sinônimo de possuir identidade, pois esta não é dada, mas, sim, construída a partir das representações que o indivíduo forja de si e das que os outros forjam dele. Afirmar o que se é, representar-se tanto em nível coletivo, quanto em nível individual, é um procedimento que envolve a exclusão de outras identidades através de uma seleção de elementos que distinguem o “eu” de um “outro; o “nós” de um “eles”, por exemplo. Além das operações de identificação ou de exclusão, outro componente influenciador da constituição identitária do sujeito são os exemplos de referência.

Estes concorrem para a autoafirmação, para a aceitação de papéis e, ainda, para a inserção do indivíduo no tecido social pelo compartilhamento de valores que podem resultar na formação de uma autoimagem favorável de si. Ou seja, que se é alguém por ocupar um lugar no mundo. Isso porque os diversos elementos de uma cultura, que contribuem para a coesão de um grupo, são também os responsáveis para que nela ocorram a particularização e a diferenciação dos sujeitos:

[...] pertença e alteridade – a participação em grupos específicos e a diferenciação em relação àqueles (as) outros (as) que dele fazem parte – conferem a alguém a possibilidade de ser reconhecido como ser único e indicam-lhe as oportunidades de expressar essa unicidade em várias dimensões de sua vida. (AUGUSTO, 2011, p. 47).

Nem sempre a diferenciação entre o indivíduo e a alteridade² pode se apresentar de modo claro. Nem sempre será possível identificar aquilo que particulariza, que torna única cada existência no mundo. Por outro lado, identidade não é apenas sinônimo de diferenciação: “sou o que ele não é”; “ele é o que eu não sou”. Se assim fosse, a própria vida em sociedade seria inviável, haja vista a inexistência de compartilhamento de língua, códigos, costumes e regras sociais. Não devemos esquecer, todavia, que a forma com que cada um faz uso dos códigos de uma língua, por exemplo, singulariza-o, ainda que a imagem que o sujeito possua de si e a imagem que os outros possuam dele não

² Compreendemos, aqui, a alteridade em sentido mais amplo, isto é, como aquilo que se refere a tudo o que está na posição de “outro” em face de um “eu”.

façam referência clara a um ser particular e diferente dos demais. A questão da identidade pessoal se assenta, portanto, nesse paradoxo: um indivíduo é capaz de ser único e semelhante aos indivíduos que estão situados no mesmo contexto que o seu.

Em *Relato de um certo Oriente*, Milton Hatoum apresenta a história de uma personagem que, depois de anos distante do lugar em que nascera e crescera, a cidade de Manaus, regressa para visitar sua avó Emilie e o lugar da infância. Já instalada na cidade, a neta decide reconstruir a história desta que foi a matriarca da família, tomando como auxílio depoimentos de personagens que com ela conviveram e, assim, recriando e particularizando a existência de Emilie.

Mas essa empresa é também generalizadora na medida em que se forja perfis de outros personagens que compuseram o clã familiar. A particularização e a generalização no que diz respeito ao romance hatouniano também devem ser pensadas para além dessa construção formal. Tais aspectos devem ser considerados como parte do processo de formação identitária dos personagens, o qual é composto por essa dupla face: identidade como produto de um jogo ininterrupto de diferenciação entre o eu e sua alteridade e como produto da semelhança do eu com quem com ele compartilha elementos de certo contexto.

Se a formação da identidade do sujeito se dá através do convívio com o outro, a casa em que se habita assume importância capital em tal processo. É neste espaço primordial que são vivenciadas as primeiras relações sociais. A casa é o “[...] primeiro mundo do ser humano. Antes de ser “atirado ao mundo”, [...] o homem é colocado no berço da casa. E sempre, em nossos devaneios, a casa é um grande berço”. (BACHELARD, 1974, p. 201). Em *A Poética do espaço*, Gaston Bachelard analisa imagens poéticas que gravitam em torno da casa, lugar este que serviu para diversas representações na poesia e, que, ainda, continua atraindo discursos que insistem, senão em tematizá-la, em fazer dela um espaço de indelével importância, porque palco de vivências primordiais e de lugar de construção de subjetividades.

Todo espaço vivido e habitado fornece sobre si próprio um feixe de imagens dispersas, plurais e inesgotáveis; e com a casa não é diferente. Para ela convergem valores diversos e difusos, que não lhe dão existência física, mas, sim, uma existência espectral, animada pela força imaginativa e pelo trabalho de recordação, capazes de reconstruírem a moradia natal. Bachelard situa tal casa num espaço e num tempo outros,

no espaço e no tempo da recordação e do devaneio, os quais são (re) inventados pela palavra literária. Assim procedendo, o filósofo parte de uma constatação que, na verdade, é a hipótese da qual se serve para trilhar seu percurso analítico: a de que “[...] as moradias do passado são em nós imperecíveis [...]”. (BACHELARD, 1974, p. 201).

Imperecíveis, porque são como espécies de “[...] primitividade que pertence a todos [...]”. (BACHELARD, 1974, p. 200), indistintamente, caso o indivíduo se entregue ao devaneio: “A casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem”. (BACHELARD, 1974, p. 201). Ainda que ela seja ou tenha sido humilde e imperfeita fisicamente, no devaneio, a casa ganha estabilidade e conforto. Pressupor a existência da imagem de um *habitat* natal no mais íntimo de cada ser pode se dar em virtude de o sujeito ter tido uma experiência real com o habitar, de modo que, mesmo a morada primordial tendo sido deixada para trás, afetivamente ela não é abandonada, quando o indivíduo se sedentariza em outros lugares.

Mas imaginar o espectro de uma casa natal habitando o interior de cada um de nós é uma concepção proposta em *A poética do espaço* que deve, sobretudo, ser considerada para além de existir suposto empirismo no ato de habitar. Pensar na morada como uma primitividade requer que a pensemos como algo intrínseco e essencial a todos: como um lugar que sempre será buscado, seja pelo texto, seja pelo sonho, pois repousa no inconsciente humano uma noção de morar, sempre atualizada internamente no próprio sujeito.

Mas, que noção de morar é essa, de fato? Quais imagens e valores Bachelard condensa num valor fundamental, o qual, por sua vez, é atribuído à casa natal, servindo-lhe, assim, como norte em sua análise fenomenológica acerca do morar afetivo? Já na introdução de *A poética do espaço* é apontado o tipo de imagem sobre o qual o filósofo se debruça. É seu intento “[...] examinar imagens bem simples, as imagens do espaço feliz [...]”. (BACHELARD, 1974, p. 195-196). Analisar as imagens ficcionais que tratam a casa e os seus outros espaços, tais como o quarto, por exemplo, como desencadeadores de lembranças e sentimentos afáveis nos poetas e nos leitores.

É também dessa imagem arquetípica da primeira morada, considerada como um lugar edênico, que Hatoum, em certa medida, vale-se em *Relato de um certo Oriente*. O esforço para recordar o passado a que se entregam os personagens do romance pauta-se

não apenas no intuito de reconstruir textualmente a vida da matriarca da família. É também o mergulho nas lembranças a contraparte da angústia secular diante da irreversibilidade do que passou e do que se viveu no primeiro paraíso, na casa da infância; conforme demonstra Hakim, ao dizer à inominada: “Posso passar o resto da minha vida falando do passado”. (HATOUM, 2008, p. 145). O espaço da infância, que no presente da recordação é um espaço arruinado, tem, pois, o seu lugar preservado nos que auxiliam a narradora em seu trabalho de compilação dos fatos sobre a vida de Emilie. E o mesmo se procede com a idealizadora de tal projeto: nela também repousa a indestrutível primeira morada. Lugar atemporalmente conservado, porque espaço de vivências suas e dos outros.

Se a casa natal dos personagens segue o destino de espectro inabalável nos que a habitaram, é de se imaginar, então, o desejo de perpetuá-la pela palavra. De fazer dela um “espaço feliz”, apesar das primeiras experiências dolorosas que foram nesse lugar vividas; para contrapor, no romance, essa imagem à representação do espaço mundano, lugar que é descrito por via da negatividade. A ficcionalização da casa da infância como um lugar ditoso minimiza todos os possíveis valores que poderiam ser citados como referentes a tal espaço, para que aquele se sobressaía ante os demais. Podemos dizer, entretanto, que essa noção sustentada no texto hatouniano, mesmo singular na sua significação, é ela igualmente complexa, haja vista fazer parte de um corpo maior de detalhes.

A escrita do romance guarda com força seu caráter de significar, seu aspecto semântico. Mas, para além da dimensão denotativa apresentada, *Relato* preocupa-se em preservar o poder sugestivo da linguagem criada, ampliando, assim, sentidos, interpretações e, por isso, pluralizando os caminhos pelos quais o leitor pode adentrar no universo ficcionalizado. Seria oportuno citar nesse momento o escritor Raduan Nassar de *Lavoura Arcaica*, quem a crítica mormente aproxima do Milton Hatoum de *Relato de um certo Oriente*, tanto em virtude da origem libanesa de ambos - origem que contribuiu para certa incorporação de elementos das culturas orientais nos romances citados -; quanto pelo exercício com a linguagem efetivado em ambas as obras pelos escritores. Nelas, a maneira como cada um manuseia a palavra, senão ímpar em nossa literatura contemporânea, é de uma monumentalidade incapaz de passar despercebida pelo leitor.

Para Leyla Perrone-Moisés, *Lavoura Arcaica* é a primeira grande obra literária sobre a imigração libanesa no Brasil e seu mérito se dá pelo fato de ela estar “Longe dos estereótipos, das tipificações e do pitoresco [...]”. (PERRONE–MOISÉS, 1996, p. 69). O que, então, se observa no romance nassariano é o árduo processo de transculturação e de transformação de valores pelo qual passam os personagens e, por isso mesmo, os choques e os embates, gerados por tal mudança, nas três gerações de uma mesma família. Nassar desenvolve uma escrita na qual é patente o desejo do autor por um texto de forte matiz semântico: sua linguagem conserva o poder enunciativo, o poder de dizer algo, ao mesmo tempo em que nela a palavra é dilatada para entregar ao texto nuance notadamente sensório-subjetiva, porque palavra e linguagem, na obra, surgem como produtos de profunda imersão do narrador e do autor em seus mundos interiores.

Pelo crivo de sua subjetividade, o narrador e personagem André, que regressa à casa da família depois de fugir por ver no corpo da irmã a mácula do desejo, emprega o verbo de forma poética e, como um jorro que deságua num rio-frase caudaloso, promove a contestação de um mundo representado pela figura do patriarca, o personagem Ihoána. É este o defensor de valores pautados na família, na união, no trabalho e na paciência; bem como o responsável por fazer da casa um ambiente austero, onde imperavam a rígida disciplina e o controle dos corpos. Já nas páginas iniciais de *Lavoura Arcaica* o leitor se depara com a fala do personagem André, na qual são visíveis traços de uma linguagem fortemente poética:

Os olhos no teto, a nudez dentro do quarto; róseo, azul ou violáceo, o quarto é inviolável; o quarto é individual, é um mundo, quarto catedral, onde, nos intervalos da angústia, se colhe, de um áspero caule, na palma da mão, a rosa branca do desespero, pois entre os objetos que o quarto consagra estão primeiro os objetos do corpo; eu estava deitado no assoalho do meu quarto, numa velha pensão interiorana, quando meu irmão chegou para me levar de volta [...]. (NASSAR, 1989, p. 9-10).

Quando falamos em linguagem poética pensamos na concepção desenvolvida por Octávio Paz, para quem:

O mundo de operação do pensamento poético é a imaginação e esta consiste, essencialmente, na faculdade de relacionar realidades contrárias ou dessemelhantes. Todas as formas poéticas e figuras de linguagem têm um

traço em comum: procuram e, com frequência, descobrem semelhanças ocultas entre objetos diferentes. Nos casos mais extremos, unem os opostos. Comparações, analogias, metáforas, metonímias e os demais recursos da poesia: todos tendem a produzir imagens nas quais se juntam isto e aquilo, o um e o outro, os muitos e o um. (PAZ, 1993, p.146-147).

Nassar, como observado no trecho transcrito, produz imagens através de comparações, de metáforas, de analogias e, assim, sugere ao leitor a experimentação de uma linguagem construída a partir do desvelamento de semelhanças ocultas e contidas em palavras, aproximadas inesperadamente pelo autor. Por divagação do personagem André, as imagens surgem referentes ao seu corpo, ao seu quarto e ao seu mundo. Após o leitor se deparar com um discurso estruturado poeticamente, cria-se uma breve passagem narrativa, ao se falar da chegada do irmão Pedro. Essa forma de articular o texto se faz presente em todo o romance, pois nele, a narração – recurso paradigmático da prosa – se mistura ao jorro de uma linguagem poética, e, assim, enunciação e sugestão constituem *Lavoura Arcaica*, embora haja o predomínio deste último.

Diferentemente de Hatoum, que em *Relato de um certo Oriente* emprega o narrar como chave mestra do seu processo de criação da escrita do romance. Só que ele o faz lançando mão de uma linguagem excessivamente adjetivada e, por vezes, metafórica, recursos que conferem ao texto nuance mais subjetiva e o aproxima de um certo fazer poético. É possível, ainda, estender nosso argumento para a totalidade da obra. O poder sugestivo desta se dá tanto em virtude daquele tipo de construção linguística empregada quanto pelas presenças de algumas estratégias utilizadas:

[...] se identificamos um enredo não constatamos propriamente uma trama na qual se alinham fatos e dados projetivos de desfechos (disso somos sempre avisados pela quantidade de inconclusões e verdadeiros "enigmas" disseminados pela obra). São esses elementos alguns dos índices que apontam a presença de uma escrita inacabada, preocupada em modular um conhecimento com o leitor, em mantê-lo cúmplice (também um autor de sugestões). (JARDIM JUNIOR, 2006, s/n).

Raduan e Hatoum em seus romances de estreia (*Lavoura Arcaica* é de 1975; *Relato de um certo Oriente*, de 1989) criam uma linguagem, ou melhor, criam linguagens em que a palavra diz tanto e um tanto ainda fica por dizer. É por meio das

estratégias de enunciar e de sugerir que, perspectivado pelos autores e pelos narradores de ambas as obras, o real é percebido e nos é revelado. A incursão no passado, empreendida pelos personagens dos romances, mais do que situar os eventos pretéritos numa temporalidade outra e distante do tempo presente, visa descobrir o “original”, descortinar aquela realidade primitiva, a realidade vivida na morada natal, para que, assim, o devir dos que narram possa ser compreendido com maior inteireza por eles mesmos e por nós leitores.

Em *Relato*, o passado não pode ser somente visto como antecedente de um tempo outro, do momento em que amigos e familiares falam de suas memórias à neta. Na narrativa, o passado é também fonte do presente. E tanto é assim que, o espaço doméstico ficcionalizado na obra se abre como o primeiro mundo de possibilidade aos personagens. Possibilidade de experimentação de ser e de existir através da convivência com a alteridade, com valores cultivados na morada primordial e com os costumes praticados em tal ambiente, já na mais tenra idade. É a casa materna a “esfera da infância”, como fala a narradora, pois dificilmente haverá outro lugar para o qual convergem as lembranças de quando se é criança.

Mas, mais do que isso: é também nesse lugar que nos moldamos e que começamos a ter noção de quem somos e de como o que se vivencia nesse espaço nos afeta profundamente. Hakim, por exemplo, personagem filho da matriarca Emilie, ao recordar que por conviver com dois idiomas – o árabe, em casa; e o português, na escola e na cidade – tinha a impressão de viver vidas distintas: “Desde pequeno convivi com um idioma na escola e nas ruas da cidade, e com um outro na Parisiense. E às vezes tinha a impressão de viver vidas distintas”. (HATOUM, 2008, p. 46).

Sentir-se sendo um ou com uma dupla existência, sentir-se realmente “em casa” ou dela deslocado, sentir-se pertencendo a um grupo maior, como a própria cidade em que se nasce, ou dela desenraizado, são aspectos sobre a vida dos personagens que surgem, de um modo ou de outro, nas falas deles mesmos e que se relacionam intimamente com as identidades individuais de cada um. No ato de passar o passado a limpo, vê-se que os laços familiares e os laços travados fora do território³ doméstico

³ Mormente se trata o território como espaço político-administrativo onde se delimita uma nação. Sem excluir tal sentido, utilizaremos território preferencialmente como um conceito que “[...] prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço [...]”. (HAESBAERT, 1997, p. 39).

interferem sobremaneira no modo como eles se veem e como os enxergamos. Pensar nas representações identitárias forjadas em *Relato de um certo Oriente* é, portanto, pensar nas diversas relações que foram estabelecidas no espaço doméstico e em outros lugares além deste.

E o que de imediato sobressai na obra é que a casa em que vivia o clã de Emilie surge fortemente marcada por uma múltipla inscrição cultural. Nela era onde se amalgamava a cultura libanesa às culturas de Manaus, graças à experiência da imigração da matriarca e do patriarca libaneses para o norte do Brasil. Tal representação se refere historicamente aos surtos migratórios árabes que ocorreram com destino ao país, os quais foram motivados tanto por uma conjuntura interna – a abolição da mão de obra escrava impulsionou a admissão por parte do governo brasileiro de trabalhadores estrangeiros –, quanto pela então situação do próprio Oriente – a hostilidade entre os cristãos e os muçulmanos.

Os imigrantes se dispersaram pelo Brasil, embora tenham se concentrado fortemente na região sul e na região norte do país; lugares que, nessa época, estavam respectivamente vivenciando os faustos da economia do café e da borracha.

[...] a partir das últimas décadas do século XIX, o exemplo de alguns pioneiros bem-sucedidos estimulou exponencialmente a imigração. [...]. A oportunidade de fazer dinheiro numa proporção inimaginável para os padrões locais exerceu profundo impacto no equilíbrio das aldeias. (TRUZZI, 2011, p. 297).

Não menos importante, completava a miscelânea cultural que caracterizava o ambiente da infância, a presença constante no espaço doméstico de amigos do Porto, da Alemanha e de tantos outros do interior de Manaus.

Sendo o lugar onde vivia a família de Emilie apresentado como ponto de encontro e possuidor de atmosfera aberta à pluralidade cultural, o processo de formação identitária, que se inicia nesse espaço e que continua além dele, torna-se algo complexíssimo, como observado através do personagem Hakim. O leitor de *Relato de um certo Oriente* acompanha embates e negociações diversas travadas pelos indivíduos do clã de Emilie para lidar com os diversos referenciais culturais, que não raramente causavam estranhamento nos personagens. Estes “[...] são indivíduos já adaptados à

cultura brasileira e com ela dialogam, apesar de persistir o estranhamento em determinados momentos”. (CHIARELLI, 2007, p. 36).

É o que vemos na passagem em que a narradora diz que Emilie inventava um idioma híbrido todos os dias. Mesclava sua língua materna à adquirida, como se a passagem de um idioma a outro em certas situações não fosse possível, daí a necessidade de recorrer à língua-mãe para escapar do estranhamento que o ato de tradução é capaz de gerar. Mas do ponto de vista de quem presenciava esse hábito de Emilie, a estranheza não se dirimia com a performance dela, justamente porque o trânsito pelas duas línguas era o fato estranho.

Essa coexistência no interior da casa da cultura libanesa com a cultura manauara, que já é fortemente híbrida, inclusive, exigia por parte dos integrantes da família um “saber lidar” com a multiculturalidade reinante no espaço da infância. Através dos atos de apropriação e de exclusão que os sujeitos ficcionais da obra foram se constituindo, porque optar por trilhar um caminho ao invés de outro, recusar certas disposições culturais e papéis sociais em prol de outros, é, na verdade, abrir mão de uma coisa para ser outra. Há também que se considerar que, se já na mais tenra idade dos personagens as possibilidades de experimentação de ser eram notadamente plurais, as representações de si, por suas vezes, são capazes de expressarem uma autoimagem por vezes dual.

O surgimento de uma imagem de si compósita é condicionado pela estrutura também compósita de seu meio familiar, formada em virtude do deslocamento empreendido pelo patriarca e pela matriarca da família, do Líbano para Manaus. Em *Relato de um certo Oriente*, o trânsito entre territórios surge como experiência realmente definidora, como marco instituidor de um antes e um depois na vida dos personagens. Não apenas na existência da mãe e do pai, pois não foram somente eles que abandonaram um lugar para se fixarem em outro.

Seus personagens estão decididamente marcados pelo deslocamento. Emilie e o marido, imigrantes que partiram do Líbano e chegaram ao Brasil, o fotógrafo Dorner, o irmão da narradora, que parte para Barcelona, Hakim, que deixa a família. (CHIARELLI, 2006, p. 6).

A própria narradora também deve ser mencionada, que sai de Manaus e depois regressa à cidade.

Sendo, portanto, a vivência do deslocamento definidora de subjetividades e algo intensamente realizado na obra, alguns questionamentos a tal respeito surgem, que são os questionamentos norteadores do estudo apresentado: como pensar as identidades a partir da vivência do deslocamento territorial a que os personagens se submeteram? Como o deslocamento da terra pátria interfere na constituição de quem se sedentariza em outro território? Quais identidades são essas que se formam? O que elas nos informam a respeito dos personagens? Tais questões serão respondidas ao longo da pesquisa, mas a princípio é importante acrescentarmos ao já exposto outras informações a respeito da configuração do espaço doméstico do romance.

Emilie, como já sabemos, migrou do Líbano para o norte do Brasil ainda jovem, e antes de se sedentarizar em Manaus passou pela cidade do Recife. Tornou-se mãe de quatro filhos biológicos: Hakim, Samara Délia e outros dois que são inominados ao longo de toda a narrativa. Tal como os filhos que não são identificados, o mesmo se procede com o esposo da matriarca – a ele não é dada nenhuma nomeação. Além destes, a família era composta pela sua neta, Soraya Ângela, filha de Samara Délia, e pelos netos adotivos (às vezes eles eram referenciados como filhos), um homem, que residia em Barcelona, e uma mulher, também inominada, que é justamente quem regressa à Manaus com o intuito de rever a mulher que os adotou.

Há, ainda, outros personagens que mesmo não sendo parentes de laços sanguíneos também foram agregados ao clã de Emilie, a saber, a empregada Anastácia Socorro, a amiga da matriarca, que residia numa casa situada no quintal de Emilie, Hindié Conceição, e Dorner, amigo do irmão de Emilie, Emir, e de Hakim. Exceto o alemão Dorner e Emir, todos viveram a princípio na casa que era também loja, *A Parisiense*, e em seguida foram morar num casarão, fato que culminou na separação dos espaços público (loja) e privado (casa).

Ainda no que diz respeito à configuração do lar arquitetada na obra, um dos aspectos capaz de atrair a atenção do leitor é relativo à suposta fissura na ordem masculina representada através do gerenciamento do clã familiar pela mãe, e não pelo pai, com relação a toda e qualquer decisão doméstica e aos destinos dos filhos. O mesmo se procede com relação à *Parisiense*. Samara Délia, filha do casal, assumiu o controle do negócio da família, fazendo-o crescer como nunca havia progredido quando sob o domínio do pai.

Entretanto, e não menos importante, desejamos destacar da articulação do grupo de Emilie a posição nele ocupada pela neta adotiva da matriarca. Sobre ela, quem tece considerações é Silviano Santiago na sua conhecida crítica a respeito da obra, *Autor novo, novo autor*:

[...] percebo que a narradora do romance – apesar de acompanhar fielmente o percurso da família libanesa – não pertence à família. É uma afilhada da matriarca. Portanto, a família é vista num sutil jogo de dentro/fora. (SANTIAGO, 1989, s/n).

A neta adotiva (ou afilhada, nos termos do crítico citado) regressa à Manaus depois de vinte anos ausente da cidade com o objetivo de rever Emilie. Mas quando do seu aporte na cidade, o imprevisto acontece: Emilie falece antes do encontro das duas. Já munida da ideia de documentar o que presenciase na cidade, a pedido de seu irmão, ela amplia “o projeto” inicial ao decidir compilar os fatos da vida pregressa da matriarca depois do seu fim trágico. O “sutil jogo de dentro/fora” descrito por Santiago aponta para dois modos de “focalizações” do “objeto narrado”, que é a história de Emilie, e que se torna, em certa medida, a história de toda sua família: a mulher inominada, através da recordação mnemônica, assume a voz narradora dos eventos, e quando isso é realizado ela se insere “no objeto narrado”, já que a sua recordação é um testemunho do que foi vivido.

Mas ela também silencia, escuta, transcreve e organiza no papel o experienciado pelos outros, colocando-se, dessa forma, “distante”, fora mesmo, da matéria narrada por terceiros. É o que se observa quando a narradora, através da escrita, recorda o semblante desolador da amiga de Emilie no momento em que ela lhe concedia seu depoimento:

A dor e a tristeza transpareciam nos gestos desalinados, como uma reação intrépida para que ela não minguasse ou capitulasse diante da morte da amiga. E eu, que me recusei a velar o corpo de Emilie, ouvi de Hindié a narração de cenas e diálogos; ela gesticulava muito, falava com uma voz meio travada, e quando nos olhos estriavam uns fios vermelhos ela saía da cadeira e vinha me beijar e abraçar. Aqueles olhos graúdos ainda ardiam na manhã do domingo, e os cabelos amarelados e soltos pareciam imprimir no rosto dela uma aflição bem próxima do desespero. (HATOUM, 2008, p. 138).

Desespero pelo falecimento da mulher que fora sua amiga por mais de meio século, da mulher com a qual foram divididas as felicidades, as angústias, as orações do dia a dia e os segredos nunca compartilhados com ninguém, nem mesmo com o marido. Hindié, a única que permaneceu junto à Emilie até o final de sua vida, tendo acompanhado os muitos passos que a amiga dera durante sua trajetória, ficou devastada após seu último passo, aquele dado rumo à morte.

A observação de Santiago, entretanto, parece não se esgotar no “sutil jogo de dentro/fora”. A partir dela um questionamento vem à tona: se o clã de Emilie é visto através de duas focalizações, de dentro e fora, como a neta da matriarca, por sua vez, a personagem que organiza os depoimentos dos outros personagens, se deixa ver pelo lugar que ocupa na família que ela apresenta ao leitor? Ou melhor, o que dela – de sua identidade – se sobressai na reconstituição do passado empreendida, seja quando ela recorda ou quando os outros o fazem? Antes de refletirmos sobre tal questão ao longo desta dissertação, faz-se necessário, primeiramente, discutir um aspecto formal da narrativa que diz respeito às diversas vozes nela presentes.

Como havia um passado já constituído em torno de Emilie antes da breve passagem da mulher por Manaus, o seu desejo de reconstituição da infância e da vida de Emilie não era possível de se efetivar sem o necessário apoio dos outros. Auxiliaram, portanto, a neta da matriarca em tal empresa os relatos de personagens que com ela compartilharam a infância, de figuras que vivenciaram eventos junto à matriarca após a saída da inominada da cidade, e até mesmo os depoimentos daqueles que viveram no Líbano antes de se mudarem para Manaus. É o caso do marido de Emilie e também da própria, que reportaram sobre suas vidas no Oriente a outros personagens, tendo eles, por sua vez, à neta relatado o que lhes foi contado.

Na obra, o recurso aos diversos testemunhos plasma-se como capítulos (oito, no total) que insinuam ser cada um deles uma voz narrativa, embora haja uma que se repete em três deles (a princípio, são cinco vozes: a neta inominada, Hakim, o pai, Dörner e Hindié Conceição). Diante da diversidade de personagens que se ocupam da tarefa de relatar o vivido, cada depoimento deveria possuir dicção específica, fato que não ocorre, pois todos os narradores apresentam semelhante estilo. Sobre isso, nas páginas finais do romance a organizadora dos testemunhos comenta:

Quantas vezes recomecei a ordenação de episódios, e quanta vezes me surpreendi ao esbarrar no mesmo início, ou no vaivém vertiginoso de capítulos entrelaçados, formados de páginas e páginas numeradas de forma caótica. Também me deparei com um outro problema: como transcrever a fala engrolada de uns e o sotaque de outros? Tantas confidências de várias pessoas em tão poucos dias ressoavam como um coral de vozes dispersas. Restava então recorrer à minha voz, que planaria como um pássaro gigantesco e frágil sobre as outras vozes. Assim, os depoimentos gravados, os incidentes, e tudo o que era audível e visível passou a ser norteado por uma única voz, que se debatia entre a hesitação e os murmúrios do passado. (HATOUM, 2008, p. 148).

Cury, sobre a forma de organização dos relatos, defende que:

É através da voz insegura e lacunar da narradora que são pinçados os fios das reminiscências daqui e d'além mar, dos vários personagens em tempos diversos. O procedimento de composição do texto não dá hegemonia a qualquer voz, fazendo conviver, no espaço narrativo, memórias de narradores com suas vozes próprias, muitas vezes em desarmonia. (CURY, 2000, p. 169).

Na reflexão metalinguística empreendida pela inominada a respeito da feitura da carta, ficou delineada a dificuldade da personagem em converter as falas dos outros a uma escrita organizada e inteligível. A neta, munida dos depoimentos e incapaz de preservá-los tal como proferidos oralmente (o que seria sinônimo de manutenção do estilo de cada um), optou por subjugá-los à sua voz, a condutora da narração, como se fossem personagens de um livro escrito por ela. Contrariamente ao posicionamento de Cury, acreditamos que o romance de Hatoum confere hegemonia a uma voz específica; que é a da inominada, a única verdadeiramente presente em todo o relato. Portanto, poderemos, caso necessário, empregar o termo “voz” para referirmos aos personagens que relataram à neta; diferentemente do termo narradora, que só a ela diz respeito.

Dado ao fato de a inominada ser uma personagem que lida com as memórias do clã para convertê-las em material escrito, e cuja missiva apresenta estrutura semelhante à estrutura de encaixe de *As mil e uma noites*, isto é, uma narrativa ligando-se a outra; a aproximação da narradora de *Relato de um certo Oriente* à Sheherazade, personagem narradora daquele título clarifica certos aspectos do romance. Em entrevista, Hatoum comenta acerca de a narração ser conduzida por uma mulher: “Ainda quanto a aspectos estruturais, devo dizer que pensei muito na estrutura das *Mil e Uma Noites*; pensei numa

narradora, numa personagem feminina que contasse essa história...”. (HANANIA, 1993, s/n).

Sheherazade, como afirma Meneses, “[...] vence a morte através da literatura” (MENESES, 1987, p. 115), pois Xariar, o sultão de seu povoado, ao cair em profunda desilusão afetiva após saber que sua mulher o traía, traça um plano. Este “[...] consistia em dormir a cada noite com uma virgem, e no dia seguinte, ao acordar, mandar matá-la, pelo seu grão-vizir”. (MENESES, 1987, p. 116). A execução do projeto mergulha o povoado num terror, com muitas mães temendo perder suas filhas. Sheherazade, filha do grão-vizir, casta, bela e de notória intelectualidade, decide se submeter ao poder de Xariar, que a desvirgina numa noite.

Pouco antes de a aurora despontar, a irmã de Sheherazade, conhecedora da intenção da irmã, acordou-a para que ela contasse a ambos uma história.

Diante da observação da irmã, de que essa história era maravilhosa, Sheherazade lhe afirma que a continuação seria mais maravilhosa ainda e que, se o sultão quisesse deixá-la viver mais um dia, que lhe desse permissão para acabá-la na noite seguinte. Sheherazade ganha um dia de vida. Na segunda noite, quando a irmã acorda, Sheherazade ‘satisfaz a curiosidade do sultão’; acaba a história iniciada e começa uma nova, interrompida no auge do suspense ao romper a aurora: e assim, noite após noite, o sultão declara desejar ouvir a história iniciada na véspera, e a deixa viver por mais um dia. (MENESES, 1987, p. 117).

O êxito de Sheherazade confirma-se quando, na milésima noite, o sultão diz que sua ira foi apaziguada e que, por isso, ele renunciava à lei que tinha imposto a si próprio de matar mulheres após desvirginá-las. O ardil de Sheherazade foi justamente o de enredar o sultão no enleio de suas narrativas, pois uma história contada dava margem para o surgimento de uma outra, a qual, por sua vez, conectava-se a uma terceira, que comportava uma quarta e, assim, sucessivamente. Enredado nas histórias e salvo de sua própria ira e da condenação ao desafeto e ao desamor que impusera a si mesmo, foi este o fim de Xariar. Quem também se salvou foram as mulheres do povoado e a própria Sheherazade, que ao longo de mil uma noites, se entregou ao ato de contar histórias sem possuir garantia de que sobreviveria.

Sheherazade apresenta o nível mítico a Xariar: apresenta-lhe à consciência conflitos que o traumatizaram, bloqueando sua capacidade afetiva, de tal maneira que ele possa lidar com eles. É por isso que ela não expurga de sua narrativa histórias de adultérios e traições femininas, não omite casos em que as mulheres enganam a seus maridos [...]. Trata-se aqui, como na psicanálise, (e na cura xamanística), de propiciar uma transformação interior, consistindo numa reorganização estrutural da personalidade: trata-se de recuperar a capacidade amorosa do sultão. (MENESES, 1987, p. 123).

Semelhantemente se procede na obra hatouniana, embora com diferenças à parte. A história da vida de Emilie é o elemento final de uma equação que, dessa forma é possível de esboçar: desagregação familiar -> morte da matriarca -> reencontro -> rememoração coletiva do passado -> carta escrita. Assim articuladas tais circunstâncias, parece que o mergulho nos fatos pretéritos só poderia acontecer em Manaus. Não que longe da cidade lembrar algo vivido fosse impossível. Mas da maneira como isso se sucedeu – de forma coletiva e com a paralização, para muitos, do tempo presente para que o passado viesse à tona –, era necessária uma escuta interessada por parte de alguém disposto a fazê-la.

A neta, que foi de São Paulo à Manaus, cindida identitariamente, vê na reconstrução da vida pregressa de Emilie um projeto capaz de dar sentido a sua vida. Ela então coleta diversos depoimentos e se submete ao labor de organizá-los para que o seu irmão em Barcelona também tivesse acesso às memórias da família. A inominada, em um primeiro momento, se comporta como ouvinte e, em outra ocasião, é a narradora das histórias da vida da matriarca que, de certa forma, é também uma parte da história dos integrantes da família.

Quando silencia, escuta, toma nota e grava; quiçá não é quem depõe – o outro – que expurga suas dores e dilemas do passado. Já quando é ela que se põe no lugar de quem relata, por mais que as memórias não sejam só suas, o que ela faz é sair de um mutismo: “Às vezes, lia e relia com avidez as tuas cartas, algumas antigas, datadas ainda de Madri, e em muitas linhas tu lamentavas o meu silêncio ou a minha demora para escrever-te”. (HATOUM, 2008, p. 145).

E o silêncio é, pois, indicativo da existência de trauma. Por isso que, como afirma Benjamin, “[...] o relato que o paciente faz ao médico no início do tratamento pode se tornar o começo de um processo curativo”. (BENJAMIN, 1987, p. 269). Antes

de sua ida à Manaus, em uma passagem por uma clínica de repouso, naquele silêncio notado pelo irmão já pulsava a necessidade de se expressar:

Nessa época, talvez durante a última semana que fiquei naquele lugar, escrevi um relato: não saberia dizer se conto, novela ou fábula, apenas palavras e frases que não buscavam um gênero ou uma forma literária. Eu mesma procurei um tema que norteasse a narrativa, mas cada frase evocava um assunto diferente, uma imagem distinta da anterior, e numa página tudo se mesclava [...]. (HATOUM, 2008, p. 145).

Nem tema, nem gênero, nem forma. Apenas a vontade e a necessidade de se expressar para quem sabe se reestruturar psicológica e identitariamente. Inclusive, de todos os personagens, ela é a única que fala sobre o seu eu adulto, enquanto os outros se direcionam mais para o passado. O empenho de familiares e amigos em cooperar com o projeto, capitaneado pela neta, de reconstrução da vida da matriarca, se por um lado facilitou esse silenciamento, por outro conferiu centralização à Emilie, tornando também possível a reflexão da construção de sua identidade individual. Mais do que isso: a compilação da vida pregressa da matriarca nos mostra que ela ocupa posição de exemplar alteridade da mulher inominada, daí porque o seu desejo de escrita da história desse outro.

Além do recurso às diversas vozes presentificado na narrativa, observa-se em *Relato de um certo Oriente* distinção entre os capítulos que possuem a neta como narradora de suas próprias memórias e aqueles em que figuram as reminiscências dos outros personagens. Nestes últimos, se patenteia que o foco recai sobre o desvelamento da personagem Emilie. Não fortuitamente, os eventos rememorados se situam em momentos remotos⁴ e não só dizem respeito à vida da matriarca, embora com ela se relacionem, como é o caso do suicídio de Emir, da vinda do seu marido ao Brasil, de como ele a conheceu etc.

Já os demais capítulos apresentam claramente a referência a um destinatário, o seu irmão em Barcelona, o que lhes dá a nuance de serem cartas, fato também ratificado pelo assunto tratado ser, em sua maioria, ela própria. A carta é, segundo Foucault, justamente aquilo que,

⁴ Exceto o depoimento de Hindié Conceição, que se concentra mais sobre os dias finais de Emilie.

[...] constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros. A carta faz o escritor 'presente' àquele a quem a dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca de sua vida, das suas atividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física. (FOUCAULT, 1992, p. 150).

Mas essa característica aludida por Foucault sobre as cartas, de nelas serem expostas informações pessoais sobre quem as escreve, é, de certa forma, ultrapassada pelo romance hatouniano. Nele se observa que, em um dos três capítulos narrados pela neta de Emilie, no primeiro, a narradora o principia com impressões sobre a sua chegada à cidade e sobre a casa da mãe adotiva; em seguida, põe-se a recordar a amizade e o companheirismo entre o irmão e a filha de Samara Délia, Soraya Ângela, criança nascida surda e muda. Ademais, a neta fala sobre o atropelamento de Soraya e sobre a atração que a menina tinha pelo relógio negro, assunto que se conecta com a explicação da chegada do objeto à casa da família. Por fim, a narradora pondera sobre o regresso de Hakim à cidade, quem de todos era o que mais sabia dos segredos da matriarca. Como se pode observar, no capítulo-carta que inicia a narrativa, os assuntos abordados pela narradora pouco dizem a seu respeito.

Mas a voz da mulher inominada aparece novamente no sexto capítulo. É neste, em um diálogo com o irmão, que se plasman suas impressões sobre si mesma e também sobre Manaus, já que, ao chegar à casa de Emilie e lembrar que, como dissera a empregada, ela deveria estar no mercado, a neta decide, então, caminhar pela cidade. A voz da organizadora dos relatos é quem mais uma vez surge, agora no último capítulo da obra. No oitavo, ela reflete ainda a seu respeito e sobre alguns eventos que ocorreram antes de sua ida à cidade da infância para, em seguida, finalizar com reflexões metalinguísticas sobre a feitura da carta a ser destinada ao irmão.

Para além de o foco recair sobre o desvelamento de Emilie ou sobre a organizadora dos testemunhos, reconstruir o vivido é também reconstruir contextos socioculturais. Quando a narradora o faz, observamos que ela se deixa ver como parte “integrante” de diversos mundos. Seja de seu mundo da infância, numa Manaus que não mais existe e cujas memórias não nos dizem muito do seu eu adulto; mas estão lá, constituindo-a; seja do mundo para o qual ela regressa fisicamente, o de uma Manaus outra, onde as experiências protagonizadas por esse eu adulto são reveladoras de sua

fratura identitária; ou, ainda, seja do mundo do sul, lugar onde ela esteve antes de sua passagem por Manaus.

Já com relação à Emilie, seu pertencimento é duplo. A matriarca conseguiu, não sem dificuldades, fazer de sua casa em Manaus um pedaço do seu Líbano, visível desde a decoração suntuosa do sobrado, ornada com adereços e motivos árabes, até o cultivo de práticas libanesas, como comer fígado de carneiro cru, por exemplo, passando pelo trânsito entre seu idioma materno e a língua de sua segunda pátria, trânsito esse do qual não se isentavam vacilos e gaguejos na língua adquirida. Apesar de estar entre culturas, posição que a coloca num embate eterno com seus referenciais da cultura libanesa e com os das culturas manauaras, Emilie se fez pertencer em Manaus, pois foi onde encontrou espaço para ser.

Bauman, a respeito da luta que o imigrante trava consigo e com os que o rodeiam para tentar se adaptar a uma nova realidade, é esclarecedor:

Quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem, menos grandiosos os desafios e menos irritantes os efeitos. Pode-se até começar a sentir-se *chez soi*, “em casa”, em qualquer lugar – mas o preço a ser pago é a aceitação de que em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa. (BAUMAN, 2005, p. 20, itálico do autor).

Emilie não nasceu em Manaus, mas de um modo ou de outro foi capaz de, em tal lugar, se adaptar; a narradora nasceu em Manaus, foi adotada por Emilie e cresceu na cidade, até que passou a se sentir como uma estranha, fato que a fez deixar a família em Manaus. Ambas estão ligadas pela passagem de um tempo que, quando reconstruído por via mnemônica, revela que as duas existências – tanto a de Emilie quanto a de sua neta – são portadoras de concepções distintas de ser e de estar no mundo: a primeira é moderna e dialoga com vestígios da tradição, enquanto a segunda encarna mais intensamente os valores da pós-modernidade.

A utilização dos termos “tradição”, “modernidade” e “pós-modernidade” demanda certos esclarecimentos, pois geralmente há celeuma com relação ao emprego deles. Tendo sido as modernidades na América Latina muitas vezes implantadas através de projetos frágeis e danosos a certos grupos e tendo muitas tradições ainda

permanecido, há quem seja refratário com relação à presença da pós-modernidade nos contextos dos países latinos, como é o caso de Canclini (2015). Eagleton, por sua vez, defende que o pós-modernismo não é “[...] uma ‘etapa da história’, mas a ruína de todo esse pensamento etapista”. (EAGLETON, 1998, p. 35). Acrescenta ainda que:

Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou fundamentos definitivos de explicação. (EAGLETON, 1998, p. 7).

Caracteriza-se a linha pós-moderna de pensamento a partir de sua contraposição ao modo de pensar difundido pela modernidade que, apesar de abranger diversas formas de ação e de pensamentos humanos (seria mais correto, portanto, falar em modernidades), é mormente descrita a partir dos conceitos de ordem, progresso, desenvolvimento, emergidos na Europa “[...] a partir do século XVII e que se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. (GIDDENS, 1991, p. 11).

Ademais, galgava-se o estilo moderno através da implementação de processos de modernização urbana, social, política, econômica etc. Nenhuma sociedade se desenvolve em todos os seus níveis de forma igualitária: determinado setor social pode ter se modernizado, enquanto um tradicionalmente ter conservado seu secular modo de funcionamento e outro segmento institucional possuir orientação pós-moderna, por exemplo.

A integração entre a tradição, a modernidade e a pós-modernidade verifica-se amplamente em *Relato de um certo Oriente*. No espaço privado, os vestígios das tradições familiares convivem com as posturas tradicionais e modernas da matriarca e do patriarca, sendo representativa deste espaço a personagem Emilie. No espaço público, o mesmo procede, embora o processo de urbanização implementado na região norte de que a obra sutilmente trata indicia que, no contexto urbano, as marcas da modernidade são predominantes. A narradora, por sua vez, é quem se relaciona mais intimamente com o território citadino. Ela adota uma postura pós-moderna por, dentre outros aspectos, colocar em questão o ideal moderno de progresso ao qual Manaus foi submetida.

De modo geral, podemos afirmar que os fatos narrados da obra fazem referência à coexistência do modo tradicional, do moderno e do pós-moderno. A imigração sírio-libanesa para o Brasil efetivada nos finais do século XIX e a cultura intensiva da borracha no norte do país entre os séculos XIX e XX, responsável por viabilizar transformações urbanas, podem ser citados como fatos históricos incorporados pelo romance que remetem à modernidade. Já o modo servil de trabalho típico do sistema escravocrata cultivado no Brasil, que, apesar de ter sido abolido em 1888, permaneceu tradicionalmente como prática corriqueira no país, aparece nos sobrados das famílias de Manaus, como salientou Hakim em seu depoimento, e pode ser considerado como uma referência ao modo tradicional. Inclusive, na própria casa de Emilie, lugar onde os que se dedicavam aos serviços domésticos não eram assalariados.

Portanto, um modo de ser, de estar e de conceber o mundo não surge necessariamente para se sobrepor ao outro, pois como defende Canclini, “[...] na América Latina, [...] as tradições ainda não se foram [...]”. (CANCLINI, 2015, p. 17). Também na obra não vêm à tona para insinuar uma passagem de elementos materiais e simbólicos de menor para uma maior complexidade e, sim, para operarem a favor da diferenciação entre as personagens e entre as relações sociais estabelecidas nos diversos espaços apresentados na narrativa.

Mesmo sendo na casa onde foram vivenciados os primeiros conflitos e traumas – basta nos lembrarmos do trecho em que a narradora, ao recordar a cena do atropelamento de Soraya Ângela na infância, de seu corpo estirado no chão, vertendo sangue, rodeado de curiosos, diz ter sido essa “[...] uma das imagens mais dolorosas [...]”. (HATOUM, 2008, p. 19) de sua infância; é no lar, no espaço primordial, que afetos se fazem presentes. Tanto que um dos motivos para o regresso da inominada à casa da família deu-se em virtude do seu desejo de estar num ambiente onde foram cultivados valores autênticos.

Ao retornar a Manaus, a narradora parece ter ido em busca da rememoração de valores como família e solidariedade, entre outros, que não só contribuíram para sua mundividência, mas também foram constitutivos da visão de mundo de seu irmão [...]. (BRANDÃO, 2008, p. 89).

Ainda que com a família desfeita, os valores modelares que foram cultivados no espaço privado tornam-se transistóricos. Eles fazem parte da constituição da narradora, que julga as relações estabelecidas para além do sobrado como inautênticas por ter convivido com condutas que se estruturaram num ambiente regido por valores distintos dos que perpassam no *locus* mundano. Para a neta, a casa é o lugar onde se pode vivenciar a sensação de segurança e de apoio, pois ela se insere numa lógica divergente da que rege o mundo:

A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais. (GIDDENS, 2002, p. 38).

A casa é, ainda, ou passou a ser, o único lugar no mundo onde a narradora deseja estar depois de vivenciar experiências desalentadoras e trágicas. Voltar para tal ambiente não só se apresenta como um caminho possível a ser trilhado, mas também como o caminho que se quer trilhar, a princípio. A narradora, ao regressar para Manaus, intenta se (re) encontrar com o que quer que tenha permanecido do seu clã e com aquela que foi a responsável pela estruturação de um ambiente que lhe serve como referencial, a matriarca da família. Esta, ao contrário de todos, ficou à espera de alguém regressar, como se assim deveria mesmo ser.

O desejo de partir foi algo quisto e posto em prática por todos da família e respeitado pela matriarca. Para Emilie era compreensível que seus filhos e seus netos fizessem o que há muitos anos atrás um dia realizou. Hakim, em seu depoimento, fala sobre tal postura da matriarca, dizendo que desde o momento em que comunicou à mãe da sua partida até a despedida de ambos, Emilie não o contrariou nem tampouco tentou persuadi-lo a ficar. Com relação à neta, a conduta da matriarca foi semelhante: a mãe e o pai ajudaram-na a sair de Manaus quando ela manifestou interesse em realizar a viagem da partida.

Era com a matriarca, que se manteve coesa, e à espera de que alguém retornasse, que a narradora almejava reencontrar-se, como se a avó pudesse conduzi-la à salvação. Como se, mesmo o tempo tendo passado, certas coisas não tivessem sido afetadas pela

passagem do tempo: no sobrado, o afeto, o amor e a solidariedade ainda estariam impregnados nas paredes, nos quartos, na comida que se come e na mesa em que só restam lugares vazios, mas prontos para serem novamente ocupados por alguém que partiu: “Dizem que a tua avó há muito tempo não dorme; ela sonha dia e noite contigo, com teu irmão e com os peixes que vai comprar de manhãzinha no mercado [...]”. (HATOUM, 2008, p. 9).

A neta acredita que poderá vivenciar novamente o que teve quando infante na casa, porque, para ela, Emilie jamais mudaria. E se aos seus olhos a avó permaneceria sendo a mesma pessoa de outrora; a casa com os seus valores também não haveria de se transformar. O seu regresso é empreendido baseado na certeza de que, independentemente de quanto tempo tenha se passado desde a sua partida, ela pode voltar que tudo estará como antes, pois a matriarca escolhera não mudar. Emilie permaneceria fiel à imagem que os filhos e os netos possuem dela, por isso que voltar para a casa seria algo recompensador.

Sendo a casa onde vemos claramente a predominância de vestígios de tradições e Emilie a personagem que está para o território doméstico, poderíamos contrapor a permanência ao longo do tempo da personalidade da matriarca às identidades que são influenciadas pela celeridade e pela contingência do modo moderno e do pós-moderno. Contemporaneamente, o sujeito é capaz de sentir com mais vigor as mudanças que afetam a sua imagem sustentada para si mesmo e para os outros. Os “[...] quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social [...]”. (HALL, 1998, p. 7), como a família, a religião, por exemplo, estão sendo abalados. O próprio projeto modernizador, que pensava a história linearmente e em cuja passagem temporal estava pressuposta a noção de avanço, passou a ser fortemente questionado pelo sujeito pós-moderno.

A postura de desacreditar uma das bases do pensamento moderno provocou abalo na própria noção de identidade individual. Conceber que a história humana não necessariamente caminha rumo à prosperidade é dar margem para que haja descrença por parte do sujeito na possibilidade de construção de uma imagem una e coesa de si. Não estamos falando em ser precariamente determinado pelos condicionamentos sociais, mas questionar as referências nas quais secular e modernamente se investiram

sentido e crença, e em torno das quais vidas foram construídas; é fazer ruir ou, ao menos, dificultar o sustento de uma ou de várias identidades.

É o que ocorre com a personagem inominada em *Relato de um certo Oriente*. Como veremos mais adiante, a família, para citarmos um quadro de referência, ocupa lugar ambíguo em sua vida, sendo esse elemento, juntamente com outros fatores, que a levou à fragmentação identitária. Já Emilie, tradicional e moderna ao mesmo tempo, fez da sua própria família um dos seus mais importantes apoios e, assim, manteve-se, mais ou menos, estável identitariamente. E “Uma pessoa com sentido razoavelmente estável de autoidentidade tem uma sensação de continuidade biográfica que é capaz de captar reflexivamente e, em maior ou menor grau, comunicar as pessoas”. (GIDDENS, 2002, p. 55). Bem ou mal, a narradora conseguiu reunir passagens da vida da matriarca. Bem ou mal, os que com Emilie conviveram foram capazes de falar sobre ela porque a conheciam; e o que é conhecer o outro senão possuir qual imagem for ao seu respeito?

Já com relação à narradora, não sabemos quais imagens os outros personagens possuem dela, porque eles não possuem nenhuma de fato. E a imagem, por sua vez, que ela mesma faz de si representa “[...] um rosto informe ou estilhaçado [...]”. (HATOUM, 2008, p. 147). Enxergando-se fraturada, ela não é capaz de ser definida pelos fatos de sua vida pregressa, tal como ocorre com Emilie. Como casar, sem lastro identitário, o presente com o passado? A continuidade existente entre o que ela foi na infância/adolescência e o que ela é na fase adulta se dá tão somente pelo fato de as lembranças conectarem as duas “faces” do seu eu ficcional, na medida em que as recordações que se processam no eu adulto se referem ao eu de um tempo passado.

Pensar nessa noção de “continuidade biográfica” de que trata Giddens é algo que remete tanto ao tempo quanto à memória, aspectos caros à noção de identidade, conforme afirma Augusto: “[...] não é possível fazer menção à *identidade* sem considerar *tempo* e *memória*”. (AUGUSTO, 2011, p. 4, itálicos da autora). É assim também que se posiciona Paul Ricoeur em *O si-mesmo como um outro*, quando assevera que a identidade pessoal, “[...] só pode articular-se precisamente na dimensão temporal da existência humana”. (RICOEUR, 2014, p. 112).

Desta afirmação algumas conclusões podem ser obtidas: primeiro, a identidade pessoal não é um *a priori* e, sim, algo que o sujeito constrói reflexivamente e que a sustenta para si e para os outros. Isso implica em dizer que, sendo algo sustentado e

mantido, há uma sensação de permanência no tempo atrelada à noção de identidade, mesmo sendo o tempo um agente que torna a experiência fragmentada e dispersa, que separa o sujeito em diversos “eus”. Já o indivíduo que enxerga a si como fraturado, percebe sua própria experiência ao longo do tempo como descontínua. Nesse caso, “O tempo pode ser entendido como uma série de momentos descontínuos separando as experiências prévias das subsequentes de tal maneira que nenhuma ‘narrativa’ contínua possa ser sustentada”. (GIDDENS, 2002, p. 55).

Não se pode esquecer que o indivíduo é eterno devir. De um modo ou de outro, ele se mantém o mesmo e se refaz dialética e ininterruptamente. A identidade representa justamente essa ambivalência do sujeito: a de se perceber sendo o mesmo que, na verdade, já é outro. Emilie, ao contrário da narradora, é, como vimos, a personagem que representa o sentimento de permanência no tempo. A inominada não seria capaz de se unificar numa narrativa, por exemplo, haja vista ela não se ver coesa. É por isso que, o que vemos a seu respeito é tão somente ausência e falta de referenciais com os quais ela se identificou em sua trajetória de vida. E o desenho que ela forja de si não revela nenhum indício de permanência de sua identidade, embora ela tenha desejado que assim fosse.

O que contribui para que o sujeito se perceba como sendo o mesmo não obstante as mudanças que nele se processaram é a memória. É ela quem auxilia o sujeito a construir e a sustentar uma biografia para si e para os outros, ainda que a reconstrução do vivenciado esteja sempre sujeita a falhas, a incongruências e ao esquecimento. Rememorar não é um ato que visa ao desvelamento preciso do passado, pois o substrato da memória não é rígido nem tampouco imutável, mas está sempre sendo transformado pela ação do tempo: “[...] a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções”. (NORA, 1993, p. 109). Portanto, sejam quais forem os referenciais internalizados, eles não estão estagnados, haja ou não consciência efetiva por parte do sujeito de suas alterações.

É na escala da existência humana que a memória trabalha para fornecer elementos internalizados simbolicamente pelo indivíduo, tais como recordações, valores, códigos de comportamento, regras sociais, costumes, enfim; e que servem

como apoio àqueles que se encontram tanto em crise de identidade quanto aos que supõem terem a identidade estável.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente [...]. (POLLAK, 1992, p. 201).

Como vimos com Pollak, podemos dizer que a tese central de Halbwachs, desenvolvida e lançada postumamente em obra só no ano de 1950, no livro *La Mémoire Collective*, é a de que a memória é um fenômeno coletivo.

Afastando-se de concepções e de posturas que pensavam a memória estritamente como um fenômeno biológico ou como uma reação fisiológica a estímulos, Halbwachs defende que a memória dos sujeitos é construída através das relações grupais, o que equivale a dizer que, o indivíduo só é capaz de construir e de recordar se o mesmo pertencer a algum grupo social. Caso vivesse isolado, lembranças não seriam mantidas por muito tempo em sua máquina corporal, nem tampouco novas recordações seriam formadas, pois, para o funcionamento da capacidade mnemônica, é crucial o apoio fornecido pelos testemunhos dos outros:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 2006, p.30).

As recordações processadas individualmente seriam, portanto, pontos de vista sobre eventos de uma memória maior, da memória coletiva, portada por todo e qualquer grupo. Para Halbwachs, as lembranças mais difíceis de serem recuperadas são justamente as que se relacionam com fatos vivenciados somente pelo sujeito, porque não há, nesse caso, auxílio objetivo de outro ponto de vista para vivificar nele a lembrança suscitada por determinada experiência. Será essa lembrança mais vacilante,

digamos assim; exigirá ela do sujeito que se põe a recordar mais esforço e mais empenho de sua parte para reconstituí-la.

Seria interessante contrapor tais considerações de Halbwachs a alguns postulados desenvolvidos por Pollak em um de seus textos que aqui já citamos, o artigo *Memória e identidade social*. Em linhas gerais, o pensamento de ambos sobre memória em muito converge. Pollak, sendo posterior ao sociólogo francês, apropria-se de algumas ideias deste, sobretudo das ideias características da concepção halbwachiana de memória: as noções de que a memória é uma manifestação coletiva e de que ela é construída socialmente. Mas, se para Halbwachs a memória individual seria o registro-ponto de vista de um indivíduo sobre o passado, sempre apoiado pela memória dos outros; para Pollak, o sujeito não está totalmente submetido à memória alheia: é ele também capaz de construir suas próprias recordações, ainda que as memórias mais estáveis sejam as que se organizem em torno de indivíduos capazes de compartilhá-las.

Pollak defende ainda que, sejam as memórias coletivas ou individuais, elas apresentarão sempre três componentes, quais sejam: acontecimentos, pessoas (personagens) e lugares. Com relação ao primeiro componente, o autor difere os acontecimentos vividos pessoalmente daqueles que foram “vividos por tabela”:

[...] ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992, p. 201).

Sobre os acontecimentos vividos de modo indireto, Pollak afirma, ainda, que eles podem se referir também a eventos que não estão situados dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo, mas, que, através de formas de socialização, ocorre “[...] um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado tão forte, que podemos falar numa memória quase que herdada”. (POLLAK, 1992, p. 201). O mesmo raciocínio se aplica às pessoas que constituem as recordações de alguém. Podemos falar de pessoas que fizeram parte direta e indiretamente da vida de outrem e, também, de pessoas que não pertenceram ao mesmo espaço-tempo de uma pessoa, embora tenham se tornadas conhecidas devido a sua relevância histórica, por exemplo.

Por fim, os lugares da memória dizem respeito aos lugares que de fato foram frequentados pelo sujeito, bem como se referem aos lugares situados fora do tempo-espaço de vida de uma pessoa. Estes últimos “[...] podem constituir lugar importante para a memória do grupo e, por conseguinte, da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo”. (POLLAK, 1922, p. 202).

O que de mais importante devemos ater dessas considerações de Pollak sobre a memória e seus elementos constitutivos é uma noção que perpassa todos os componentes descritos e desenvolvidos pelo autor. De um modo geral, a formação de memórias envolve não só experiências vividas diretamente por quem recorda um evento pretérito; mas se relaciona também com experiências transmitidas através da socialização, isto é, com fatos vividos “por tabela”. O que a memória individual recalca e assimila não só diz respeito à vida do sujeito. As recordações são, em grande parte, frutos de todo tipo de transferências.

Esse caráter partilhado da memória de que fala Pollak dialoga com as concepções de outra teórica que aqui fazemos uso: Marianne Hirsch, autora que, em *The Generation of Postmemory: writing and visual culture after the Holocaust*, apresenta o conceito de “pós-memória”. Segundo ela,

Pós-memória descreve a relação que a geração posterior àquela que foi testemunha de traumas culturais e coletivos carrega acerca da experiência daqueles que vieram antes. Experiências que eles ‘recordam’ somente por meio de histórias, imagens e comportamentos em meio aos quais cresceram. Entretanto, tais experiências lhes foram transmitidas de forma tão profunda e afetiva, que parecem constituir memórias de próprio direito. A relação da pós-memória com o passado não é, portanto, mediada pela lembrança, mas pelo investimento imaginativo, pela projeção e pela criação. (HIRSCH, 2008, p. 106-107, tradução nossa).

Não se trata, pois, de um passado vivenciado pelas gerações posteriores à geração que testemunhou uma experiência traumática. O trabalho de pós-memória cria e imagina o que não é possível de ser recuperado em forma de testemunho, demonstrando, assim, como outras gerações se relacionam com o que foi herdado. Para Hirsch, a transmissão de vestígios de eventos pretéritos, dolorosos e traumáticos, não se dá através de narrativas que buscam reconstruir o que foi vivido por outrem. A difusão desse tipo de experiência encontra nas emoções, nos silêncios e nos comportamentos,

performados no interior dos grupos, os próprios caminhos para a “transferência” do que foi introjetado pela geração testemunhante de eventos atrozos a quem não os testemunhou.

Não estamos falando, entretanto, de qualquer formação grupal. No conceito de pós-memória, à família é dada importância crucial no processo de vivificação de um passado que ecoa no presente e, em última instância, que não pode ser esquecido. A família é um meio capaz de propiciar aos indivíduos a convivência com diversas experiências e temporalidades que se entrecruzam. Além disso, cada núcleo familiar possui sua própria linguagem, seus códigos de convivência, um *modus operandi* particular: “A linguagem da família, a linguagem do corpo: atos de transferência não verbais e não cognitivos ocorrem mais claramente dentro do espaço familiar, frequentemente como sintomas”. (HIRSCH, 2008, p. 112, tradução nossa).

Em virtude da incapacidade de se transmitir o trauma (este é uma experiência de ordem pessoal e de caráter irrepresentável), o que são disseminados às gerações sucessoras são os efeitos e os impactos de fatos traumáticos causados no aparato físico-mental do indivíduo testemunhante. Os não ditos e as atitudes, se por si sós não engendram narrativas sobre o passado, apontam, por outro lado, para a existência de experiências que eram impossíveis de serem comunicadas verbalmente, mas, que, quando imaginadas por outros, por terem perdido seus caracteres de traumas, tornaram-se fatos sobre os quais é possível falar.

O trabalho de pós-memória lida, portanto, com os sintomas causados por um choque em uma geração ou até mesmo em uma pessoa, e os mescla aos dilemas da geração posterior, pois o convívio com quem sofreu intensos danos psicológicos e físicos pode gerar novos traumas. Estes, por sua vez, são tanto típicos da geração subsequente à testemunhante, bem como são dilemas ainda relacionados aos danos sofridos pelos antepassados. O conceito de pós-memória, isto é, o relacionamento das gerações pós-memorial com o passado da geração antecedente, pode ser verificado em *Relato de um certo Oriente* através de diversos aspectos presentes na obra.

O primeiro deles seria com relação às recordações do personagem Hakim. Dada à proximidade que possuía com a mãe, é ele quem se encarrega de desvelar, imaginando e criando, para a neta e para nós, leitores, vários fatos do passado da vida de Emilie. Era ele o primogênito e o único escolhido pela matriarca para compartilhar com ela

lembranças do Líbano. Por isso que os capítulos em que a narradora relata os fatos contados a ela por Hakim são os que apresentam importantes referências à experiência traumática vivida por Emilie da separação de sua terra natal; experiência essa que, mais tarde, foi convertida em saudosismo pela terra perdida. É o que podemos observar a seguir:

Talvez por isso Emilie parava de viver cada vez que o eco quase imperceptível das badaladas da igreja dos Remédios pairava e desmanchava-se como uma nuvem sobre o pátio onde ela polia os anjos de pedra após extrair-lhes o limo e os carunchos acumulados na temporada de chuvas torrenciais. Ela interrompia as atividades, deixava de dar ordens a Anastácia e passava a contemplar o céu, pensando encontrar entre as nuvens aplastadas contra o fundo azulado e brilhante a caixa negra com uma tampa de cristal, os números dourados em algarismos romanos, os ponteiros superpostos e o pêndulo metálico. (HATOUM, 2008, p. 30).

O trecho acima se refere à obsessão de Emilie por um relógio negro que reverberava doze pancadas no convento onde ela iria seguir como freira em Ebrin, no Líbano. Até que seu irmão Emir adentrou no claustro exigindo a presença de Emilie na sala da Irmã Superiora, onde munido de um revólver ameaçou se suicidar caso ela não desistisse da vida de noviça. Virginie Boulad a dispensou do convento, alegando que se a vocação dela fosse ser serva do Senhor, ele a receberia em qualquer lugar do mundo. Mas isso:

Foi um golpe terrível na vida de Emilie. Ela concordou em deixar o convento naquele dia, mas suplicou que a deixassem rezar o resto da manhã e tocar ao meio-dia o sino anunciando o fim das orações. Foi a Vice-Superiora, Irmã Virginie Boulad, quem atribuiu a Emilie a tarefa de puxar doze vezes a corda do sino pendurado no teto do corredor contíguo ao claustro. Essa atribuição fora fascínio de Emilie por um relógio negro que maculava uma das paredes brancas da sala da Vice-Superiora. Ao entrar pela primeira vez nesse aposento, exatamente ao meio-dia, Emilie teria ficado boquiaberta e extática ao escutar o som das doze pancadas, antes mesmo de ouvir a voz da religiosa. Hindié Conceição me repetiu várias vezes que a amiga cerrava os olhos ao evocar aquele momento diáfano de sua vida. (HATOUM, 2008, p. 30).

À Emilie não bastava apenas evocar essa passagem de sua vida em Ebrin. Logo quando chegaram a Manaus foi necessária longa negociação entre o marido da matriarca e o marselhês que vendeu a *Parisiense* à família para que um relógio negro ficasse em

posse deles, como se este objeto fosse fundamental para que a personagem pudesse seguir adiante na nova terra. Em Manaus, Emilie, ao ouvir as badaladas da igreja dos Remédios, pausava a rotina para recordar sua passagem pelo convento. A matriarca constituiu vida em Manaus, tendo uma parte sua permanecida no convento. Tentou minimizar a saudade do claustro com a aquisição do relógio, e quando a igreja diariamente badalava o sino, a memória a transportava para Ebrin.

A sua pertença em Manaus deu-se com êxito, porque Emilie trazia para a rotina lembranças de sua vida no Líbano, e porque também manteve consigo objetos que a remetiam à vida em sua terra natal, como é o caso do relógio. A memória, ao mesmo tempo em que a dividia entre os dois países, também a unificava. Emilie estacionava o presente, mergulhava no passado e dele conseguia saltar de volta para o “agora”, retomando a vida no casarão como se a sua breve e diária pausa na rotina para adentrar no passado fosse a ínfima pausa que precede cada gole de café ou o ágil trocar de pernas que se faz no ato de caminhar. Esse trânsito por tempos diversos, que se refere às duas versões de Emilie, não foi capaz de fragmentá-la identitariamente. Ela se unifica sendo duas e permanece até o fim de sua vida sendo a Emilie uma que é duas: “Manaus era seu mundo visível. O outro latejava na sua memória”. (HATOUM, 2008, p. 81).

São essas, por exemplo, algumas recordações de Hakim de quando convivia com sua mãe. O trabalho de pós-memória e de memória do personagem, isto é, o trabalho de reconstruir fatos vividos por ele e eventos que foram vividos “por tabela”, porque vivenciados pela mãe, cria para o leitor passagens de histórias de duas vidas que se entrelaçam: da vida de uma personagem que sofreu a dor da separação forçada da terra natal e da vida de um representante da geração posterior a quem experienciou aquele trauma. Por Hakim ter vivido num ambiente em que a experiência do exílio se manifestava subjetivamente, como pudemos observar, ele é capaz de recriá-la e reportá-la à terceira geração da família, que é o que ele faz, ao participar do projeto da neta de elaboração da carta.

No romance hatouniano, o relacionamento das gerações pós-memorial com o desterro da geração da matriarca e do patriarca se manifesta não apenas através da apropriação, como objeto de discurso, dos sintomas que a perda da pátria causou em Emilie, sobretudo. Observamos que, mais do que reconstruir passagens de uma história fruto da vivência do abandono da morada primordial, as prospecções efetuadas no

passado, tanto por Hakim quanto pela própria narradora, evidenciam os efeitos que o deslocamento vivido pela matriarca da família causou na vida de ambos os personagens.

Antes de prosseguirmos com a abordagem da noção de pós-memória em *Relato* é importante fazermos uma breve teorização acerca de outra noção que aqui já vem sendo comentada: estamos nos referindo à ideia de exílio. Vimos anteriormente que, para Hakim, Emilie possuía dois mundos dentro de si: o mundo visível, a sua Manaus; e o mundo que latejava em sua memória, o seu Líbano. E entre eles se dividia. Vagava rotineiramente pelos lugares da memória e da memória saía para adentrar no espaço-tempo do seu presente. É justamente essa consciência dupla que a matriarca apresenta que nos remete à experiência do exílio, a qual se baseia “[...] na existência do amor pela terra natal e nos laços que nos ligam a ela [...]”. (SAID, 2003, p. 59).

O sujeito exilado é aquele que, por razões que inviabilizam a vida e a sua permanência em sua pátria, foi banido ou banuiu a si próprio dela, tornando o regresso à terra natal ato proibido. Como consequência da expropriação de um território, posteriormente ocorre a apropriação árdua de outro pelo exilado, que geralmente adia por toda a vida o retorno ao seu local de origem e a recuperação dos laços nele cultivados outrora. Estes se tornam condenados a permanecerem como espectros, uma vez que serão eternamente requisitados como lembranças afetivas de um lugar deixado para trás.

Como esta acepção mais tradicional do conceito – a que vê a prática exílica como um deslocamento entre fronteiras nacionais – articula-se a uma contraparte, ao ato de se apropriar de um abrigo; as recordações do lugar de onde se foi desterrado somar-se-ão a tudo o que ocorrerá ao sujeito em seu novo território: ao que ele se apossará tanto consciente quanto de maneira mais inconsciente e intuitiva. Isso o tornará detentor de uma consciência “contrapontística”; de uma consciência que colocará sempre em confronto as experiências da terra natal com as experiências vividas no novo *locus*.

O bifurcamento da consciência de Emilie, como observado, reverbera em sua rotina. Por mais que os vínculos com o Líbano tenham sido desterritorializados, eles continuaram operando sentidos, de modo que se expropriar deles era impossível. Diferentemente de um pedaço de terra, do qual se apartar, ainda que possa ser algo doloroso, é tarefa realizável. Os seus dois mundos, o visível e o que palpitava em sua memória, mostram-se por vezes tão imbricados, que não era o sujeito, nesse caso

Emilie, que detinha o controle da memória, e sim um estímulo externo a ela. O aroma das frutas do seu mundo visível, por exemplo, era capaz de jogá-la repentinamente no espaço da reminiscência do odor dos figos do Líbano, como podemos observar no trecho abaixo:

O aroma das frutas do ‘sul’ vaporava, se colocadas ao lado do cupuaçu ou da graviola, frutas que, segundo Emilie, exalavam um odor durante o dia, e um outro mais intenso, mais doce, durante a noite. ‘São frutas para saciar o olfato, não a fome’, proferia Emilie. ‘Só os figos da minha infância me deixavam estonteada desse jeito’. (HATOUM, 2008, p. 79).

A consciência dual que Emilie apresentava, quando em convívio familiar, reverberou profundamente nas vidas de Hakim e da narradora. Com relação a estes dois personagens, veremos que “A perda da família, do lar, do sentimento de pertencimento e de segurança no mundo ‘sangra’ de uma geração para a outra [...]”. (HIRSCH, 2008, p. 112, tradução nossa), demonstrando, assim, que a “transmissão” intersubjetiva do “trauma” é capaz de gerar novos traumas. Sintomas indiciam a existência de um evento profundamente doloroso experienciado por alguém e que permanecem no sujeito. No convívio interpessoal eles se manifestam de um modo ou de outro e, por isso, acabam por interferir na formação dos indivíduos que convivem com quem sofreu o dano.

É isso, pois, que observamos no romance. O fato de eles terem crescidos e vividos num espaço com mãe e pai exilados possibilitou aos personagens Hakim e a narradora proximidade e convívio com vidas que realizaram deslocamentos geográficos antes de se fixarem em um território; com vidas que, em todo momento, vivenciavam sentimentos causados pela prática do abandono da terra natal, tal como a sensação de nostalgia e de estar sempre dividido entre o “lá” e o “cá”. Quando infantes e adolescentes, a narradora e Hakim viviam indiretamente tais sentimentos, porque a casa da infância era impregnada de uma atmosfera propícia a tais experiências. Não estranhamente, ocorreu com eles, personagens da segunda e da terceira gerações da família, o mesmo que se sucedeu à matriarca e ao patriarca do clã: Hakim e a neta também deixaram a cidade natal para se sedentarizarem em outro território.

É interessante perceber que, a ausência de laços afetivos para com o território citadino em que nasceram, fato que cria uma suposta impossibilidade de retorno a este

lugar, é algo tão forte à Hakim, por exemplo, que ele age como se, de fato, tivesse sido banido de Manaus. Depois de sua saída da cidade natal, ele apenas regressa na ocasião da morte da mãe e, inclusive, se considera um expatriado, como podemos observar a seguir: “Ao viajar para a Europa, por volta de 55, pensei que ele [Dorner] nunca mais pisaria em Manaus. Na verdade, fui eu quem me exilei para sempre. A sua viagem coincidiu com a minha para o sul”. (HATOUM, 2008, p. 72), confessa Hakim.

É assim também que devemos pensar a respeito da narradora. Em seu trabalho de memória e de pós-memória, observamos que ela faz uso consciente de sua capacidade mnemônica para compilar fatos da vida pregressa de Emilie e para recuperar vestígios do passado, tanto seu quanto dos outros, com os quais pudesse manter correspondência, como ocorria com a matriarca nos momentos em que adentrava nos espaços-tempos de recordação. De fato, há um encontro da narradora com as suas raízes, propiciado pela memória, pois ainda que o eu da infância não seja o mesmo do eu adulto, o que se é hoje é o que se foi um dia.

Percebe-se, entretanto, que quando narradas, as recordações comunicam o sentimento de falta que existe no seu interior. A inominada perambula nostalgicamente pelos lugares da infância, pelas sensações e pelos eventos do passado, pelos traumas, e as imagens que surgem do seu ato de recuperar os espectros do pretérito, estabelecem mais um mosaico de lembranças soltas do que um fluxo narrativo com eventos encadeados ao menos de um momento de sua vida. Nos capítulos em que ela fala de si mesma, o que no passado foi internalizado e que vem à tona mnemonicamente não opera a favor do estabelecimento de sua continuidade identitária.

A inominada fala sobre a infância de forma difusa, um pouco sobre o seu eu adulto, e omite tudo o que ocorreu entre essas duas fases de sua vida, como se a sua história de vida fosse uma história de desencontros. Por razões também não reveladas, ela opta por colocar mais véu em algo que já é por si só nebuloso e encoberto, que é o passado. As memórias escritas presentificam momentos da infância, lacunas, traumas, sua crise de identidade e a imagem de um ser que se assemelha a de um exilado. Mas de um exilado destituído de um território externo e interno, tal como era o Líbano para Emilie, porque não foi banido, no sentido literal, de sua terra natal.

O primeiro banimento da narradora foi o da infância por ter amadurecido. Não é o universo da infância a primeira pátria de todos? Mas, então, dele se expropriar, ao

crescer, é um processo natural na vida de todo ser humano. O fato é que além desse desterro outros ocorreram, embora não com a naturalidade do banimento primordial. Além de ausente o sentimento de pertencer à Manaus, o mesmo ocorre com relação a alguns “Lugares em que o sentimento de pertencimento era tradicionalmente investido [...]”. (BAUMAN, 2005, p. 37), como a religião, o trabalho, a família, por exemplo. Esses “lugares” devem ser considerados como formas que possibilitam o pertencimento do sujeito, ao serem capazes de fornecer estabilidade nos diferentes meios sociais onde o mesmo se insere, criando, assim, identidades para o indivíduo.

Por isso, pensar contemporaneamente na perda de um sentido estável de si é um fenômeno que envolve duplo deslocamento: “[...] descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos [...]”. (HALL, 1998, p. 9). Esse duplo deslocamento, que se relaciona intimamente com a ausência por parte do sujeito de uma imagem estável e favorável de si, impõe alguns questionamentos: descentrar-se dos lugares sociais e de si próprio é algo que ocorre à revelia do indivíduo? Ou ele participa ativa e conscientemente desses processos de descentração? Tanto Emilie quanto a narradora valorizam, cada uma, o seu passado. Ambas conseguem com ele dialogar, mas Emilie o faz mais proficuamente. Estando o indivíduo em crise de identidade, o que foi outrora internalizado deixa de estabelecer identificações com o sujeito, interferindo, assim, na relação com aqueles lugares em que se investia o sentimento de pertencimento e conseqüentemente na sua autoimagem.

Esse processo demonstra que “[...] o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis [...]”. (BAUMAN, 2005, p. 17). Pois “[...] as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’”. (BAUMAN, 2005, p. 17). Bauman considera que o sujeito é completamente livre para se tornar o que deseja ser e para “pertencer” a algum território quando quiser. Tal posicionamento é claro quando mais adiante em seu livro *Identidade* ele afirma: “Os experimentos jamais terminam. Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você as escolha”. (BAUMAN, 2005, p. 91). Contrariamente à Bauman, acreditamos que ninguém é totalmente livre para ser o que convém e para pertencer a qualquer lugar se assim desejar. Sentir-se deslocado tanto simbólica quanto territorialmente, em crise de

identidade, é uma experiência traumática e dolorosa para quem a vivencia. Logo, é de se imaginar que estar nessa situação não faz parte de uma escolha intencional.

Por outro lado, conceber o sujeito apenas determinado socialmente e não, também, como um agente, como alguém capaz de recusar certas disposições culturais e formas de pertencimento, é uma forma grosseira de entendê-lo. Quando se considera o sujeito como aquele que age reflexivamente, a identidade adquire outra dimensão, a dimensão de algo que pode ser, em partes, escolhido. O próprio Hatoum, a respeito desse caráter ambivalente da identidade, se posiciona dessa forma:

Cito Todorov: os seres humanos são influenciados pelo contexto em que nasceram, e esse contexto varia no tempo e no espaço. O que cada ser humano tem em comum com todos os outros é a capacidade de ‘recusar’ essas determinações. (...) Ou seja, ter a liberdade de escolha. Nesse sentido, identidade é também uma escolha: assimilação das diferenças, abertura para outras culturas. (Hatoum, 2002, p. 9, *apud* CHIARELLI, 2007, p. 40).

Essa “concepção” hatouniana de identidade – ser esta uma escolha, mas não somente isso – faz-se presente no próprio *Relato de um certo Oriente* com relação às identidades da inominada e de Emilie. Deliberadamente, a narradora deixou Manaus e a ela retornou; mas o mesmo não se pode dizer com relação ao seu não pertencimento, conforme ela confessa: “E eu não queria ser uma estranha tendo nascido e vivido aqui”. (HATOUM, 2008, p. 110). Semelhantemente fez Emilie quando saiu do Líbano com Emílio e Emir. Ainda que num certo trecho da narrativa o que se evidencia com relação à saída da terra natal foi que ela se deu por motivos financeiros – como se deixar o país de origem não fosse uma opção – houve escolha dos três para empreenderem a viagem.

Nesse ato reflexivo e deliberado de se abrir para outras culturas, como ocorre em *Relato de um certo Oriente*, há também espaço para o imponderável, para o que não estava previsto pelos personagens que se colocaram na posição de convívio com realidades culturais distintas irrompesse em suas vidas. Foi o caso do suicídio de Emir. Na decisão dos irmãos de ir para Manaus não estava previamente inscrito que em algum momento de suas vidas Emir iria se deixar ser tragado pelas águas do rio Negro. Portanto, pensar nas identidades da narradora e de Emilie é considerar que o devir de

cada uma delas comporta tanto o que pode acontecer à revelia do sujeito quanto o que acontece como parte de uma ação praticada intencionalmente pelo indivíduo.

“Segundo Retrato

Aos poucos tudo
voltou a ser sua permanente
lembrança,
como se cada coisa
guardasse, na passagem
dos dias, a imanência do amor,
ou como se o amor –
transformasse o olhar
numa máquina de decifração do que faltasse em tudo”.

Weydson Barros Leal

3 SOBRE EMILIE

O falecimento inesperado de Emilie foi o que impulsionou a neta a navegar pelas águas incertas de sua memória e pela memória dos outros personagens que povoaram sua infância e a vida da matriarca:

Pra te revelar (numa carta que seria a compilação abreviada de uma vida) que Emilie se foi para sempre, comecei a imaginar com os olhos da memória as passagens da infância, as cantigas, os convívios, a fala dos outros, a nossa gargalhada ao escutar o idioma híbrido que Emilie inventava todos os dias. (HATOUM, 2008, p. 148).

A morte não traz apenas a impossibilidade de se ter o outro presentificado, ela é também o encerramento de um ciclo. Do ciclo de um corpo que pereceu. Mas aqui nos interessa outro ciclo. O ciclo dos afetos, que fenece com o fim da vida de um corpo. Afetos que não se objetivam mais porque não passam por aqueles lugares possíveis: pelo olhar, pelo gesto, pela fala. Gestos que Emilie tão bem deles se apropriava para fazê-la se sentir mãe do mundo e ter os filhos cativos de um amor desmedido: “– Sabes que nunca precisei deles, mas Emilie... como podia viver sem ela? Ninguém podia viver longe de Emilie, nem refutar suas manias”. (HATOUM, 2008, p. 18), assim ponderou Samara Délia demonstrando quão entrelaçada era ela a sua mãe, a mesma que a rejeitou ao saber de sua gravidez.

A devoção de Emilie pelo cristianismo interferiu sobremaneira na aceitação da gravidez de Samara, que além de não ter sido fruto de uma união matrimonial, ocorreu num momento em que boneca ainda era seu brinquedo. Aos olhos de Emilie, a atitude da filha fez dela uma pecadora, sendo-lhe necessário o perdão divino. Conforme argumenta Fidelis, “A anomalia de Soraya (criança surda-muda) reforça, por um lado, esse sentido de pecado (podendo ser visto como claro sinal de retaliação à mãe pelo pecado cometido)”. (FIDELIS, 1998, p. 106).

Colocando os dogmas religiosos acima de sua relação com a precoce mãe, não tardou Emilie aconselhar a filha a rezar todas as noites e a ser casta pelo resto da vida. Emilie também agiu para que a própria filha vivesse o inferno ainda na Terra, por exemplo, quando tão somente apaziguava o tratamento cruel e perverso que seus outros dois filhos, os abomináveis, davam à irmã, justificando que era atitude típica de

adolescente. A matriarca só percebe o dano trágico que a não aceitação de sua parte e de muitos de sua família da gravidez de Samara, por ela mesma alimentada, causou quando Samara, já depois de ter perdido a filha num atropelamento, debandou sem comunicar seu paradeiro.

“Emilie? Sim, às vezes vem à *Parisiense* e entra no meu quarto para chorar. Nunca sei por quem chora ou o que mais a entristece; a ausência de Hakim? A morte do irmão ou de Soraya? A idiotice dos dois filhos?”. (HATOUM, 2008, p. 18). Se na reflexão de Samara a respeito do sofrimento de sua mãe ela está implicada como possível causa do padecimento da matriarca, está de modo indireto: através da morte de Soraya e do comportamento abusivo de seus outros filhos para com ela mesma. Em nenhum momento da narrativa fala-se de um perdão dado à Samara por Emilie, por exemplo, porque esta aparentemente só sofreu por aquela quando ela partiu. Já Samara, quiçá tenha esperado a vida toda por um perdão de sua mãe.

Como se vê, a religiosidade era algo de marcante presença na vida de Emilie e isso desde tenra idade. Devota do cristianismo, já sabemos que ela almejou, quando ainda morava no Líbano, a vida no claustro. Em Manaus, o fervor religioso da matriarca permaneceu, mesmo com o seu marido sendo mulçumano. Hakim, em seu depoimento, fala que em diversos momentos surpreendia a mãe entoando cânticos, com a palma das mãos deitada no peito, e que por encontrar, em suas incursões ao baú inviolável de Emilie, inúmeras Ave-Marias escritas, imaginava que ela as escrevia nos momentos de desespero, quando não podia rezar.

A religião norteava muitos dos comportamentos de Emilie e até as suas relações interpessoais. Mas essa potencialidade do sagrado foi sendo minada de sua vida desde o atropelamento de Soraya Ângela. Hakim percebeu o abalo na fé da mãe antes mesmo de sair de casa, nos últimos anos de convívio com ela. Para o filho, a mãe

Parecia vegetar num tempo sem tempo, e alegava aos amigos que a rotina do dia a dia, tão fastidiosa quanto a inatividade de um paralítico ou de uma pessoa mutilada, ensombrecia a própria vida. (HATOUM, 2008, p. 91).

Deixar de crer, quiçá relegando a fé no numinoso e nos santos apenas para o lugar mais recôndito da alma, é, na verdade, a autenticação de que a matriarca esteve em constante

devir durante a sua vida. A crença em uma religião ou em uma figura, uma imagem, um objeto, enfim, que seja considerado portador de uma sacralidade dá-se mormente porque se transmite de geração em geração que a transcendência é capaz de atuar na vida terrena.

Quando um acontecimento de grande tragicidade acontece na vida de uma pessoa religiosa, é igualmente comum esta se questionar a respeito da presença divina, em virtude da intervenção no destino humano por via de um evento doloroso. E esse evento doloroso para Emilie foi a morte de Soraya, sua neta. Segundo Hakim, após a morte da criança a descrença de Emilie foi tomando conta de sua vida e quando a perda da fé é que passa a ser cultivada, se enfraquece o poder outrora dado ao sagrado. Como consequência, o abandono, ao menos parcialmente, daquele “eu” que se irmanava com o divino e que deixava seus atos serem regidos por dogmas religiosos, é inevitável.

Parcialmente, porque no caso de *Relato de um certo Oriente*, após o sumiço de Samara, Emilie passou a acreditar que o regresso da filha dependia de um perdão dado a ela pelos irmãos inomináveis. A religião foi sendo destituída de poder por Emilie, mas ela nunca “[...] dessacralizou seu mundo e assumiu uma existência profana”. (ELIADE, 2001, p. 19), como o homem moderno e o pós-moderno mormente têm feito. Ainda que com menor intensidade, a matriarca continuou pautando a sua existência na transcendência, mantendo, inclusive, um altar em casa com santos, deuses e iluminuras, como se desejasse “[...] viver o mais possível no sagrado ou muito perto dos objetos consagrados”. (ELIADE, 2001, p. 18).

O patriarca da família, que era muçulmano, também exercia a sua religião com fervor, fosse em casa, fosse na *Parisiense* atrás do balcão da loja lendo o Alcorão. A presença de dois segmentos religiosos distintos no espaço doméstico causou pouca desavença na vida da família, a não ser no dia em que se preparava uma ceia natalina. Hindié, encarregada da organização, utilizou um costume corriqueiro na cidade, o qual consistia em matar dezenas de aves torcendo-lhes o pescoço depois de embebedá-las. O ato foi desaprovado pelo pai que, como retaliação à Emilie e à sua amiga pela chacina animal, quebrou diversas imagens religiosas da mulher. Depois desse desacordo, e a fim de evitar outros no futuro, Emilie e o marido privilegiaram a liberdade individual dos filhos, decidindo não castrarem o poder de decisão deles com relação a que religião seguir ou se não desejassem filiar-se a nenhuma.

Tanto para a matriarca quanto para o patriarca, a religião era um lugar em que se investia sentido, porque ela organizava a vida de ambos na terra: a conduta cotidiana de cada um e até o trato com os filhos. Esse aspecto da relação entre Emilie e a filha nos incita a alguns questionamentos: Se a matriarca adora um deus que preconiza acima de tudo o amor ao próximo, por que renegá-la? Se o perdão concedido aos pecadores é um exemplo do amor de Jesus Cristo pela humanidade, e se o deus que ela venera morreu por amar incondicionalmente os homens, por que Emilie como sua fiel seguidora não poderia libertar a filha do suplício a que foi condenada?

A mãe e o pai não impuseram nenhuma religião aos filhos; mas, contraditoriamente a essa liberdade garantida, Emilie “aconselhou” Samara a ir à igreja todos os dias para rezar. Se, como disse a própria filha, ninguém era capaz de refutá-la em suas deliberações, então o aconselhamento era quase uma imposição. Os questionamentos acima elaborados nos mostram o quanto Emilie era religiosa e o quanto a religiosidade na sua vida às vezes se fazia presente de modo contraditório: com julgamento e a não aceitação do outro. Mas a complexidade da personagem Emilie não se revela apenas com relação à não aceitação da gravidez de Samara.

É no ato de exercer o amor maternal que a matriarca da família se manifestava em toda sua complexidade. Seu amor, em constante emanção, transbordava em seus excessos sobretudo se se tratasse dos homens da família. A matriarca não fazia questão de dissimular a sua veneração por eles, como foi capaz de observar no trecho em que Samara insinuou ser Hakim o preferido. Hakim, em seu depoimento, também faz referência à veneração que sua mãe tinha por ele ao recordar o momento em que anunciou a sua saída de casa:

Quando lhe comuniquei diante dos outros irmãos a minha decisão de ir embora daqui, ela expressou a sua surpresa com uma torrente verbal que só nós dois entendemos. Percebi que alguma perversão havia na sua atitude. Indefesos, atordoados, quem sabe excluídos, banidos do pátio. E eu pensava: ensinou a mim e a nenhum outro, para sermos confidentes, para ficarmos sozinhos na hora da separação. Ela não falava para proibir, condenar ou censurar, mas para que eu sentisse com toda a intensidade, como uma explosão detonada só dentro de mim, a dor da separação. (HATOUM, 2008, p. 92).

A presença ancestral da cultura libanesa na vida de Emilie se patenteia sobretudo através da relação desta personagem com a língua árabe. A matriarca, como apontou inicialmente a narradora, criava diariamente um idioma híbrido, produto da fusão de sua língua materna com a segunda língua adquirida. Também havia momentos em que Emilie pronunciava longas e inteiras frases em árabe, como se houvesse circunstâncias em que só era possível se expressar na língua de sua pátria. Foi isso o que ocorreu na hora em que Hakim comunicou a sua decisão de ir embora.

Desinteressada em passar adiante o conhecimento da língua árabe aos filhos, a não ser a Hakim, Emilie demonstrava, com essa atitude, que a ele foi o único a quem se concedeu permissão para se aproximar um pouco do seu universo libanês, pois um dia o seu venerado filho iria abandoná-la, e quando isso acontecesse, ela não seria capaz de expressar a dor em outra língua que não fosse a língua materna. Ela, que não aceitou a decisão do filho, mas também não se opôs ao desejo dele de partir, precisava fazê-lo sentir a dor da separação já nela presente antes mesmo do seu anúncio. Fazê-lo sentir a dor sem que com os outros pudesse compartilhá-la, para que aquele momento se eternizasse como sendo só de ambos, apesar da presença da família. Emilie, ao falar em árabe, queria mais do que nunca tornar Hakim seu, não permitindo que ele dividisse com ninguém sua atenção.

Essa postura materna de adoração pelos homens da família verifica-se também no trecho em que a narradora comenta de um hábito que tinha Emilie para com o neto adotivo:

Era uma incongruência que te cobria da cabeça aos pés: botas, bordados, meias compridas, extravagâncias de Emilie, que te acomodava numa cadeira alta, tuas pernas no ar, e sentias uma espécie de vertigem porque olhavas para o chão como se fosse um abismo e lá no alto permanecias imóvel: estatueta ou brinquedo para os adultos que te contemplavam, examinando tuas bochechas, o teu perfil, o pouco do teu corpo que era visível naquele trono cuidadosamente colocado sob a parreira do pátio menor [...]. Emilie se regozijava durante essa sessão de idolatria, fazia gosto observar sua postura de mãe do mundo, estendida sobre ti tal uma redoma radiante a inflar perpetuamente [...]. (HATOUM, 2008, p. 20).

Era no território doméstico, pois, que a personagem desempenhava papéis aos quais se dedicou em sua vida inteira: o de ser mãe e o de ser esposa. Emilie era ocupada demais com a vida no sobrado para deliberar sobre assuntos que não dissessem respeito

à família e à casa, fosse com a estranha preparação do neto para fazê-lo de troféu às suas amigas; fosse empenhada em manter o funcionamento do lar. Este último hábito foi mantido até a velhice, momento em que, para não sucumbir às adversidades da vida, Emilie permaneceu preenchendo o tempo, dedicando-se incansavelmente às atividades domésticas mesmo quando todos já estavam distantes.

Emilie, que não sabia amar sem ser em excesso e não era capaz de esconder o amor por quem transbordava, transformou no fim de sua vida esse exagerado amor em saudade desmesurada dos ausentes. Além do comprometimento com a arrumação do sobrado já depois da debandada dos filhos e dos netos, a matriarca dedicava-se à leitura exaustiva das cartas de Hakim, e se na noite dormia, era apenas com o intuito de sonhar com o filho e com o irmão suicida. Um encontro com o primogênito era tão intensamente desejado, que a mente, durante a noite, reproduzia o que a matriarca ansiava com afinco ao longo do dia.

Mas, a saudade sentida dos que debandaram não pode ser apontada como uma peculiaridade face ao contexto em que a personagem se encontrava. Emilie era mãe, estava idosa, ficou viúva e morando sozinha, sem a presença dos filhos e dos netos. Nunca recebeu uma visita de Hakim, que, desde que partiu, com pouco mais de vinte anos, mandou somente cartas e fotos. A princípio, o amor e a saudade em exagero podem ser considerados como indícios de o quanto Emilie se reconheceu na maternidade, de o quanto ser mãe foi, para ela, um projeto de vida ambicionado.

E não eram apenas os de casa que a reconheciam como mãe. Em troca do ato filantrópico exercido todos os anos pela matriarca, que consistia em dar comida a cada um da fila indiana que se formava na porta do sobrado, os beneficiados “[...] lhe ofereciam presentes que eles preferiam chamar de ‘lembranças para a mãe de todos’”. (HATOUM, 2008, p. 89). O comportamento de dedicação aos filhos ela estendia para com os mais necessitados financeiramente da cidade, criando, assim, um laço de dependência entre ambas as partes: Emilie sentia-se mãe porque os provia de comida, ainda que fosse uma vez ao ano, e eles a retribuía com objetos, plantas e animais.

Se ser reconhecida como mãe, tanto pelos filhos biológicos quanto por quem não fizesse parte de sua prole, preenchia a vida da matriarca de sentido, como se o exercício da maternidade fosse algo por ela sempre ansiado; com relação à posição de esposa, devemos nos perguntar qual o lugar que o matrimônio ocupava na vida de Emilie e,

também, como ela se relacionava com o casamento, por exemplo. Ao falar sobre a ocasião em que a imigrante conheceu o seu futuro marido, a narradora conta que ele já tinha escutado falar dela em Manaus, mas que ela só teve conhecimento dele no momento da morte de Emir. Ambos se viram pela primeira vez no dia que o corpo foi encontrado e casaram poucos meses após o enterro daquele. O homem que viria a constituir família com a imigrante entrou na casa onde ela morava com Emilio, “[...] retirou da algibeira uma caixinha, colocou-a na palma da mão direita e a ofereceu a Emilie”. (HATOUM, 2008, p. 61).

Outro aspecto ao qual gostaríamos de nos referir diz respeito ao sexo. Para o casal, a atividade sexual, já muito distante apenas de sua função meramente reprodutora, era desempenhada cotidianamente com prazer e desejo. Emilie

Padeceu com a morte de parentes e as agruras da família inteira, mas sempre fez das noites uma festas de prazeres que contaminava todos os aposentos das duas casas em que morou, sem se preocupar com o que iria dizer ou pensar o filho do quarto vizinho ou a empregada do quarto dos fundos, de modo que, se o enfado e o esmorecimento deixavam-na sem forças como uma badana, as noites de amor devolviam-lhe o viço e a gana de viver. (HATOUM, 2008, p. 106-107).

É fato que a constituição da família dos exilados – crianças adotivas, amiga morando num quarto dos fundos com amplo acesso a casa, e com o sexo sendo praticado rotineiramente – já apresentava uma arquitetura distante de muitas que eram fundadas visando o casamento tão somente como um meio para a reprodução, o que imprimia nessas um caráter mais tradicional, por exemplo. Mas os excessos de Emilie, fossem no amor, fossem na saudade, fossem no sexo, indica-nos que a sua dedicação à família foi, sim, seu projeto de vida, mas o foi, porque a ela não foi dado outro projeto que pudesse ser investido de sentido. Não havia outras esferas para a matriarca se dedicar, como a profissional.

O estilo intenso e desmedido que Emilie não fazia questão de dissimular deve ser visto como uma das imagens que ela gostaria que os outros dela eternizassem. Isso não quer dizer que a matriarca não tenha sido uma mãe verdadeiramente afetuosa, que ela não amou quem a rodeava ou que o sexo com o marido não lhe era prazeroso. Para nós, há nos atos de Emilie com relação à família um grande esforço de sua parte em se

mostrar maternal e amorosa, pois a casa e tudo o que a ela está associado se tornaram o seu mundo e sem ele, ela não vive ou, pelo menos, não vive bem. A matriarca se agarra nas pessoas e nas relações com intensidade para seguir adiante. A necessidade de sustentar a imagem de que a família lhe basta e que, por isso, não há como expressar satisfação a não ser através do excesso, esconde pavor de ver a si mesma desabando nas horas e nas atividades do dia. Vejamos o trecho a seguir:

Os quartos da casa permaneciam arrumados, uma colcha de renda cobria cada leito, as redes em diagonal dividiam o espaço dos aposentos, e os tapetes de Kasher e Isfahan enobreciam a sala onde se encontrava o relógio negro. Emilie nutria uma vaga esperança de que algum dia, alguém vindo de muito longe compartilhasse a sua solidão. Hindié me contou que a amiga dela pressentia a minha chegada, pois falava muito na gente [...]. (HATOUM, 2008, p. 123).

Emilie dedicava-se para manter o espaço doméstico em ordem e assim foi até o fim de seus dias, como revelou Hindié: “Tudo no sobrado estava impecável, e nada, nenhum objeto, fora do lugar”. (HATOUM, 2008, p. 137). A matriarca mantinha a esperança de que os filhos e os netos regressassem e, que, quando o fizessem, encontrassem tudo como sempre fora. Como se ali, nos quartos e no sobrado, onde os objetos estavam sempre limpos e organizados, o tempo não tivesse deixado suas marcas. Como se ali, naquele lar não existissem presença e ausência, permanência e partida, porque os dias de ausência não eram dias de ausência: a casa e Emilie viviam da espessa presença dos filhos e dos netos que continuaram habitando-as em sonhos e recordações.

A relação de Emilie com a casa vai além do fato de ela ter sido a moradia de sua família. O sobrado foi o lugar onde se sedentarizou e permaneceu até o último momento da vida. Emilie ansiava rever o filho primogênito e os netos, mas para que isso se efetivasse era preciso que eles trilhassem o caminho de volta: “O meu querido teve de cruzar o oceano e morar em outro continente para poder um dia regressar”. (HATOUM, 2008, p. 123), assim confessa Emilie à sua amiga Hindié Conceição. Se um dia ocorresse um encontro com os seus, pensava a matriarca, teria que ser na casa em que ela ainda vivia, o seu lugar no mundo.

Para melhor compreendermos a forma de existência da personagem Emilie e a maneira como ela lidava com o universo doméstico, é pertinente uma teorização a respeito da relação entre identidade e gênero, pois vimos como o modelo de ser e de existir da matriarca da família foi subsidiado e mantido pela assunção de papéis reconhecidamente como pertencentes ao mundo feminino. Tal modelo que Hatoum nos apresenta é uma representação de como as identidades se constituem: são elas ficções sustentadas através de atos e de ações cotidianas e não expressões de uma realidade interior ou de uma íntima essência.

Butler, em *Gender Trouble: feminism and subversion of identity*, defende que o nosso corpo não é uma materialidade expressiva de uma essencialidade identitária. Para a autora, ser não é exprimir uma identidade constituída anteriormente ao sujeito que a afirma, uma vez que as identidades não preexistem à linguagem. É através das formas verbal e não-verbal de comunicação que elas são construídas pelos sujeitos, os quais precisam repetir performances e discursos para criarem para si e para os outros as ficções do eu. Por vezes tais ficções possibilitam ao indivíduo a sensação de que ele possui uma identidade diferenciada da identidade dos demais. Em partes, cada identidade é, sim, única, pois cada indivíduo é, sim, único; entretanto, as nossas identidades são muito mais mecanismos de atualização de discursos historicamente produzidos do que formas de criação de estilos de vida autênticos.

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado. (BUTLER, 2003, p. 194).

Neste trecho de *Gender Trouble*, há, de forma resumida, um dos aspectos principais desenvolvidos por Butler: a noção de performatividade. Pensando o corpo gênero como algo marcado por atos performativos, afasta-se a ideia de que o mesmo apresenta uma constituição ontológica a priori. Assim, a suposta essência que o corpo parece expressar é, como dissemos anteriormente, representações constituídas

socialmente. Essas representações são responsáveis por regularem as próprias diferenças de gênero e por criarem os sujeitos. A performatividade, além de ser resultante de um regime que a condiciona, pode se orientar não apenas para a legitimação de representações reguladoras: o corpo também é capaz de subverter discursos normatizadores, que coercitivamente sustentam um paradigma de gênero binário e hierarquizado, com as categorias “homem” e “mulher”.

Para Butler, nem mesmo o sexo pode ser visto como um dado natural. A naturalização que se faz a partir de sua anatomia é também um efeito discursivo: produz subjetividades que tanto se conformam aos modelos reguladores quanto subjetividades que contestam as imposições viabilizadoras dos corpos. É evidenciando esse caráter performativo das construções de sexo e de gênero que é possível desmascarar noções essencialistas associadas à constituição identitária dos sujeitos. Compreender o ato, o discurso e até o silêncio como performativos é compreender, por exemplo, que, quando o indivíduo é chamado de homem ou mulher, exige-se que ele aja de acordo com a masculinidade; e ela, com a feminilidade.

Essas noções moldam os corpos, fazendo-os existirem, e são também capazes de promover o apagamento do indivíduo perante o outro, por determinarem o constrangimento a papéis sociais e a comportamentos considerados típicos de homem e de mulher. A genderização do corpo, isto é, o processo de tornar o corpo um gênero, deveria prever e aceitar definições plurais de masculinidade e de feminilidade, ao invés de instituir padrões universais que buscam a adequação dos sujeitos a modos de ser e de estar específicos para cada gênero e, em muito, não cambiáveis entre os indivíduos.

Poderíamos fazer um breve exercício mental citando aleatoriamente alguns discursos que reiteram noções de identidade feminina e masculina, discursos que ouvimos desde crianças, dos nossos pais e da escola, por exemplo, e que continuamos os escutando em nossa fase adulta. Foquemos, entretanto, apenas nas representações reguladoras que dizem respeito à maternidade. Sobre a mulher e a maternidade, Kehl afirma que:

[...] a feminilidade aparece aqui como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; partindo daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico

– a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade. (KEHL, 1998, p. 58).

Era unicamente através da assunção deste papel social – do ser mãe – que a mulher ocupava um lugar na sociedade. A casa era, na verdade, o seu único lugar no mundo e ter uma, ou melhor, ter um lar e uma família, era a única maneira de se inserir numa sociedade que não queria a sua inserção nos espaços públicos, desempenhando atividades não relacionadas com o universo doméstico. A visibilidade e a valorização da mulher decorriam da aceitação da maternidade, pelas mulheres, como o destino natural de todas elas, imposto em virtude de nossa biologia, que nos capacita para a procriação. Assim, o papel materno, desdobrando-se nos atos de cuidado, de carinho e de zelo, da casa, dos filhos e do marido, foi sendo abraçado como uma atividade desejável por qualquer mulher, vista como naturalmente possuidora do instinto maternal.

Para Chauí, o imperativo da maternidade deve ser situado no contexto do surgimento e de solidificação do poder burguês, no século XVIII. Neste momento, a instituição familiar, baseada na heteronormatividade e nas relações de poder que subjugavam as mulheres aos homens, passa a ser valorizada, juntamente com a infância, fase vista como o sinônimo de inocência e pureza. É a classe burguesa que

[...] legitima a submissão das mulheres aos homens tanto pela afirmação da inferioridade feminina (fraqueza física e intelectual) quanto pela divisão de papéis sociais a partir de atividades sexuais (feminilidade como sinônimo de maternidade e domesticidade). (CHAUÍ, 1984, p. 111).

Pensando a maternidade como um dos elementos apropriados e configurados de modo a estabelecer a assimetria nas relações de gênero e, sobretudo, considerando o exercício da maternidade como a única forma de, no passado, a mulher ganhar visibilidade na sociedade, seria interessante perguntarmos: haveria outra forma de a personagem Emilie se integrar socialmente em Manaus a não ser pela via do casamento? Sabemos que a matriarca da família migrou para o Brasil com pouca idade, provavelmente no início da vida adulta ou durante a adolescência. Falando idioma diverso de sua língua materna, acomodou-se numa região que, se ainda hoje é pouco integrada às demais regiões do país, como não seria em torno do século XX, momento

em que ocorreram os surtos migratórios rumos ao norte do Brasil? Devemos, ainda, acrescentar que, o casamento da imigrante se deu com um homem praticamente desconhecido. Com um homem que só foi visto por ela na ocasião do afogamento de Emir e, depois, quando ele a pediu em casamento.

Ora, na contemporaneidade, a maternidade se configura como uma possibilidade dentre outras para a mulher, diferentemente do que ocorria em séculos atrás. Como, então, Emilie poderia ganhar visibilidade social e pertencer a algum território senão através do casamento? É importante dizer que, mesmo o exercício da maternidade tendo a ela se dado como uma imposição, não se quer dizer que as relações humanas consequentes do matrimônio não foram autênticas, nem tampouco que Emilie não fez da sua casa um ambiente verdadeiramente habitado, possuidor de valor para ela e para os outros. Foi tudo isso, inclusive, o que se sucedeu, como se Emilie soubesse, desde o princípio, que a casa seria o seu último e único lugar no mundo; como se fosse de seu conhecimento que ela só poderia criar laços caso construísse uma família.

É por isso que a imigrante tinha uma relação tão forte com o espaço doméstico. Quando a mesma falece, a imagem construída pela narradora desse lugar é a de um lugar que também se silenciou:

Quando cruzei o portão de ferro da casa de Emilie, também estranhei a ausência dos sons confusos e estridentes de símios e pássaros, e o berreiro das ovelhas. [...]. A casa toda parecia dormir, e foi em vão que bati à porta e gritei várias vezes por Emilie. (HATOUM, 2008, p. 109).

A personagem, de tão enérgica que era, quando morreu fez os animais da casa calarem-se, tamanha a simbiose em que viviam. E de forte personalidade, cuja presença ainda era sentida mesmo não estando mais presente pelos amigos reunidos na casa após o enterro: “[...] tio Hakim resolveu abrir as malas para dissimular o mal-estar, porque tudo naquele espaço e nas pessoas que o ocupavam ainda estava coberto pela sombra espessa de Emilie”. (HATOUM, 2008, p. 26). Não estranhamente, uma atmosfera de excitação foi a que se fez presente na reunião, apesar do halo de morte que sobressaía entre amigos e entes da matriarca. Assim imagina a neta como o encontro findaria:

A conversa se estenderia por toda a noite, porque as pessoas não conseguiam ouvir as histórias sem emitir uma opinião ou recordar algo; alguém já começara a abrir as caixas de bombons e doces para acompanhar a próxima rodada de café; depois viriam os sucos e aguardentes, e quem sabe uma refeição improvisada no meio da madrugada. Tudo isso me remetia a Emilie [...]. (HATOUM, 2008, p. 27).

Personagem que gostava de congregar e que continuou congregando mesmo quando já não se fazia presente entre a vizinhança. Como sua casa sempre esteve aberta para os outros, os amigos de Emilie não estavam preparados para deixar derradeiramente a casa da matriarca que, em certa medida, era também a casa de cada um que ali estava. Antes do falecimento dela, sabiam que o ato de se despedir seria repetido tantas outras vezes, pois Emilie sempre estaria para recebê-los. Quando ela vem a falecer, sair do sobrado no dia do seu enterro é sair com a certeza de que não mais iriam voltar, por isso a partida protelada.

Essa particularidade de Emilie contrasta com a do seu marido, que findou seus dias gemendo sozinho no quarto “[...] e já não reconhecia mais ninguém: tinha chegado no fim da vida como ele sempre quis, vivendo consigo mesmo, sem testemunhas e longe de tudo: do ódio, do ciúme, da esperança e do receio”. (HATOUM, 2008, p. 131). Emilie, ainda que tenha fenecido à espera do regresso de alguém, imersa em solidão, apenas na companhia de alguns animais, conseguiu fazer desse momento em que ainda pairava uma atmosfera de morte quase uma celebração, graças à sua larga presença na vida dos amigos.

Eles eram verdadeiramente acolhidos pela matriarca, que também estendia seu papel de mãe para com estes que não eram exatamente seus filhos e seus netos.

Os filhos de Emilie éramos proibidos de participar dessas reuniões que varavam a noite e terminavam no pátio da fonte [...]. Era um momento em que os assuntos, já peneirados, esgotados e fartos de serem repetidos, davam lugar a confidências e lamúrias, abafadas às vezes pela linguagem dos pássaros, e entremeadas por exclamações e vozes que pronunciavam o nome de Deus. Era como se a manhã – como uma intrusa que silencia as vozes calorosas da noite – dispersasse o ambiente festivo, arrefecendo os gestos dos mais exaltados, chamando-os ao ofício que se inicia com a aurora. Mas, em algumas reuniões de sextas-feiras, o prenúncio da manhã não os dispersava. (HATOUM, 2008, p. 51).

A dedicação de Emilie não se restringia apenas aos de sua família. A sua casa era, para muitos, o lugar de acolhimento e de zelo; onde se tentavam sanar as enfermidades de quem precisava. Emilie era alguém que aos amigos se doava, que fazia de sua escuta uma escuta interessada. Mais do que isso: a matriarca oferecia a sua casa para que ali, no quintal do sobrado, a vida íntima, a sua e a dos outros, fosse compartilhada pelos convivas dessa pequena comunidade que eles formavam.

Essas reuniões eram restritas aos amigos imigrantes da matriarca e do patriarca. Nelas se legitimava a cultura libanesa através de o árabe ser o idioma exclusivamente falado e do hábito milenar de comer com pães de massa folheada, fígado de carneiro cru, a que se entregavam os convivas. Se havia algo que os igualava era o fato de serem estrangeiros. Por estarem distantes de sua terra natal, Emilie os acolhia, mas era também por eles acolhida. O distanciamento de cada um dos amigos de seu território de origem conduziu-os a se aproximarem um do outro, tornando o exercício da fraternidade entre eles uma constante. Ali, para além da história de vida de cada um, todos compartilhavam da condição de serem dispersos de sua terra-mãe.

Mesmo aqueles que não participavam dos encontros por não serem libaneses iam ao sobrado para visitar Emilie e seu marido, como faziam os vizinhos e os amigos. Numa comemoração natalina, por exemplo, os preparativos na casa se iniciavam antes do amanhecer do dia para a recepção dos convidados. E não era só Emilie que se dedicava à organização da festa: as mulheres da vizinhança cooperavam na cozinha, Emílio se encarregava das compras e da morte dos carneiros que seriam servidos na ceia, Emilie, com Hakim e Samara, comprava flores para enfeitar o espaço e fazer colares que seriam distribuídos aos convidados. À noite, apresentações de dança das filhas de Mentaha, a decoração que, de tão reluzente, lembrava adornos carnavalescos, a casa apinhada de gente, tudo isso compunha o clima de uma véspera de Natal recordada por Hakim, que mais se assemelhava a uma festa pagã, tamanha a agitação no ambiente.

As imagens construídas da matriarca é tanto a de uma personagem com uma intensa vida íntima, como se observa nos momentos em que ela se entregava a sua interioridade, quanto a imagem de um ser ficcional que estava sempre em presença de um grupo. Nesses momentos de forte generalidade, o recordado pelos personagens nos fornece um aspecto importante da identidade de Emilie: como a coletividade era valorizada pela matriarca. E não apenas para festejar, mas, sobretudo, para a partilha das

dores da vida íntima. Por estar habituada à exposição de assuntos pessoais a um coletivo, Emilie estendia tal conduta para o trato com os filhos, mas nem sempre era tolerada:

Eu [Hakim] não procurava as causas do seu desânimo. Teria sido uma busca impossível, pois vivíamos entregues a um apego mútuo, e qualquer sintoma de abalo e de lassidão que tomava conta de um logo contaminava o outro. Essa contaminação de angústias, a minha idolatria por Emilie, a sua intromissão na minha vida, tudo se acentuava pelo fato de eu compreender quando ela falava na sua língua. Porque, ao conversar comigo, minha mãe não traduzia, não tateava as palavras, não demorava na escolha de um verbo, não resvalava na sintaxe. E eu sentia isso: cheia de prazer, soberana, despreendida de tudo, ela podia eleger os caminhos por onde passa o afeto: o olhar, o gesto e a fala. (HATOUM, 2008, p. 91).

Hakim tentando desvencilhar-se de sua mãe, em sua progressiva batalha pela conquista de intimidade e de privacidade, que só foi conseguida quando deixou a casa para venerá-la de longe. Se permanecesse, a autonomia desejada nunca seria atingida. O apego de um pelo outro era mútuo, a veneração igualmente. E a artimanha de Emilie de usar o árabe para se comunicar com Hakim e fazer dele o seu único interlocutor intensificava ainda mais os laços que conectavam ambos, mantendo-o, assim, cada vez mais sob sua égide. De um lado, Hakim já cômico do seu desejo de se isolar de sua mãe, de se afastar da família, para se individualizar; de outro, Emilie, consciente da intenção do filho, mas insistindo em torná-lo cativo de sua influência, agindo com base no arraigado costume de compartilhamento da vida privada.

Além de fazer uso da língua árabe como ardil quando se comunicava com Hakim, Emilie procedia de forma semelhante com o alimento. Não obstante a naturalidade existente no ato de se alimentar, a ele implicam-se significados os mais diversos que o tornam também uma prática cultural. “Comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere”. (DaMatta, 1986, p. 56). A comida também informa sobre quem se dedica a sua mercantilização e ao seu preparo, sobretudo quando realizados em contextos familiares, onde mormente é alguém que controla o que todos ingerem.

Em *Relato de um certo Oriente* Hakim comenta que, para tornar Emilie alegre, “[...] bastava que um filho devorasse quantidades imensas de alimentos, como se o conceito de felicidade estivesse muito próximo ao ato de mastigar e ingerir sem fim”. (HATOUM, 2008, p. 79). Era preciso que os filhos se entregassem à comida de um modo quase bulímico para que ela se sentisse satisfeita e realizada. Por isso também o empenho diário da matriarca na preparação das refeições. Empenho de quem tentava, através desse trunfo, manter o outro preso a si: “A comida preparada por Emilie nos unia, e as amenidades do dia (um roubo, alguém que chegava ou partia, um matrimônio, alguém que enviuvava) garantiam uma trégua, e nos faziam esquecer os rancores”. (HATOUM, 2008, p. 87).

Por trás da intensa dedicação à família escondia-se o esforço constante da mãe para manter a família integrada, como se já fosse sabido que o seu clã não era tão unido quanto ela gostaria que fosse. Que mesmo com todos vivendo sob o mesmo teto e se alimentando da mesma comida, as dissensões não poderiam ser evitadas nem tampouco dissimuladas por muito tempo, assim como os impactos das adversidades que surgem à revelia. E o paulatino desmoronamento do mundo edificado pelo casal de imigrantes desencadeia a lenta ruína da matriarca. Numa fotografia enviada a Hakim, ele conseguia ver no corpo ainda esbelto e enlutado da mãe, sentado na cadeira de vime, as marcas do seu vagar fenecimento que já tinha se iniciado antes de o primogênito anunciar a saída de casa.

A voz [imaginada de Emilie no momento de sua partida que não relutava para que ele ficasse] e a imagem [a fotografia] me fazem recordar um mundo de desilusões, onde um rosto sombrio se cobre com um véu espesso enunciando uma morte que já se iniciara. Ela falava para desvelar este véu tecido há muito tempo, e que pouco a pouco foi se alastrando na sua vida. E o rosto na fotografia parecia revelar as decepções, os tropeços e o sofrimento [...]. (HATOUM, 2008, p. 94).

Por isso que, quando a segunda e a terceira gerações debandam, o sobrado se transforma num lugar da solidão,

[...] resultado da partida de Hakim, que a mãe permite, mas nunca aceita; da tragédia ocorrida com Soraya Ângela; da morte do pai; da fuga de Samara Délia; do abandono dos irmãos revoltados e do distanciamento dos filhos

adotivos. Todos, de um jeito ou de outro, estrangeiros no próprio lar, foram impelidos a buscar outras paragens, exceto a matriarca que, marcada pelas despedidas desde o tempo de imigrante, aguarda na casa o momento da própria partida: “– Os daqui morrem em casa, não nos hospitais” (RCO, p.113), respondera com voz ríspida ao filho após o atropelamento da neta. (MÜLLER, 2011, p. 125).

Porque o hospital, diferentemente da casa, é um lugar impessoal, onde o trato com outro é marcado pela frieza. Não há laços afetivos que ligam o enfermo ou o morto ao profissional médico. Os momentos finais de um corpo são para serem vividos pelos seus entes queridos. Por isso que habitar para Emilie é mais do que morar. É viver num mundo de troca de afetos com a família e com amigos, até o último sopro de vida. Por isso a necessidade de se identificar com o território doméstico. Era preciso povoá-lo com pertences que guardavam valor e que possuíssem importância, como um relógio negro, por exemplo. Para habitar, é imprescindível também que a casa se identifique com as suas cercanias, pois nenhum lar se fecha em seu próprio funcionamento. Ele está sempre em diálogo com o território que o envolve.

Um diálogo pode envolver embate entre as partes que dele participam, mas o diálogo de Emilie com Manaus foi muito mais amistoso do que hostil, mesmo com as diferenças prevalecendo sobre as semelhanças entre Trípoli e Manaus. Eram o clima frio, a geografia montanhosa onde se formava neve, o sal marítimo e o nome de Deus evocado em diferente nome que Emilie deixava para se adequar a um lugar em nada íngreme, bastante chuvoso, porque influenciado pela abundância de rios presentes na região, embora com temperaturas escaldantes.

Como “Toda noção de identidade está fundamentada na ideia de um repouso, de uma estabilidade [...]”. (SCRAMIM, 2000, p. 11), tal permanência deve ser pensada à luz de dois vieses que se articulam intimamente: tanto do ponto de vista da fixidez, por haver pertencimento, do sujeito a um território concreto, quanto do sentimento de estabilidade identitária que a pertença confere ao sujeito, a partir da produção e da apropriação de elementos que se encontram implicados numa certa geografia física. Sendo Emilie imigrante, na sua sedentarização em Manaus mesclam-se, pois, elementos que dizem respeito à sua vida no Líbano e a outros que se associam à cidade de Manaus e que passaram a fazer parte da vida da matriarca. O desvelamento de sua identidade

passa, portanto, inevitavelmente pela reflexão da relação da personagem com uma certa Manaus e com um certo Oriente.

Um dos elementos dessa relação está sinalizado no título da obra. Este nos remete às literaturas de viagens, textos que se propunham a documentar e a descrever aspectos em sua maioria geográficos e humanos de um território, com o intuito de torná-lo a outrem conhecido, através de cartas, memórias, ensaios e crônicas, que, no caso do romance, é tanto o seu leitor quanto o irmão da narradora. A ideia de identificação e de suposta documentação do observado de que Hatoum se abebera também se evidencia num trecho da narrativa em que a narradora comenta sobre um pedido do seu irmão: deveria ela tomar nota de tudo o que fosse possível e dissecar com precisão e rigor o que de inusitado ocorresse em Manaus.

O que seriam apenas notícias e impressões sobre uma cidade há muito tempo vista, se amplia para se tornar também a compilação de fatos de uma vida pregressa. Entretanto, a pretensa objetividade, se não arruinada, precisou ser colocada em parênteses, visto que as lembranças da narradora e de outros personagens foram o que engendrou a feitura da carta. Se o título do romance refere-se apenas ao Oriente, ou melhor, a um Oriente indefinido e impreciso, porque recuperado pelas modulações da memória, à medida que se efetiva a sua leitura, surge outro espaço de vivências e de experiências, a cidade de Manaus. Hatoum não intenta mostrar a existência de uma Manaus nesse Oriente ou de um Oriente na Manaus apresentada. Não se empreende esforço para forjar semelhanças entre ambos, ainda que analogias possam haver. Tais lugares ficcionalizados surgem como duas presenças distintas e se relacionam de modo diferente com a matriarca, haja vista um ser a sua pátria e o outro o lugar escolhido para ser a sua segunda casa.

A estabilização da matriarca em Manaus não pressupõe o abandono de todas as práticas, costumes, afetos, memórias e o que mais tenha sido cultivado anteriormente no Líbano; mas pressupõe a assimilação de alguns elementos que o território ao qual ela se fixou dispunha. Apropriação essa que vai desde o mais elementar, como a culinária, pois é com alimentos típicos ou não que geralmente se efetiva o primeiro e mais simples contato com o outro; até elementos mais complexos, como práticas e costumes. O processo de abandono da terra natal e de inserção e permanência em outro lugar não fragmentou Emilie justamente por ela ter se identificado com Manaus, dela se

apropriando de um modo ou de outro, e porque a sua integração na região norte foi facilitada por alguns fatores.

Hatoum faz na obra referência à existência de um reduto árabe tanto no nível micro – este diz respeito às amigas e aos amigos íntimos de Emilie – quanto no nível macro – este, por sua vez, se relaciona com a existência de uma comunidade imigrante árabe em Manaus – com ambos se situando dentro do contexto dos movimentos migratórios que se operaram do oriente para o ocidente no final do século XIX. O fato de Emilie ter se acercado de outros que pertenciam ao seu grupo étnico, vide algumas de suas amigas que são sempre citadas na obra, como Mentaha, Yasmine e Hindié, facilitaram a sua estabilização em Manaus, pois compartilhar elementos da cultura a que pertenciam primordialmente tornou-se possível, tornando-as mais próximas da terra natal.

Ademais, Emilie era maronita, uma vertente tradicional da Igreja Católica Apostólica no Líbano. Ser uma fiel fervorosa dos dogmas cristãos já desde tenra idade, encontrar no lugar em que se asilou o culto expressivo dos mesmos preceitos religiosos por ela adorados no país de origem, compartilhar as preces e a fé num mesmo Deus com a maioria do povo que a acolheu, tudo isso contribuiu para a sua integração em Manaus. A personagem é capaz de se reconhecer no grupo, assim como o grupo tende a percebê-la como sua partícipe, nela se reconhecendo, haja vista a partilha de uma crença unir sujeitos.

Mas, a sua permanência em Manaus não se deu tão somente por haver em tal lugar um reduto árabe. Na narrativa há momentos que evidenciam uma verdadeira abertura de Emilie para o universo da região norte, visível já nas comidas e nos ingredientes típicos que circulavam no sobrado. A narrativa demonstra o quanto Emilie se curvou ao universo amazonense, cujo exemplo a citar do enclave é o que se refere à relação da matriarca com o curandeiro indígena Lobato Naturidade.

Emilie tratava-o com um respeito que aspirava à veneração; raramente aparecia em casa, mas bastava pisar na soleira da porta para que toda a vizinhança se inteirasse de que na família havia um enfermo. (HATOUM, 2008, p. 83).

A própria Emilie entregava-se a uma “[...] demorada sessão de massagem na perna reumática”. (HATOUM, 2008, p. 84) preparada com ervas e manipulada pelo índio.

O que falar das histórias sobre o universo amazônico contadas pela lavadeira Anastácia Socorro que maravilhavam Emilie? Descrevia uma trepadeira, as manchas nas folhas de um tajá; contava à patroa sobre as receitas de curandeiros, que, se não curavam as doenças mais terríveis, provocavam delírios em quem tomasse apenas um gole da infusão. Histórias das quais a veracidade era para muitos posta em suspenso, embora não o fosse para Emilie. Mais do que se encantar com o mundo apresentado pela fala da mulher que contava histórias para se privar do árduo trabalho no sobrado, Emilie valorizava o que Anastácia tinha a dizer. E não somente porque o desconhecido lhe entretinha.

Nas histórias diversas, a matriarca enxergava sabedoria. Uma sabedoria gestada e acumulada, fruto de um repasse entre o povo da região. Por isso, Emilie, “[...] aconselhada por Anastácia, preparou um adubo com esterco de galinha e carvão em pó para ser misturado à terra, de sete em sete dias durante sete meses”. (HATOUM, 2008, p. 81). Do procedimento, nasceram uma muralha verde-musgo, que rodeava a fonte, e um matagal de tajãs, que serviu para muitos ninhos de cobras, o que não foi problema para a matriarca, já que a mesma preferia a presença delas do que conviver com a inveja dos outros.

É interessante salientar que Emilie e seus irmãos saíram do Líbano com tenra idade. Emilie, portanto, viveu mais tempo de sua vida em Manaus do que na sua pátria; mas, vê-se que ambos os territórios a constituem. O exílio, o distanciamento de sua Trípoli, contribuiu para Emilie ser uma personagem fortemente saudosista, embora não se possa afirmar que a experiência brutal de separação por ela vivenciada a tornou uma personagem dorida. O seu discurso e seus atos não revelam dor nem tampouco tristeza. Nele não há pranto; não há lamentação. Emilie se reconhece possuidora de um vínculo indelével com seu lugar de origem, mas não demonstra abatimento, como se ela desejasse de fato estar no país em que nasceu. Parecia que o Líbano trazido dentro de si a ela bastava.

A ela bastava, de fato, ou será que a fraqueza e a tristeza não expressadas pela imigrante escondiam apaziguamento por não ter tido a vida desejada: viver no convento, em Ebrin, sem filhos e sem família? Até que ponto a consciência contrapontística

cotidianamente apresentada pela matriarca era somente consequência de sua separação da terra-pátria? O seu frequente desprendimento do tempo presente, para adentrar nos lugares e nos momentos do passado, será que não era a única maneira de a matriarca se conectar com a vida almejada? Manter-se no sobrado será que só foi possível porque a dedicação excessiva à sua casa e aos outros realmente dava sentido à Emilie ou porque era o passado que lhe dava forças para suportar a vida não escolhida?

Manaus e Trípoli: uma cidade ela conservava em sua memória e a outra era onde as suas vivências cotidianas se davam. Não eram raras as ocasiões, entretanto, em que Emilie trazia o seu Líbano para o dia a dia: “[...] sem se dar conta, tua avó deixava escapar frases inteiras em árabe, e é provável que nesses momentos ela estivesse muito longe de mim, de Anastácia, do sobrado e de Manaus”. (HATOUM, 2008, p. 80). O Líbano não só surgia nostalgicamente para Emilie e para os outros através do uso da língua e da recordação que, como observado no primeiro capítulo, manifestava-se sobretudo quando a matriarca estacionava qualquer atividade que estivesse desempenhando, para contemplar absorta o badalar da igreja dos Remédios.

O Líbano também estava incrustado em alguns objetos guardados secretamente em seu baú, por exemplo. Um relógio, uma indumentária, quatro pulseiras de ouro, cartas, um hábito branco, cadernos com anotações. Objetos que Emilie matinha em um quarto inviolável e contíguo ao seu, cuja existência atçou Hakim, quando começou a se dedicar ao estudo da língua árabe, pois assim que as aulas com sua mãe findavam, Emilie dirigia-se para a habitação secreta enquanto o filho ia à *Parisiense* mostrar as lições ao pai.

Depois, esses e mais tantos outros pertences, como álbuns da infância dos filhos, papéis avulsos, pétalas de uma orquídea dadas à matriarca por um indigente no dia do desaparecimento de Emir, fotografias de Chipre e de Marselha e todo o lucro da loja, foram guardados num cofre, escondido no pátio da casa próximo ao galinheiro. O seu conhecimento, que era apenas de Emilie, numa noite foi revelado junto com a senha à Hindié para o caso de ela precisar ajudar Samara da fúria e dos abusos dos irmãos, se eles tomassem de assalto a *Parisiense* e a casa para deixá-la na rua. “São minhas fortunas” disse a matriarca à amiga.

Como sabemos, isso não ocorreu; mas o que do exposto realmente nos interessa é o que Emilie considera como sendo suas riquezas. Objetos de sua estima foram

guardados e mantidos em lugares inacessíveis aos membros de sua família, para que eles fossem conservados em sua sacralidade. Uma fotografia do Chipre, por exemplo, é tão valorosa quando os rendimentos da *Parisiense* para Emilie. São objetos que guardam histórias, histórias que se relacionam diretamente com a sua história de vida, e isso ratifica aquilo que dissemos sobre a personagem Emilie ser demasiadamente afetuosa, pois, mesmo em se tratando de objetos, a matriarca com eles se relacionava por via do apreço.

Nessa relação, entretanto, perpassa algo além da afetividade. Esses objetos – cartas, fotografias, fotos dos filhos, o hábito pela matriarca usado no convento, as amareladas pétalas das flores – representam o que já não mais existe: um momento passado de sua vida, da vida dos filhos, o irmão suicida. São objetos que falam da perda, de algum modo. Por que, então, o hábito de se entregar ao passado, como Emilie fazia, sempre que se dirigia ao quarto? Para se apaziguar com algo? É até de se imaginar que Emilie adentrava em seu aposento inviolável para vestir a túnica, para ler trechos da bíblia e as cartas trocadas com a irmã superiora do convento em Ebrin, para contemplar nostalgicamente as fotografias e, ainda, para acariciar as pétalas pensando em Emir.

Ao se deixar absorta nessas ruínas, acreditamos que Emilie queria reviver a infância dos filhos, a sua passagem pelo convento e por aqueles outros lugares, o último momento de seu irmão com vida que, ainda que fosse o instante em que a orquídea branca em suas mãos indicava o alheamento de Emir a tudo e a todos, foi esse o seu derradeiro momento de vida. Emilie precisava nutrir-se de fatos do passado para que, assim, pudesse seguir adiante. O passado era o seu verdadeiro combustível para o presente. Era dele que a imigrante tirava forças para se dedicar ao árduo trabalho no sobrado.

A relação que Emilie possuía com aqueles objetos aponta, ainda, para uma importante característica da personagem, pois

Sejam os objetos materiais considerados nos diversos contextos sociais, simbólicos e rituais da vida cotidiana de qualquer grupo social; sejam eles retirados dessa circulação cotidiana [...], o fato importante a considerar aqui é que eles [...] desempenham funções identitárias, expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais [...]. (CLIFFORD, 1985 *apud* GONÇALVES, 2007, p. 27).

E, no que diz respeito à matriarca, os objetos-relíquias mantidos consigo durante toda a vida, ao mesmo tempo em que lhe possibilitavam o eterno retorno ao tempo das coisas pretéritas, demonstram, por outro lado, que o ato de se desprender do presente em direção ao passado era alimento para a matriarca continuar se mantendo e mantendo a vida construída através da assunção do matrimônio e da maternidade, e também da permanência em Manaus.

A matriarca preservava junto a si coisas que testemunham histórias, que estão carregadas de vivência sua e dos outros, e manipular esses objetos sacrais a possibilita reviver o que já findou, porque é no passado que estão as suas glórias. Os objetos eternizaram as coisas por eles mesmos representadas, e que ela gostaria que permanecessem assim, “petrificadas” no tempo: os filhos sempre crianças e dela dependentes; o irmão, que a fez desistir da vida no convento, ainda vivo; o hábito, por ela utilizado, sendo vestido por toda sua vida no claustro e não num quarto escondido da família, como ela provavelmente fazia.

Essa incapacidade de Emilie de lidar com a mudança, pois os rumos que sua vida tomou não foram caminhos realmente desejados, é também patente em outras passagens da narrativa. Podemos observá-la, por exemplo, através do rotineiro hábito da matriarca de ler as cartas enviadas pelo filho. A cada vez que Emilie pedia para que Hindié as lesse, Emilie revivia a emoção da leitura primordial. Há, ainda, um trecho cuja relação da matriarca com o tempo é mais explícita. Nele, Hakim fala sobre uma importante analogia entre Manaus e Trípoli, e diz que:

[...] em Manaus como em Trípoli não era o relógio que impulsionava os primeiros movimentos do dia nem determinava o seu fim: a claridade solar, o canto dos pássaros, o vozerio das pessoas que penetrava no recinto mais afastado da rua, tudo isso inaugurava o dia; o silêncio anunciava a noite [...]. (HATOUM, 2008, p. 24).

Naquelas cidades, a vida diária não era organizada em função do tempo cronológico. O cotidiano das pessoas era determinado pelo dia e pela noite, que se impunham naturalmente. Por isso que “Emilie acompanhava o percurso solar, indiferente às horas do relógio, às badaladas dos sinos da Nossa Senhora dos Remédios e ao toque de clarim que lhe chegava aos ouvidos três vezes ao dia”. (HATOUM, 2008,

p. 24-25). O que lhe desagradava era, entretanto, menos o som estridente emanado dos sinos e do clarim do que o fato de anunciarem a passagem do tempo e de um tempo vazio.

Não lhe interessava saber as horas marcadas pelo relógio, quando ela se dedicava a um afazer doméstico, por exemplo; o que lhe importava era o ato em si. Ademais, as frações do tempo constantemente divulgadas e espalhadas para toda a cidade eram, para Emilie, vazias, porque não estavam associadas a ninguém nem tampouco preenchidas de alguma ação. É um tempo impessoal, no qual não há marcas de vida. A despeito das inúmeras razões que possa haver por trás do chamamento da população via sonora, nesse caso, quando a igreja anunciava em determinados momentos do dia as horas cronologicamente marcadas, a sua intenção era a de comunicar o tempo e não a de requisitar a atenção para assuntos de caráter espiritual, por exemplo. Por isso que se alhear a esse tempo objetivo era algo tão corriqueiro quanto de fato Emilie fazia. Burlando-o em sua sequência linear e vazia, ela adentrava no tempo pretérito e revivia fatos carregados de histórias suas e dos outros.

É possível ainda vermos a consagração de Emilie ao que está impregnado de história em sua relação com a *Parisiense*. Após Samara tê-la alugado com quase todas as mercadorias, Emilie se recusou a passar na frente da loja até que Samara voltasse para casa. Isso porque na loja estavam encarnados significados os mais diversos para matriarca. Ela não era só um espaço destinado à venda de mercadorias. Esse espaço foi construído e mantido também com laços compostos fraternalmente com vizinhos e amigos. Renunciar à loja, o que Samara fez aos olhos da mãe, foi renunciar a todos os vínculos afetivos que perpassavam pelo estabelecimento. Passar, portanto, em sua frente era o mesmo que despertar um emaranhado de lembranças então despojadas.

Desapossada da loja, dos filhos, dos netos, do marido, do irmão, de sua Trípoli “real”, a solidão passou a ser sua verdadeira companheira. Quando o último filho deixou o sobrado, Emilie, próxima do fim da vida, optou por ficar sozinha na casa, tendo até dispensado os empregados e alguns animais de estimação. Se a solidão e o tormento foram o que para ela restou, era com isso que ela deveria findar seus dias, assim pensava. “[...] a solidão e a velhice se amparam mutuamente antes do fim e [...] um velho solitário refugia-se no passado, que é vasto e não poucas vezes gratificante”. (HATOUM, 2008, p. 122), confessou Emilie à Hindié.

As memórias e as relíquias mantidas reforçam constantemente à própria Emilie que ela é a mulher que deixou o claustro e que saiu do Líbano, que lá cultivava certos hábitos, que amava os figos de sua terra, que tivera quatro filhos e que teve um de seus irmãos que cometeu suicídio. Elas guardam o passado da matriarca e desse, do seu tempo pretérito, ela não foi desapossada. É curioso o fato de que Emilie, na verdade, não abre mão de nada que faça parte do seu passado. Tantos fatos adversos, que quiçá não seria menos doloroso se desfazer do que remete ao infortúnio.

Guardar, entretanto, as pétalas da orquídea branca, por exemplo, é não renunciar a nada que diz respeito a Emir, ainda que ele tenha renunciado a própria vida. Pensar em Hakim, falar no nome do filho que nunca voltou para visitá-la, poderiam ser atitudes evitadas pela matriarca. Mas não. Emilie não agiu de tal modo, como também guardou as cartas que lhe foram enviadas pelo filho que se exilou para sempre da casa, e as lia repetidas vezes para se sentir próxima a ele. Como era somente assim que ela poderia estar em sua companhia, às cartas não foi dado um fim, tendo se tornado uma leitura para a qual sempre voltava.

E voltava também sempre ao passado; este, a única coisa que lhe restava e que lhe aprazia. Era no passado que tudo permanecia como ela gostaria que as coisas estivessem, em contrapartida a sua vida no presente: sem os filhos e sem os netos que, apesar de não terem sido partes de um plano inicialmente almejado, passaram a ser o seu projeto de vida, a partir do momento em que se fizeram presentes na vida da imigrante. Tanto o seu passado quanto o dos familiares eram mantidos consigo, porque não havia o que guardar senão as lembranças e a recordação de uma vida que poderia ter sido, mas que não foi. Ambas a gratificavam a despeito das inúmeras adversidades e, por isso mesmo, os infortúnios e a vida vivida se tornavam toleráveis.

“Os pontos cardeais

Não conheço os pontos cardeais

nasci sem os pontos cardeais

vivo sem os pontos cardeais

e morro sem os pontos cardeais.

Meu astrolábio é o ser em agonia

e meu porto é além de todo cais”.

Ângelo Monteiro

4 SOBRE A NARRADORA

Müller, em *A literatura em exílio: uma leitura de Lavoura Arcaica, Relato de um certo Oriente e Dois Irmãos*, assim se posiciona sobre o desajuste emocional da narradora da obra em análise:

Reclusa em uma clínica de repouso, a filha adotiva de Emilie, embora também assinala um desequilíbrio de ordem emocional, atribui a outras causas as razões de sua diferença. Interessada em descobrir as circunstâncias de sua internação, aguardava que lhe revelassem se fora a mãe quem a conduzira àquele lugar [...]. Para esta personagem, o problema enfrentado decorre das difíceis vivências, dos traumas experimentados ainda na infância, rejeição, abandono, morte, violência, que forçaram sua renúncia aos padrões vigentes [...]. (MÜLLER, 2011, p. 61).

Antes de regressar para Manaus, a narradora – depois de um surto que levou a destruir por inteiro o lugar onde morava – foi retirada do convívio da sociedade para ser internada num lugar em que se visa ao tratamento de desordens psicossomáticas. O seu ato de devastar os bens materiais do espaço até então habitado foi um sinal de que ela estava em desequilíbrio; um sintoma de uma identidade fragmentada e de um ser em crise. Mesmo que a narradora não tenha violado nem flagelado a si própria, como a casa em que se vive é uma extensão do corpo, arruiná-la é, de certa forma, fazer o mesmo com o corpo que se possui.

Causas para o seu desmantelamento emocional? Diversas, como apontou Müller. Entretanto, uma é citada com recorrência; inclusive, fatores outros – rejeição e abandono – giram em torno dela: a sua mãe biológica. Ainda internada, mas já tendo recobrado precariamente a consciência, porque sob efeito de tranquilizantes, o pouco de lucidez existente a faz questionar a si própria a respeito de quem tinha intervindo a favor de sua internação. É esse um questionamento retórico, na verdade. Retórico, mas de uma grande urgência à narradora.

Quiçá fosse mais importante para ela saber a autoria da pessoa que decidiu interná-la do que as considerações a serem elaboradas pelos médicos sobre sua danosa atitude. Na dúvida já constava a quase certeza de que foi a mãe a responsável pelo seu internamento. “Alguns dias passei ali, [...] esperando que minha amiga me revelasse o que mais temia, mas que para mim já era uma certeza, pois intimamente estava persuadida de que fora internada a mando da nossa mãe”. (HATOUM, 2008, p. 142).

No primeiro capítulo afirmamos que Emilie acolheu a narradora e o irmão em virtude do abandono, por razões desconhecidas, de ambos pela mãe biológica. “Emilie nunca me escondeu nada, como se me dissesse: tua mãe é uma presença impossível, é o desconhecido incrustado no outro lado do espelho”. (HATOUM, 2008, p. 144). O abandono ainda na infância foi, pois, a primeira rejeição vivenciada pela narradora por parte daquela que supostamente deveria deles cuidar, que deveria ter mantido os filhos consigo, independentemente de qualquer adversidade, isso se alguma adversidade tenha surgido. Não é isso o que socialmente se espera de quem gera filhos?

Mas como disse Emilie à neta em certa ocasião, a mãe dela é uma estranha porque age de forma imprevisível. Emilie a conhecia, mas não reconhecia sua conduta e seus atos, estes considerados indignos ao comportamento de uma mãe. Apesar de ela e de o irmão terem sido relegados, quando ainda estavam em Manaus, a mãe biológica se manteve “próxima”, rondando-os, querendo de suas vidas se informar. Diferentemente dela, o irmão conseguiu manter um vínculo com a mãe ou foi capaz de retomá-lo em algum momento de sua vida. Já a inominada só a viu uma única vez na infância, fato que transformou a relação com a sua mãe em uma “[...] história de um desencontro” (HATOUM, 2008, p. 144) e em um lugar em que se alojou um trauma. Tornou-se um assunto frágil como um cristal e do qual pouco se fala.

Não estranhamente, são raras as passagens na narrativa em que a inominada comenta a respeito da relação com sua mãe biológica: no primeiro capítulo, ela fala brevemente sobre a sua adoção por Emilie, que nem a ela nem ao irmão foi escondida ou dissimulada a origem adotiva de ambos, nem muito menos tratada no ambiente familiar com comiseração e drama. E no oitavo capítulo, a narradora pondera justamente sobre a sua passagem pela clínica de repouso, evento que se relaciona com sua mãe.

Para a narradora, não importa se a interdição de alguém às vezes é a única forma de impedir que a pessoa se degrade mais e mais. O que a dilacera é o fato de o seu internamento representar um outro abandono e, conseqüentemente, uma segunda privação de afeto. De um afeto que a mãe não foi capaz de dar a ela em qualquer momento de sua vida. Por isso a autoria presumível pela narradora do seu internamento. Não haveria outra pessoa a quem imputar a responsabilidade de tal ato, a não ser à própria mãe, cuja forma de lidar com os dilemas e os transtornos do outro é dele se

distanciando. A mãe ausente, embora presente, haja vista em seu lugar ter se configurado um trauma, é por ela “[...] recusada não por sua ausência, mas exatamente por sua presença autoritária e destrutiva”. (SCHWANTES, 2007, p. 89). Autoritária, porque interdita a filha renegada quando é de sua conveniência, e destrutiva, porque está sempre desfazendo laços afetivos com quem deveria mantê-los.

Quiçá a narradora tenha passado a vida tentando de um modo ou de outro rejeitá-la também, fazendo de sua mãe indiferente a si, como se não a conhecesse, como se ela nunca tivesse de fato existido, para, assim, ser capaz de “seguir em frente” e de se sentir como um verdadeiro membro da família de Emilie. Como se não estivesse apenas a ela ligada por laços afetivos. É o que destaca Trindade, ao afirmar que o ato da narradora de não revelar o seu nome na carta “[...] pode ser a tentativa de negar-se lá na sua origem. [...] Como se a vida só ganhasse uma valoração a partir da doação dela e do irmão pela família libanesa”. (TRINDADE, 2012, p. 111).

A impressão que temos, entretanto, é que o “seguir em frente” nunca ocorreu. Que a sua história com ela é a história de um desencontro, mas a história de um desencontro nunca superado e sempre revivido. Comentar na carta, como fez a narradora, que esse é um assunto que ela evita tratar, não quer dizer que nele não se pense. Ao chegar em Manaus, o primeiro lugar para o qual a inominada se dirige é para a casa da mãe. Dorme, então, ao relento no jardim, pois prefere não acordar ninguém. A narradora não possui apenas o vínculo consanguíneo com a mãe biológica, mesmo sendo Emilie quem ela considera como o seu referencial materno e em torno da qual se construiu a esfera da sua infância.

Há também um elo com a mãe biológica. Frágil, marcado por traumas, do qual ela tenta se desapossar, mas nele está profundamente enredada. Por mais que a inominada tenha sido acolhida por Emilie, personagem que, ao contrário da sua mãe, a amou, que a fez conviver com valores autênticos durante a infância, ela nunca se sentiu plenamente integrada na família que a adotou. A sua história é a história de um desencontro com a mãe biológica, mas no desenredo de sua vida há também o encontro com a mãe adotiva. Existe um episódio de abandono por uma estranha conhecida, e um outro referente ao seu acolhimento por uma mulher que lhe deu o que aquela não foi capaz de dar. “Emilie e a mãe inominada [...] são faces da mesma moeda, opostas, mas

complementares: para que Emilie possa recolher e cuidar com tanto desvelo dos irmãos, é preciso que a mãe os abandone primeiro”. (SCHWANTES, 2007, p. 90).

Isenta de vínculo afetivo, mas ligada à mãe por um elo danoso, a narradora nunca poderá ser desapossada deste último laço, pois o seu amparo por Emilie não teria jamais se efetivado sem que um abandono tivesse existido. São duas mulheres com modos distintos de lidar com a maternidade e que fazem parte da história de vida da narradora. Esta, sem o sentimento de pertencimento pleno a uma família, à família pela qual foi adotada, e vivendo com o trauma da rejeição de sua mãe biológica, vê, por exemplo, em sua vivência com a maternidade um projeto estéril. Assim é como podemos imaginar, já que não há menção a tal respeito na narrativa.

Ela possui dois modelos de identidade materna, a mãe boa e a mãe má: a que não desejou ter filhos, mas os teve; e a que teve, mas os renegou. A presença na narrativa dessas duas versões do feminino com relação à maternidade indica que não há modelo fixo do que é ser mulher: ser mulher é ser mãe, por exemplo. Em *Relato de um certo Oriente*, duas personagens se apresentam em muito distintas, e um dos aspectos a ser citado é que Emilie fez da maternidade seu projeto de vida, já a sua neta, não; e nisto, ela se aproxima de sua mãe biológica. Se ser mulher não pressupõe ser mãe nem tampouco ter uma família, é de se questionar se para a mulher não se cindir identitariamente é importante que ela seja mãe e ou que ela tenha uma família.

A família, e aqui incluímos a maternidade, se constitui como um lugar em que se investia sentido, como vimos com Bauman, e capaz de criar identidade para o sujeito. Mas

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada ‘crise de identidade’ é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e abalando os quadros de referência que dava aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 1998, p. 7).

Emilie, personagem moderna e remanescente em tradições, já não via mais a instituição familiar como referência à constituição de si. A maternidade foi por ela

aceita porque lhe garantia visibilidade social e porque ela precisava construir a vida em Manaus, e não havia outra forma de fazê-lo senão formando uma família. A matriarca só pautou sua existência no seu núcleo familiar depois que este passou a ser a única maneira de lhe garantir pertença nos grupos. Ela foi mãe e esposa, mas poderia não ter sido, e quiçá não se sentisse em prejuízo caso não assumisse esses papéis.

Não podemos afirmar, entretanto, que a família dava à personagem uma “ancoragem estável”. A aparente estabilidade emocional de Emilie pode ser colocada em questão quando levamos em consideração o seu apego excessivo aos integrantes da família e aos amigos, aos objetos do passado, por exemplo. Ou, ainda, se considerarmos a sua dedicação árdua aos afazeres domésticos, como que para não ceder de vez à lassidão. Se a família já ocupava um lugar ambíguo na vida de Emilie; é na de sua neta que ela definitivamente não será mais considerada como algo capaz de conferir estabilização ao sujeito.

Em *Relato de um certo Oriente* refletir sobre a família e sobre a relação que a narradora possuía com ela é um assunto que se conecta a um outro “lugar” que tradicionalmente era investido de sentido, o trabalho. Comentamos também que os imigrantes árabes que se deslocaram de seus países de origem e que se dirigiram para o Amazonas foram motivados, dentre outros aspectos, pelo surto da borracha no norte do país, que os açoucou também para o comércio de mercadorias na região. Emilie e o seu marido são personagens que fazem referência a esse fluxo migratório que se deslocou para o Brasil e que prosperou através da atividade mercantil desenvolvida no norte.

Era de posse da família uma loja em que se comercializavam produtos diversos, como tecidos, vestidos de noiva, chapéus, enfim. Inicialmente, a *Parisiense* era administrada pelo pai até que ficou sob a tutela da filha do casal, Samara Délia, após ele ter falecido:

Depois que ela perdeu o marido, a filha tomou conta da *Parisiense* sem a ajuda de ninguém, e deu um impulso tão grande na loja que no fim de alguns anos Emilie chegou a caçoar do finado: – Ganhamos em cinco anos o que deixamos de ganhar em cinquenta; a vocação dele era vociferar no alto de um minarete, em vez de ficar mudo atrás do balcão. (HATOUM, 2008, p. 131).

Mas o excelente tino de Samara Délia para o comércio foi desenvolvido em virtude de uma compensação. Enquanto ainda adolecia, ela engravidou de um homem cujo nome nunca e nem a ninguém foi revelado. Para penitenciar-la tanto pelo silêncio quanto pela gravidez que se deu sem a contração de um matrimônio, Emilie determinou a reclusão de Samara ao quarto, que lá ficou confinada até o momento em que a filha completou dois anos. Depois disso à criança e à mãe foi dada permissão para o acesso aos espaços coletivos da casa, embora a convivência das duas com alguns integrantes da família nunca tenha ocorrido de forma em que elas se sentissem plenamente agregadas.

Em diversos momentos do cotidiano os irmãos inomináveis agiam de modo perverso para com Samara, zombavam da irmã, julgavam-na como uma “mulher da vida” e viam Soraya Ângela, a criança surda e muda, como um monstro. Tratada como uma pecadora não só pelos irmãos, como também pela própria mãe, decidiu após a morte da filha morar em seu próprio local de trabalho:

Enfim, já disposto a ir embora, perguntei por que viera morar na *Parisiense*, onde tudo eram sombras do passado. – Do teu passado, não do meu – disse com precipitação. – Toda a minha vida foi abandonada na outra casa, no quarto onde penei durante anos. Decidi morar aqui porque o silêncio do meu pai é terrível, é quase um desafio para mim. – Ele não conversa contigo? Não te diz uma palavra? – perguntei. – Fala comigo como se falasse com um espelho, e passa horas lendo o Livro em voz baixa. Mal escuto a voz dele e não compreendo nada do que é possível escutar. Tenho a impressão de que ele lê para me esquecer. (HATOUM, 2008, p. 107).

Vendo-se tal qual uma pecadora, e como forma de pagar pelos seus atos indignos, Samara optou por morar com o pai. Por ter sido banida do afeto familiar e por viver noite e dia nesse e desse suplício que era a ausência de diálogo na loja, a filha desenvolveu as habilidades com o comércio para compensar o silêncio e a indiferença a que foi condenada, levando adiante o seu projeto de comandar a *Parisiense* até perto do fim da vida de sua mãe.

Quando Samara aluga a loja a outrem e vende ao inquilino todas as mercadorias sem sequer comunicar previamente a mãe de sua decisão, para poder no mundo desaparecer, o que ela fez foi impedir de a família ser viabilizada financeiramente. Que, na verdade, não era mais uma família, pois Emilie já morava sozinha no casarão. A partir do momento em que os filhos e os netos foram debandando, a possibilidade de o

estabelecimento comercial se manter passou a ser ameaçada, já que a dedicação à loja pressupunha a permanência em Manaus e que se mantivessem as relações familiares. A atitude de Samara foi, portanto, o último de outros golpes contra a existência da loja e da família que já vinham sendo processados há muito tempo. Quando cada um deixava Manaus, um pedaço do clã era que ia morrendo.

Como a árdua dedicação de Samara à *Parisiense* deu-se visando a uma autocorreção, possivelmente nem ela, assim como fizeram os outros três filhos e os dois netos do casal de imigrantes, se sacrificaria em prol do funcionamento daquilo que possibilitou a mãe e o pai fincarem raízes na cidade e que seria em algum dia repartido como o quinhão de cada um. A loja diz respeito mais à vida dos pais do que a de todos que compõem a segunda e a terceira geração da família. Foram a mãe e o pai que migraram visando a prosperar economicamente, que optaram pelo ramo comercial e que negociaram para ficar com a loja. Emilie e o seu marido escreveram sozinhos a história de vida do casal. Os filhos e os netos não desejam esse quinhão, e sim construir, cada um, a sua história, a partir da vivência e da exploração de outras possibilidades. Isto é, terem um estilo de vida “próprio”, distinto daquele que a matriarca e o patriarca optaram por seguir.

“A noção de estilo de vida soa um tanto trivial” (GIDDENS, 2002, p. 79), mas questões relevantes à compreensão da identidade individual articulam-se ao uso dessa expressão. Na contemporaneidade, não somos apenas seguidores de estilos de vida, como necessitamos de toda forma realizar escolhas, já que o sujeito confronta-se diariamente com uma pluralidade de opções. Em culturas tradicionais, os indivíduos também precisam realizar escolhas dentro dos padrões possíveis de comportamento, mas a vida é mais ordenada dentro de “[...] canais relativamente fixos” (GIDDENS, 2002, p. 79), sendo as opções mais impostas do que adotadas livremente.

Ter um estilo de vida é possuir práticas rotinizadas, hábitos que se inserem tanto num contexto pessoal quanto num coletivo, como, por exemplo, o que se utiliza para se vestir e até como se portar e agir socialmente. Todas as escolhas, por mais elementares que sejam e, claro, as mais importantes, não só expressam a nossa escolha e a nossa liberdade em face de uma variedade de opções; elas informam nossas decisões sobre quem somos e quem desejamos ser.

A não ser Samara, ninguém após a morte do pai decidiu levar adiante o projeto da loja da família. Não queriam passar o resto de suas vidas atrás de um balcão, lidando com clientes, vendas e mercadorias. Os personagens da segunda e da terceira geração do clã querem se inserir em outros grupos, ir além do vínculo familiar. Na relação dos filhos e dos netos com esse trabalho que está inserido na história da família, vê-se que há claramente uma tentativa de individuação por parte deles, ato fundamental à formação identitária do sujeito.

O processo de individuação pode ser compreendido como algo que visa “[...] a singularidade mais íntima, última e incomparável, o nosso próprio si mesmo”. (MÜLLER, 2011, p. 87). Os filhos e os netos estão se constituindo, nesse caso, através do que eles escolheram não ser. Sendo assim, era importante não seguir o caminho já trilhado e solidificado pelos pais, nem se apropriar das escolhas e das decisões que os mesmos fizeram no passado; em suma, era importante se desviar do estilo dos pais.

Emilie, mesmo guardando resquícios de tradições familiares, não força ninguém a assumir a *Parisiense* e respeita a decisão de cada um dos seus filhos e dos seus netos de não se dedicarem à loja, o que demonstra que na contemporaneidade os laços entre os membros de uma família estão mais soltos e livres. Por isso, o convívio com outros grupos societários é maior e mais diversas são as opções de referências aos sujeitos. Os vínculos familiares e os que se estabelecem com o trabalho, independentemente de este último estar em completa associação com a família, como é o caso de *Relato de um certo Oriente*, em muitos casos se apresentam como alicerces sólidos, que propiciam a sensação de segurança em face de um mundo contingente, em que tudo é imprevisível. Abrir mão do projeto da *Parisiense*, portanto, não é só perpetuar as escolhas já realizadas pelos pais, mas é renunciar algo de certa forma estável para se colocar rumo ao inesperado e ao incerto.

Mas o elemento “trabalho” não comparece na narrativa apenas inserido no contexto familiar. Observemos o trecho a seguir:

O tempo que permaneci na clínica, ora procurava o pátio para ficar com as outras, ora me confinava no quarto, cuja janela se abria para dois mundos. Do mundo da desordem, ofuscado pela atmosfera suja do movimento vertiginoso da cidade que se expande a cada minuto, eu ainda guardava as cicatrizes do desespero e da impaciência para sobreviver, dilacerada pela árdua conquista

de prazeres efêmeros, como o delicado relevo de um caracol na areia da praia, logo apagado pelas águas do mar. (HATOUM, 2008, p. 144-145).

Na crítica tecida sobre o mundo existente fora da clínica, o mundo do sul é apresentado ao leitor da carta através de imagens negativas: o crescimento do espaço urbano dá-se de forma caótica e o viver neste lugar era nada mais que satisfazer prazeres fugazes. Na perspectiva da narradora, fazer parte desse organismo que é a cidade é entrar em sua engrenagem. Ela reconhece que a sua vida em São Paulo tornou-se uma batalha para a satisfação de efemeridades, o que passa a atormentá-la. Se viver e se apropriar de um território é com os outros compartilhar modos de existência; então quando a narradora se “desidentifica” com o *modus vivendi* que possuía no sul não há como não haver rompimento com a cidade de um modo geral.

Vim sem muita resistência, como um cego ou uma criança perdida que são conduzidos a algum lugar familiar. E ali, a alguns quilômetros do centro da cidade, a loucura e a solidão me eram familiares. Da janela do quarto via o emaranhado de torres cinzentas que sumiam e reapareciam, pensando que lá também (onde a multidão se espreme em apartamentos ou em moradias construídas com tábuas e pedaços de cartão) era o outro lugar da solidão e da loucura. (HATOUM, 2008, p. 142-143).

À negatividade do espaço urbano e das relações sociais do sul, apresentada anteriormente, juntam-se novas imagens. Solidão e loucura são familiares à narradora tanto porque ela passou a conviver com pessoas que foram igualmente retiradas do convívio social para tratamento de suas desordens psíquicas, quanto porque tais sintomas, ainda que não diagnosticados, se fazem presentes nos espaços em que os vínculos entre os indivíduos não foram estigmatizados pelo signo da insanidade. Para a narradora, quem teve sua vida paralisada, retirada da convivência junto aos seus pares, para ser posto num espaço outro e sob efeito de medicamentos de sedação se irmana com quem está fora desse lugar nomeado por clínica de repouso.

A degradação está em toda a urbe. Não existem nela relações perpassadas por valores autênticos, como eram as relações de sua casa. Nesta, o amor e o cuidado eram afetos que entrelaçavam uns aos outros. Na cidade, cultivavam-se a loucura e a solidão. Podemos ver o diagnóstico da narradora a respeito do estado do sul como referência a

um contexto mais amplo, ao contexto da (pós) modernidade, pois como atesta Lukács “[...] no Mundo Novo, ser homem significa ser solitário [...]” (LUKÁCS, 2009, p. 34); diferentemente dos modos de ser e de estar das sociedades propriamente ditas tradicionais ou dos indivíduos que ainda guardam vestígios dessas organizações sociais, que eram geridos pelo sagrado.

A transcendência existia como princípio organizador da vida na terra e do cosmo e, ainda, como a figura capaz de dar sentido aos homens. Anteriormente havia “[...] somente respostas, mas nenhum enigma, somente formas, mas nenhum caos”. (LUKÁCS, 2009, p. 27). Sentir-se solitário e desamparado quiçá fossem sentimentos inexistentes, nunca vivenciados pelo homem, pois havia maior senso de coletividade que unia um ao outro. Ademais, se considerava a terra como a morada dos deuses e se imaginava que ela estava sob a ação das forças cósmicas.

Os homens também estavam subjugados às relações determinadas pelos deuses e assujeitados ao cumprimento de papéis estabelecidos previamente. Por isso, as identidades eram consideradas fixas e imutáveis, visto que se deslocar entre grupos societários diversos e assumir papéis e funções distintas das que eram viabilizadas pelo grupo onde se nasceu era algo inimaginável. É somente com a modernidade, quando surge a noção de indivíduo, embora sua base tivesse sido já plantada no Renascimento, que as identidades passam a ser consideradas como algo que, a partir das escolhas que o sujeito empreende, é preciso forjar e sustentar reflexivamente nas atividades, nas práticas e nos hábitos diários, sendo fundamental para esse processo a memória, pois ela é a responsável por criar a sensação de continuidade ao longo do tempo.

Mas as posturas (pós) modernas destituíram os deuses não só do poder de explicarem fenômenos existentes no universo, mas de todo e de qualquer poder. Deixamos de nos contentar com a cosmogonia do mundo antigo, porque também passamos a fazer mais perguntas. Não há passar do tempo que não suscite novos dilemas ao homem. Podemos observar esse descrédito dado à transcendência pela narradora, quando ela, na carta, se dirige ao irmão e assim compara o seu comportamento ao dele:

Tu e tua mania de fazer do mundo e dos homens uma mentira, de inventariar ilusões no teu refúgio da rua Montseny, ou nas sórdidas entranhas do ‘Barrio

Chino' no coração noturno de Barcelona para poder justificar que a distância é um antídoto contra o real e mundo visível. Eu, ao contrário, não podia, nunca pude fugir disso. De tanto me enfronhar na realidade, fui parar onde tu sabes: entre as quatro muralhas do inferno. (HATOUM, 2008, p. 120-121).

A realidade não lhe escapa, nela a inominada está entrelaçada; diferentemente do irmão, cujas ilusões criadas no seu refúgio em Barcelona são formas de evitar o real e o mundo visível. Atitude que, segundo a própria, ela nunca teve e nem pudera ter. Envolver-se na realidade e por isso pagar um preço alto – ser internada numa clínica de repouso – é assumir que não há mesmo nada além do mundo real e muito menos transcendência que preencha a vida de sentido, nem deus algum para amparar. O sentido, para a narradora, só pode emergir da realidade visível, da experiência objetiva e do contato verdadeiramente afetivo com o outro.

Ela reconhece que, para se constituir, para possuir uma imagem não falhada de si tal como a representação que fizera na ocasião de seu internamento, é necessário os sentimentos de pertença e de identificação que brotam através do reconhecimento do eu na alteridade. Ficar⁵ em Manaus era inviável, uma vez que ela não conseguia se projetar nas existências outras que a cercavam, nos estilos de vida que em tal lugar existiam. O mesmo se procedeu em São Paulo: quando viver para a inominada tornou-se somente uma invisível batalha em prol da satisfação de prazeres fugazes, o que se inviabilizou foi a necessária interdependência para uma favorável formação de si entre ela e aqueles que estavam em seu entorno.

Não estranhamente, esse ser deslocado, à margem dos grupos com os quais se relacionava, não enxerga propósito em permanecer fora da clínica. Conforme Giddens, “A falta de sentido pessoal – a sensação de que a vida não tem nada a oferecer – torna-se um problema psíquico fundamental na modernidade”. (GIDDENS, 2002, p. 16).

Miriam estranhava o fato de eu não sair dali o quanto antes; [...] ‘O que te atrai para continuares aqui?’, me dizia. Quis responder perguntando o que me atraía lá fora, mas preferi dizer que estava pensando numa viagem. (HATOUM, 2008, p. 144).

⁵ Estamos nos referindo ao período em que ela ainda residia na cidade e não ao momento de seu regresso.

Romper com a cidade é sinônimo de romper com as práticas e com as relações cultivadas em tal lugar que, por consequência, é romper com uma versão de si. De um si que aos demais se igualava até o momento da fratura. O reconhecimento por parte da narradora de um fosso existente entre ela e os outros torna esse ser ficcional deslocado de um grupo, com o qual não há mais conexões. Por se sentir desajustada, o isolamento físico poderia surgir a princípio como uma possibilidade, mas não a menos dolorosa, nem, na verdade, a efetivamente possível, visto que o homem é um ser de natureza social. Como, portanto, permanecer num lugar em que o estranhamento entre o eu e a sua alteridade é tamanho?

A peregrinação torna-se, pois, a única saída ao indivíduo, que para se sedentarizar num lugar precisa se identificar com o que se cultiva em termos de práticas e costumes; ou seja, com o estilo de vida adotado pelos demais para, então, investir de significado a sua pertença numa comunidade. E, assim, abrandar a sensação de isolamento impregnada na empiria da vida. Com relação à narradora, o sentimento de solidão foi propiciado pela ausência de laços afetivos e de vínculos de pertença e de identificação entre ela e os sujeitos, tanto do estado do sul quanto da própria Manaus de sua adolescência/fase adulta. Inclusive, não sabemos se os quase vinte anos distante do lugar onde nasceu coincidem com o tempo de permanência em São Paulo, ou se em todo esse tempo ela esteve se deslocando, em busca de um território interno que pudesse chamar de seu, pois que dele tivesse se apropriado verdadeiramente.

O ato de peregrinar da narradora inclui o caminho de volta para casa. A retórica do não pertencimento ao estado do sul sustentada pela inominada faz fronteira com a retórica da casa como sendo o lugar contraposto à existência mundana e degradada de São Paulo. É na casa onde ainda prevalecem afetos e é para lá que a narradora decide regressar após o surto que tivera. Com isso, ela sugere que não há mais lugar onde se asilar, que esse “eu”, sem contorno e agonizando, cansou de tentar estabelecer vínculos autênticos com o outro e que, em última instância, é na casa onde ela poderá recobrar a sanidade usurpada por um modo de vida frenético e de pouca valia.

No artigo intitulado *Milton Hatoum e o regionalismo revisitado*, Pellegrini - sobre *Relato de um certo Oriente* - defende que “[...] o tempo é a viga principal a sustentar a arquitetura narrativa”. (PELLEGRINI, 2007, p. 99). O tempo vivido em Manaus, em

São Paulo e no Líbano, o tempo que imprimiu suas indeléveis marcas na morada da infância, perceptíveis à neta, nesse outro tempo, no do regresso à cidade:

A porta da entrada estava trancada e, através do muro vazado, vi o corredor deserto que terminava no patiozinho coberto pelas folhas ressecadas da parreira e uma parte do pátio dos fundos. (HATOUM, 2008, p. 109).

Descrita pela narradora, a imagem da casa abandonada faz parte da atmosfera de ausência que está impregnada em toda a narrativa. Como não há mudança no tempo que não forje mudança no modo de ser e de estar no mundo, assim como não há mudança no modo de ser e de estar no mundo que não repercuta na forma de percepção do tempo, na carta a narradora reflete sobre as transformações que se processaram na cidade, problematizando seus efeitos no próprio espaço urbano, assim como na vida humana existente.

As alterações ocorridas situam-se dentro do que Pellegrini, em seu artigo já citado, nomeia de “[...] o tempo da história brasileira [...]”. (PELLEGRINI, 2007, p. 100). Este aparece na obra como tema secundário, segundo a autora, e diz respeito ao tempo do processo de modernização do país, que na região norte imprimiu marcas específicas: “[...] talvez mais do que em outros lugares, revela com crueza as marcas da convivência de progresso e atraso, de avanço e estagnação, de permanência e mudança”. (PELLEGRINI, 2007, p. 100) nos costumes, nas tradições, na arquitetura e na religião.

O tempo dos fatos ocorridos em *Relato de um certo Oriente* é o século XX, em que contrastam as existências de moradias paupérrimas com a presença de famílias tradicionais, habitantes de casarões de influência *Art nouveau*, que monopolizavam o comércio de alimentos e a navegação fluvial e que se valiam, inclusive os próprios imigrantes locais, de uma mão de obra semelhante à mão de obra escrava do sistema colonial brasileiro. Em franco declínio no país, mas ainda existente no norte. Como revela Dorner, o poder na região não era exercido apenas em virtude da posse de riquezas, mas também através de uma forma de escravidão velada: “– A humilhação e a ameaça são o açoitado; a comida e a integração ilusória à família do senhor são as correntes e golinhas”. (HATOUM, 2008, p. 78).

A sutil referência que Hatoum faz no romance a esse capítulo da história da região norte – ao tempo da onda de sua modernização – encontra respaldo nos diversos deslocamentos dos personagens que se efetivaram para este lugar em momentos distintos, pois o ato de se moverem por territórios distintos dá espaço para que o que compõe o “exterior” receba atenção enquanto elemento formal da obra não por um, mas por diversos olhares. A princípio, as visões são a do marido de Emilie, ao chegar do Líbano em Manaus, e a de Hakim, quando, em diálogo com a inominada, fala sobre Manaus.

Inicialmente, na descrição do marido, é patente a ideia de um território pouco habitável e muito desconhecido, onde a *natura* parece que em quase nada foi deformada pelo homem.

A viagem terminou num lugar que seria exagero chamar de cidade. Por convenção ou comodidade, seus habitantes teimavam em situá-lo no Brasil; ali, nos confins da Amazônia, três ou quatro países ainda insistem em nomear fronteira um horizonte infinito de árvores. (HATOUM, 2008, p. 94).

Até certo ponto em seu relato é o espaço natural quem protagoniza a história contada, pois como o próprio personagem confessa, uma paisagem é capaz de alterar a vida de um homem.

[...] ansioso, esperei o amanhecer: a natureza, aqui, além de misteriosa é quase pontual. Às cinco e meia tudo ainda era silencioso naquele mundo invisível; em poucos minutos a claridade surgiu como uma súbita revelação [...] vi uma árvore imensa expandir suas raízes e copa na direção das nuvens e das águas, e me senti reconfortado ao imaginar ser aquela a árvore do sétimo céu. (HATOUM, 2008, p. 65).

Mas a cidade surge do rio e passa a existir ao olho humano. Aparece ao pai demonstrando a incipiência de seu desenvolvimento, fato que o faz compará-la em tamanho às aldeias do Líbano. A geografia plana da região norte do Brasil, entretanto, destacava a simplicidade de algumas construções que se repetiam ao longo do espaço e a imponência de outras poucas edificações que se apresentavam difusamente na paisagem observada, de forma que assim já se anunciava uma transformação do espaço que aos poucos estava sendo engendrada.

Antes das seis, tudo já era visível; [...]; e de uma mancha escura alastrada diante do barco, nasceu a cidade. Não era maior que muitas aldeias encravadas nas montanhas do meu país, mas o fato de estar situada num terreno plano acentuava a repetição dos casebres de madeira e exagerava a imponência das construções de pedra: a igreja, o presídio, um ou outro sobrado distante do rio [...]. (HATOUM, 2008, p. 66).

Se da recordação do pai acerca da visão inaugural que tivera quando do seu aporte em Manaus sobressai o tom de deslumbramento e de envolvimento afetivo com a aurora presenciada e com uma árvore que mitigou o choque inicial de achar que a cidade era um lugar habitável apenas por um horizonte infinito de árvores; da visão de Hakim se distingue o oposto: ele não se sente reconfortado como o pai, pois a floresta é um lugar de enigma. Um paredão impenetrável que o torna impotente.

Para mim, que nasci e cresci aqui, a natureza sempre foi impenetrável e hostil. Tentava compensar essa impotência diante dela contemplando-a horas a fio, esperando que o olhar decifrasse enigmas, ou que, sem transpor a muralha verde, ela se mostrasse mais indulgente, como uma miragem perpétua e inalcançável. Mais do que o rio, uma impossibilidade que vinha de não sei de onde detinha-me ao pensar na travessia, na outra margem. (HATOUM, 2008, p. 73).

Olhar, margem e travessia. Três palavras que nos dizem muito de *Relato de um certo Oriente*. O olhar, fundamental à vida humana, e indispensável àquele que atravessa, que percorre, que se desloca, que vai de uma margem à outra, porque o ajuda a entender e a perscrutar o outro, que pode ser aquele mesmo que olha, que pode ser uma paisagem, um objeto, enfim. Hakim fala de uma travessia mata adentro que nunca foi por ele empreendida. Saiu de Manaus sem fazê-lo, demonstrando, assim, que nunca se está irrevogavelmente atado, seja por laços de afetividade ou de nascença, ao lugar em que se nasceu. O olhar é também capaz de desnaturalizar e de demonstrar estranhamento entre a coisa observada e quem a observa.

É assim também que se procede com a neta de Emilie quando o rememorado não se insere num pretérito demasiadamente remoto, como nos trechos em que ela faz diversas ponderações sobre a cidade de Manaus depois de deambular por suas ruas. Vejamos inicialmente:

Pensei na tua repulsa [na repulsa do irmão] a esta terra, na tua decisão corajosa e sofrida de te ausentar por tanto tempo, como se a distância

ajudasse a esquecer tudo, a exorcizar o horror; estes molambos escondidos do mundo, destinados a sofrer entre santos e oráculos, testemunhas de uma agonia surda que não ameaça nada, nem ninguém: a miséria que é só espera, o triunfo da passividade e do desespero mudo. (HATOUM, 2008, p. 120).

Ao recordar a saída do irmão da cidade e os motivos que o levaram a deixar Manaus – distanciar-se da miséria e da pobreza existentes –, a narradora imprime na carta as suas marcas e o seu posicionamento a respeito da cidade num discurso que é de ambos.

Três visões sobre Manaus que apontam para uma continuidade temporal. Na primeira, do pai, fala-se de um tempo em que o povoamento da cidade ainda era incipiente, embora as poucas habitações já sinalizassem a desigualdade social existente entre os escassos habitantes. E a natureza pouco devastada e misteriosa não o fez sentir “em casa”, no Líbano; mas, ainda assim, propiciou-lhe sensação de acolhimento, pois imaginava estar ele no reino do sétimo céu ao observar a paisagem. Já as visões de Hakim e da neta, além de se construírem em um tempo outro, distante da visão do pai/avó, se referem também a momentos distintos, embora estejam mais próximas uma da outra: ele, adulto, recorda a relação que tinha com a floresta quando morava na cidade; ela, adulta, recorda o que motivou a saída do irmão de Manaus porque, ao caminhar pela cidade, viu que a miséria nela persistia.

Nas visões de Hakim e da narradora desponta o estranhamento do que está na posição de alteridade de cada um. A floresta amazônica para ele é assombro, lugar que não lhe é convidativo. Assim é com a narradora, mas com relação à cidade: a paisagem urbana não a reconforta. Repulsou o irmão e ela própria. A Manaus ficcional de *Relato de um certo oriente*, seja em seus espaços sociais ou naturais, surge construída pelo crivo pessoal dos personagens. Quando objetos de ponderações, as paisagens urbana e natural estão sempre relacionadas com as experiências de vida deles. É nesse enleio de fatos de uma família, nos eventos recordados e imaginados dos que compõem as três gerações do clã de Emilie, que se percebe a referência ao processo de modernização urbana pelo qual passaram a região norte e mais precisamente a cidade de Manaus.

Tal processo foi financiado pelos lucros da economia da borracha, produto que, em meados do século XIX e até o século XX, abasteceu vigorosamente o comércio internacional. Segundo Lemos,

Fortunas foram acumuladas e o excedente gerado foi aplicado principalmente em melhorias urbanas nas capitais Belém e Manaus, na construção de prédios públicos e privados e na criação de equipamentos e serviços urbanos. (LEMOS, 2011, p. 2).

Exibiam-se e ostentavam-se padrões cosmopolitas a que estavam alçando a região norte, além da imagem de benfeitoria por trás das transformações que se efetivavam, mas, por outro lado, grande parte da população menos favorecida socialmente era expulsa para regiões suburbanas e para outras mais distantes daquelas que estavam sendo modificadas e (re) construídas pela mão do “progresso”.

[...] passando como uma máquina, aterrando igarapés, ampliando ruas, edificando construções que não se adequavam nem às condições naturais nem à cultura dos habitantes locais. (OLIVEIRA, 2003, p. 47).

O projeto modernizador mostrava-se, em sua essência, excludente e contraditório.

As ondas de modernização que atingiram não só o Brasil como também outros países do continente latino-americano, não obstante as divergentes lógicas desenvolvimentistas implementadas em cada um deles, são mormente descritas como tendo sido incoerentes no que respeita às condições locais de recepção dos projetos. Estes eram articulados e inspirados na Europa, já então modernizada, que, no século XX, como diz Berman, passou a expandir o processo de modernização “[...] a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo [...]”. (BERMAN, 2007, p. 26). É de se imaginar que mesmo com esforços e tentativas haveria de existir o que não se adaptava à realidade do lugar para onde se transplantavam os modelos europeus de desenvolvimento.

Canclini, por exemplo, delineia algumas divergências entre as modernizações ocorridas na América Latina e as sucedidas na Europa Ocidental ao dizer que:

Não tivemos uma industrialização sólida, nem uma tecnificação generalizada da produção agrária, nem uma organização sociopolítica baseada na racionalidade formal e material que, conforme lemos em Kant e Weber, teria sido transformado em senso comum no Ocidente, o modelo de espaço público onde os cidadãos conviveram democraticamente e participaram da evolução social. (CANCLINI, 2015, p. 24).

E a tal respeito continua:

As oligarquias liberais do final do século XIX e início do XX teriam feito de conta que constituíam Estados, mas apenas organizaram algumas áreas da sociedade para promover um desenvolvimento subordinado e inconsistente; fizeram de conta que formavam culturas nacionais e mal construíram culturas de elite, deixando de fora enormes populações indígenas e camponesas que evidenciam sua exclusão em mil revoltas e na migração que ‘transtorna’ as cidades. (CANCLINI, 2015, p. 25).

É assim, pois, que traçamos o quadro da modernização ocorrida no norte do país e que dele destacamos, sobretudo, as deficiências e as contradições legadas pelos projetos desenvolvimentistas postos em prática em tal paragem. As funestas consequências deixadas serviram como referência ao romance hatouniano, e surgem na obra através da voz narradora, que articula seu sofrimento e seu dilema pessoal ao que observa nas ruas de Manaus; fatos e cenas por ela descritas e comentadas, como pedido pelo irmão em Barcelona:

Na última, ao saber que vinha a Manaus, pedias para que eu anotasse tudo o que fosse possível: ‘Se algo inusitado acontecer por lá, disseque todos os dados, como faria um bom repórter, um estudante de anatomia, ou Stubb, o dissegador de cetáceos’. (HATOUM, 2008, p. 147).

Em uma de suas primeiras impressões sobre Manaus, a narradora indica o tom que perpassará suas outras ponderações acerca da paisagem urbana observada e qual o seu lugar na sua cidade natal, nesse lugar que, passados quase vinte anos, em nada se assemelha ao da infância. Enquanto caminhava a esmo, a inominada confessa:

Havia momentos, no entanto, em que me olhavam com insistência: sentia um pouco de temor e de estranheza, e embora um abismo me separasse daquele mundo, a estranheza era mútua assim como a ameaça e o medo. (HATOUM, 2008, p. 110).

De observadora, a organizadora dos relatos passa a ser observada pelos desconhecidos e estes se tornam também observados por ela. No ato de se entreolharem,

o estranhamento e o medo de ambas as partes pulsam porque a atitude dela de caminhar e “[...] observar tudo, com cautela e rigor”. (HATOUM, 2008, p. 109), imprimia no seu rosto um ar desconhecido e estranho, como se olhar com tanto afincado revelasse o distanciamento existente entre quem olha e quem é olhado, ainda que as posições se invertessem. O estranhamento entre o observador e o observado é tão intenso que eles se igualam no medo que sentem um do outro.

À medida que suas impressões sobre a cidade vão sendo lidas, percebe-se que o abismo constatado entre a narradora e o outro no início de sua deambulação só se avoluma. O trecho citado é longo, mas vale conferir:

Foi difícil abrir os olhos, mas não era a luminosidade que me incomodava, e sim tudo o que era visível. De olhos abertos, só então me dei conta dos quase vinte anos passados fora daqui. A vazante havia afastado o porto do atracadouro, e a distância vencida pelo mero caminhar revelava a imagem do horror de uma cidade que hoje desconheço: uma praia de imundícies, de restos de miséria humana, além do odor fétido de purulência viva exalando da terra, do lodo, das entranhas das pedras vermelhas e do interior das embarcações. Caminhava sobre um mar de dejetos onde havia tudo: casca de frutas, latas, garrafas, carcaças apodrecidas de canoas, e esqueletos de animais. [...]. Além do calor, me irritavam as levas de homens brigando entre si, grunhindo sons absurdos querendo imitar alguma frase talvez em inglês; eram cicerones andrajosos, cujos corpos mutilados e rostos deformados os uniam ao pântano de entulhos, ao pedaço da cidade que se contorcía como uma pessoa em carne viva, devorada pelo fogo. (HATOUM, 2008, p. 111).

A imagem descrita é angustiante, visto que uma parte da cidade é comparada a uma pessoa em carne viva. A cidade aos olhos da narradora é, portanto, uma cidade enferma: é suja, nela há pobreza e pessoas miseráveis, macaqueando deploravelmente um idioma por elas desconhecido para, quem sabe, chamar a atenção de turistas que por ela passam. E se uma pessoa em carne viva é alguém que não pode prescindir com urgência de cuidados, assim o é também com essa cidade. A ela é, pois, fundamental o cuidado imediato. Mas contrariando o que deveria ser, a cidade parece ter sido deixada ao relento, abandonada à sua própria sorte. A sorte de ferida que se alastra como ocorre num corpo que mesmo em carne viva é ainda tragado mais e mais pelo fogo.

E para fugir da perturbadora visão a personagem se dirige a outro lugar, mas novamente ela nos descreve uma cena que parece complementar à anterior:

A praia terminava numa aglomeração de barracas entulhadas de quinquilharias: um labirinto de madeira que se alastrava nas calçadas, nas ruas, na praça. Sobre caixas de papelão havia santinhos e escapulários, desenhos de um dragão verde lancetado pelo santo montado no cavalo, arraias e tucanos raiados pela textura da madeira, sucurijus em miniatura, tangas, pulseiras, colares e pingentes. No entanto, o que mais me atraiu foram as máscaras feitas com casca de árvore, enrugadas e ressequidas pelo sol, e finas como a pele humana. Acuadas no interior das barracas, as pessoas talvez não imaginassem que seus ancestrais, em épocas não muito remotas, tinham coberto seus rostos com máscaras semelhantes. Dilapidados pelo tempo e pela violência, os rostos e as máscaras pareciam pertencer aos mesmos corpos. (HATOUM, 2008, p. 112).

Neste trecho, mais uma vez sobressai aos olhos da narradora a pobreza econômica do povo manauara constatada pela comercialização de produtos de valor irrisório. Dos produtos postos à venda nas barracas próximas à praia, o que chama a sua atenção são as máscaras confeccionadas com cascas de árvores talhadas em madeira. A mercantilização desse artesanato inspira-lhe pena, porque os comerciantes nas barracas, com seus corpos velhos e enrugados, à espera de compradores estrangeiros, os únicos que pagariam por tal produto, quiçá não sabiam que em num dia as máscaras não possuíam valor de compra, que estavam inseridas nas vidas de pessoas de modo afetivo. “Agora”, e com o passar do tempo, elas foram destituídas de seu tradicional valor simbólico. A elas só se agrega valor se alguém comprá-las para, provavelmente, torná-las objeto exótico de decoração.

A esse quadro descrito soma-se outro. Um em que a Manaus pela qual ela caminha, a Manaus do seu retorno, é vista como sinônimo de atraso e de estagnação cultural:

Despedi-me de Dorner sabendo que não iria mais vê-lo. Durante a caminhada apressada esbarrei em muita gente, os mesmos vendedores de frutas, amigos da infância, todos querendo saber o teu paradeiro. O que dizer a tantas pessoas? Que tuas cartas chegavam no início de cada estação europeia? Como contar a essa gente o teu fascínio exagerado por Gaudí, o poema que dedicaste à Sagrada Família, o esquisito sabor da horchata ou aquele crepúsculo em Lloret del Mar? Era mais fácil dizer que estavas chegando, ou que um dia certamente voltarias; assim, eu escapava de fininho, alegando afazeres urgentes, sem esconder o cansaço e a exasperação de quem chega de muito longe e pressente que já deve voltar. (HATOUM, 2008, p.121).

O fascínio do irmão por Gaudí, o sabor da horchata, o crepúsculo de Lloret del Mar. Para a narradora, nada disso é possível de ser compreendido pelo povo de Manaus, haja vista na cidade ainda habitarem pessoas cuja preocupação maior é com a sobrevivência, como observado anteriormente. Não sabem quem foi Gaudí, o que é horchata e Lloret del Mar, assim ela julga, porque ainda vivem em outro tempo, no tempo dos que sobrevivem da confecção e da venda de máscaras de restos de árvore e da comercialização de quinquilharias.

Se dar notícias do irmão que morava em Barcelona era ter que dizer de sua admiração exagerada por certos elementos de outra cultura, seria menos constrangedor para quem perguntasse, e para a própria narradora, falar apenas que um dia ele regressaria. Expor a respeito da relação do irmão com outra cultura causaria embaraço não por ser outra cultura e, sim, porque, para pessoas que definham junto com uma cidade que está em carne viva, não há possibilidade de compreender o que não diz respeito à sobrevivência.

O choque que a inominada tivera ao se deparar com outra imagem da terra natal não foi decorrente do fato de ela ter deixado de acompanhar as transformações físicas pelas quais passou a cidade, e sim porque o que resultou das mudanças que até então se processaram, para além de um lugar “modernizado”, foi o surgimento de um território humilhante ao existir humano e que continua aquém de seus referenciais de cultura e de conhecimento, pois é atrasado culturalmente.

A narradora regressa à Manaus com uma concepção internalizada de tempo que ela contrapõe ao tempo sentido na cidade, conduzindo-a, assim, a valorar o que é observado no cotidiano urbano. A experiência temporal do Sul é distinta da experiência que Manaus lhe proporciona. Na cidade da região norte é onde se sente e se vivencia a lentidão: além de uma cidade que agoniza, pessoas em Manaus ainda vivem de um mísero comércio e são incapazes de conhecer Gaudí, por exemplo. O tempo de Manaus se faz perceber pela sua morosidade. Diferentemente do tempo do sul, cujo ritmo célere imprimia-se na batalha pela conquista de prazeres passageiros.

Se através das ponderações da narradora vimos que a presença do irmão em Manaus é impossível, a dela também o é, ainda que ela tenha manifestado o desejo súbito de rever a mãe adotiva e o lugar em que nascera e crescerá. Deixar uma cidade e para a mesma voltar, sobretudo quando há longos anos que separam a partida e o

regresso, é uma possibilidade de mudar também quem se é. Não há deslocamento concreto, entre geografias, que não ameace minimamente o sujeito, impelindo-o a deslocar-se de si mesmo, do que ele é até então. Mas o fato é que na cidade tudo a incomoda e dela não se dissipa a triste sensação de que já deve partir, apesar de sua breve permanência e do desejo de rever Emilie:

Foi doloroso não ter visto Emilie, aceitar com resignação a impossibilidade de um encontro, eu que adiei tantas vezes essa viagem, presa na armadilha do dia a dia, ao fim de cada ano pensando: já é tempo de ir vê-la, de saciar essa ânsia, de enfronhar-me com ela no fundo da rede. (HATOUM, 2008, p. 122).

Mas o desejo de reencontrar Emilie não se concretizou em virtude da morte da mãe. Quando a narradora recorda durante o processo de escrita da carta o que ela sentia no momento em que regressava ao sobrado depois de caminhar por Manaus para finalmente rever Emilie, vemos, entretanto, que a narradora é tomada por um desejo contrário àquele que foi um dos motivos do seu regresso. Ao saber da morte da avó ela lamentou não ter visto Emilie, depois de tanto adiar com ela um encontro, mas, minutos antes do ocorrido à matriarca, a possibilidade de vê-la era para ela angustiante:

Talvez quisesse adiar o encontro com Emilie, afastar-me do sobrado naquele instante ou suprimir da caminhada o espaço inconfundível da nossa infância. Por isso, quase sem perceber tinha dado uma volta pelas ruas do centro, quando na verdade podia ter encurtado o percurso, atalhando por uma rua que liga a igreja ao sobrado. Caminhava apressada, não para chegar logo, mas para fugir, como se a pressa fosse um anteparo para evitar a multidão apinhada nas calçadas e na entrada da casa. (HATOUM, 2008, p. 121).

Idealizar, como fez a narradora, um reencontro com alguém que teve capital importância em sua vida e que ela não via há quase vinte anos é reconfortante. A realidade, contudo, é mais perversa. Quem regressa, independentemente do tempo que tenha levado para fazê-lo, tem muito a contar a quem permaneceu, pois quem partiu teve contato com uma realidade diferente, nova, e tudo o que é novo tende a ser fascinante, a princípio. Quem fica, por sua vez, permanece com a vida que foi transformada em rotina, como é o caso da personagem Emilie. Com uma vida em que há pouco espaço para o surpreendente.

Encontrar-se com a mãe adotiva é ter que atualizar de uma vida da qual ela foi parcialmente excluída a partir do momento em que a narradora optou por sair da influência e do controle maternos. Se há nervosismo quando o momento do reencontro entre ambas se aproxima, se a pressa no caminhar é para, na verdade, não chegar, e sim fugir, é porque a inominada é consciente de que no reencontro terá ela que se expor e falar de si. E falar a seu respeito à Emilie é o mesmo que encarar tudo o que a narradora não se considerava ser: mulher forte, solar, que conseguiu não sem percalços se constituir em outro território quando deixou o Líbano, que se integrou em Manaus, que se enxergava na maternidade. Tarefa essa no mínimo desagradável para quem não sabe quem é e para quem vivenciou um trágico episódio que culminou em seu internamento.

A angústia provocada pela crise em sua identidade a torna instável emocionalmente: ela fala do desejo de voltar para Manaus, mas estando na cidade é tomada por uma sensação de que mesmo com pouco tempo de estada deve partir; assume querer rever Emilie, e quando está prestes a encontrá-la, age como quem quer desistir. Não estranhamente, a inominada escolheu aportar em Manaus durante o período da noite para, assim, evitar possíveis encontros e “[...] surpresas que a claridade impõe [...]”. (HATOUM, 2008, p. 146). Além de optar por desembarcar à noite, ninguém foi comunicado sobre sua ida à Manaus. Evitar até quando pudesse o choque inicial que tivera ao se dar conta de que não era a luminosidade do dia que a incomodava, mas tudo o que na cidade estava ao alcance dos seus olhos.

É possível, ainda, perceber o desconforto da narradora ao ter que falar a respeito de si no momento em que ocasionalmente encontrou Dorner na cidade. A narradora precisou fingir interesse em estar em sua companhia e no que o alemão dizia a respeito de sua permanência em Manaus, para, com essa atitude, silenciar sobre si mesma ao colocá-lo na posição de quem responde a questionamentos alheios. Quando ela não o bombardeava com perguntas, ambos recorriam ao destino dos amigos tanto para quebrar o silêncio que estava à espreita quanto para evitar falarem de si.

O ato de refletir sobre si mesma para outrem, ou calar e deixar que o silêncio imperasse entre eles eram caminhos através dos quais seus dilemas e seus traumas poderiam ser expostos. Mas o mal-estar sentido pela narradora ante a presença de Dorner não era só por ter que atualizar dos fatos de sua vida. Incomodava a ela

também a possibilidade que havia de ambos enveredarem e se prenderem num tempo impossível de ser revivido, a não ser por recordação.

Se no princípio do encontro Dorner demonstrava exaltação, a sua excitação durou pouco e foi cedendo espaço para o desencanto e o alheamento, sentimentos pela narradora constatados em virtude dos gestos que ele repetia maquinalmente, como tirar e colocar os óculos, respirar arqueando o corpo e passar um lenço na face. Ao perceber nos trejeitos do alemão o que não mais podia ser dissimulado, a sua desilusão e o seu tormento recalcados, o desconforto por parte da narradora de estar na presença dele chega ao paroxismo. Num átimo, a inominada sente que poderia ser ela no lugar de Dorner emanando desolação, pois ele, ao seu contrário, sedentarizou-se em Manaus, o que a deprime.

Foi na cidade manauara que o alemão dedicou toda sua vida ao estudo. Tentou ser professor de história e de filosofia no curso de direito, mas não logrou êxito. Talvez porque fosse o mundo vegetal a sua verdadeira paixão. Poderia citar de cor três mil nomes de plantas. Ministrava aulas de língua alemã para os filhos e para os netos dos seus conterrâneos que moravam na cidade. Inclusive, foi Dorner, com o seu vasto conhecimento, o mentor intelectual do irmão da narradora ainda na infância. Dava a ele lições de alemão, de fotografia, de Leipzig, de Kleist. Ensinava-lhe também sobre a Primeira Grande Guerra, a geografia incerta da Alemanha, a vida dos santos e da gênese das catedrais.

Ninguém foi o seu maior interlocutor como foi o irmão da narradora, que não só era o seu aluno; ele se interessava e se envolvia verdadeiramente com tudo o que Dorner lhe apresentava:

No fim da tarde tu me visitavas no conservatório e, com a língua formigando de histórias, repetias à professora de piano uma passagem da vida de Mahler, e pedias para que ela tocasse *A menina e a Morte* de Schubert, e, antes daquela série de movimentos em ré menor, tu adormecias na poltrona, os lábios entreabertos, talvez pensando ‘amanhã ele me contará a vida de uma santa enterrada numa igreja da Hungria [...]. (HATOUM, 2008, p. 119).

Aos olhos da narradora, a partida do irmão de Manaus transformou a existência de Dorner numa existência sem diálogo. A Manaus que nos foi apresentada não

favorece a intelectualidade, haja vista ser ela uma urbe estagnada culturalmente. Mesmo sendo também sugerida na narrativa como uma cidade onde o trânsito humano é intenso, com muitas pessoas fazendo dela um lugar de passagem, o que poderia torná-la propícia para a circulação de conhecimento e de ideias, a narradora, na realidade, mostra o inverso. O tempo, nesta cidade que ela considera escondida do mundo, passou, mas a desigualdade social, a pobreza e a miséria tornaram-se evidentes. A cidade agoniza e de muitos foi sonogado algo que lhes é de direito: uma existência digna. A miséria os emudeceu e os tornou testemunhas de uma agonia que não incomoda ninguém, pois todos se anestesiaram com o desumano e com o deplorável.

Habitantes do mesmo espaço, mas afastados uns dos outros, os indivíduos se equivocaram quanto à maneira de se diferenciar de sua alteridade. Tornaram-se únicos, individualizaram-se, mas também passaram a ser individualistas. O sofrimento alheio não só não atinge o outro, como faz parte de uma “indiferença civil”; espécie de pacto, estabelecido tacitamente entre os sujeitos, de proteção e de reconhecimento mútuos entre os indivíduos que participam da vida social nos espaços públicos.

Uma pessoa ao passar por outra na rua demonstra, com um lance de olhos, que o outro é digno de respeito, e então, fixando o olhar, que ele ou ela não é uma ameaça para o outro; e a pessoa faz o mesmo. (GIDDENS, 2002, p.46).

Assim, permite-se que o outro exista. Esse contato intensivo com a diferença que a cidade possibilita se, por um lado, é benéfico, pois tende a fazer do respeito pelo próximo um exercício constante; por outro, pode tornar a existência da alteridade uma banalidade ou algo indiferente, ao se incentivar a aceitação de tudo o que está na posição oposta a um “eu”. Mesmo que a diferença seja a catástrofe do outro, como é o que se observa em *Relato de um certo Oriente*. “É por isso que as grandes cidades também constituem a localização (genuína) da atitude blasé”. (SIMMEL, 1987, p.16). A defesa indiscriminada de que se deve aceitar o outro na sua condição alienou os sujeitos uns dos outros. Passamos a conviver pacificamente com as atrocidades, porque elas não dizem ao nosso respeito, mas sim a nossa alteridade, e esta precisa ser admitida e respeitada.

Para a narradora, Manaus é essa cidade impossível ao existir humano. Ela não garante aos indivíduos uma existência digna e, nela, a ausência de dignidade se tornou algo natural. O desumano, que já faz parte do cartão-postal da cidade, é tratado com cordialidade por todos; não incomoda nem tampouco ameaça a quem quer que seja. Ver Dorner inserido nesse microcosmo é confrontar-se com uma dúvida tornada quase uma indignação. Sem precisar recorrer à palavra, o alemão, através da repetição maquinal de alguns gestos, demonstrava que ele próprio não passou incólume pelo tempo. As marcas adquiridas em vida não poderiam ser dissimuladas, haja vista estarem impressas num corpo que parecia definhar. A inominada não sabia se a ausência de um interlocutor o desolava ou se existia perversidade de sua parte em se sedentarizar em Manaus para ficar dialogando com o vazio ou tão somente consigo mesmo.

Era, nesse caso, dono de uma voz que em ninguém reverberava, mas resignada à sua condição de falante para um público fantasma, incapaz de com ele dialogar. Perversão de sua parte em aceitar a incapacidade do outro que o cerca e, ainda assim, permanecer nessa situação. Para a narradora, se Dorner de fato se incomodasse, ele não teria optado por ficar numa cidade enferma. Caso o descaso para com a população realmente o afligisse, deixar Manaus, tal como fizeram a narradora e seu irmão, teria sido a atitude tomada. O contrário é ficar na cidade e se acostumar à chaga, pois, para garantir a permanência, é preciso se tornar indiferente ao outro.

Podemos, ainda, afirmar que o ar melancólico de Dorner incomodava a narradora, haja vista na imagem dele ela enxergar uma versão de si mesma. A inominada saiu de Manaus, mas não regressou muito diferente de Dorner, que permaneceu na cidade. Será que aos olhos dos outros ela não inspirava pena? Será que ela não carregava consigo o mesmo semblante de desolação enquanto perambulava por Manaus? Será que aos olhos do próprio Dorner a narradora não lhe causava comiseração, como se ele reconhecesse que seu ato de voltar é tão somente desespero? É isso o que um trecho da narrativa evidencia:

Também não me saíria da cabeça a configuração gráfica concentrada no meio do retângulo. A imagem que eu havia fixado era a de um cometa atravessando diagonalmente o espaço branco. Foi o que disse a Dorner, que sem desviar os olhos da estátua com os pés em chamas, opinou: – É uma imagem possível para evocar uma tradução: a cauda do cometa seguindo de perto o cometa, e num ponto preciso da causa, esta parece querer gravitar sozinha, desmembrar-se para ser atraída por outro astro, mas sempre

imantada ao corpo a que pertence; a cauda e o cometa, o original e a tradução, a extremidade que toca a cabeça do corpo, início e fim de um mesmo percurso... Desviou os olhos da estátua para mim e acrescentou num tom de brincadeira, quase rindo: – Ou de um mesmo dilema. (HATOUM, 2008, p. 119).

É este, pois, o dilema da narradora. Sempre e irrevogavelmente presa à Manaus, como a cauda ao cometa, mas ansiando desmembrar-se para “seguir em frente”, como fez seu irmão, aparentemente bem estabelecido em Barcelona. A ironia presente na fala de Dorner é de quem acredita que voltar para cidade natal é atitude vã: a narradora está regressando para o lugar com o qual, em certo momento de sua vida, houve uma quebra, uma interrupção de um estado de coisas com o qual ela se irmanava. E para Dorner, reverter a cisão ocorrida é impossível.

Diferentemente do que acreditava a inominada, para quem o ato de voltar é uma tentativa desesperada de recompor a sua identidade, de encontrar qualquer referencial que possa auxiliá-la a se reerguer. Mas, entre a esperança de reconciliação com o lugar em que ela nasceu e o que de fato se efetiva, é a impossibilidade de tal empresa. Entre ambas, a cidade e a personagem, não há identificações; em tudo Manaus a repulsa. Se em algum momento do passado o sentimento de pertencimento para com a terra natal foi abalado, causando a sua saída da cidade; quando se dá o seu regresso, a inexistência de laços afetivos para com tudo o relacionado ao território manauara é também patente.

Após a efetivação da leitura do romance, o leitor verá que é nos capítulos finais que a neta revela sua crise de identidade, ao ponderar sobre o que ela capta mediante o ato de ver em Manaus e sobre São Paulo. Falar do seu eu de então, o do momento de elaboração da carta, é falar da sua relação com esses lugares. Existe forte correspondência entre o seu universo íntimo e o universo externo. A narradora não poderia falar de sua fragmentação identitária sem situar em tal questão a sua relação com Manaus e com São Paulo, haja vista ser a sua perda identitária também reflexo da perda de pertencimento a cada um desses territórios.

Ainda que as referidas cidades sejam apresentadas na narrativa como lugares degradados, com as relações sociais que neles se cultivam perpassadas por valores inautênticos, e a casa como o lugar onde a princípio ela desejava estar após o surto, pois era este o único local onde ainda existiam valores pelos quais ela procurava; é

importante aqui recordar que, no último capítulo da narrativa, a imagem da casa, após a morte de Emilie, é a imagem de um espaço em via de se arruinar:

A casa está fechada e deserta, o limo logo cobrirá a ardósia do pátio, um dia as trepadeiras vão tapar as venezianas, os gradis, as gelosias e todas as frestas por onde o olhar contemplou o percurso solar e percebeu a invasão da noite [...]. (HATOUM, 2008, p. 138).

A casa está caminhando rumo ao seu próprio desmantelamento. Em pouco tempo ela - e tudo o que a ela diz respeito - só irá existir como possibilidade de recordação. Se, mesmo sendo o sobrado o lugar das mais afáveis lembranças da narradora e em torno do qual se constituiu a “esfera da infância”, esta casa em algum momento de sua vida deixou de ser o seu lar, após a morte de Emilie é que ela definitivamente não será. Não haverá, portanto, mais regressos a serem feitos, a não ser como viagens da memória. O seu lar é a cidade e ela está presa nesse mundo.

Não foi, mais uma vez, na sua casa nem tampouco na cidade onde nasceu e cresceu que ela conseguiu finalmente encontrar abrigo. Deverá andar em busca de outro território para se reconstruir a partir do reconhecimento no outro, que é essa uma forma de forjar um caminho para que o “eu” exista. Para que esse eu agonizante e sem contorno se reconheça como parte integrante de um grupo e este, por sua vez, se reconheça na sua individualidade, pois não há como existir sem ser pertencendo. O contrário é estar à margem. Lugar ocupado pela narradora que, como defende Müller, o seu aporte “[...] na família e especialmente na sociedade dá-se [...] via exclusão”. (MÜLLER, 2011, p. 212).

A presença de um nome circunscreve o indivíduo num grupo, indica sua pertença a um clã, seja ela por laços de parentescos, seja por vínculos afetivos. Se o nome representa a forma mais elementar de ser, a mais comum e mais simples de o sujeito se definir; do ponto de vista societário, o anonimato promove o apagamento do indivíduo. A inexistência de um termo próprio para identificação pessoal é o reconhecimento de que não há vida para ser nomeada. A ausência de um nome dado à narradora da obra ratifica essa ideia de que ela está em uma posição desfavorecida, como se para os outros ela nem sequer existisse.

Haver diversas pessoas com semelhante nome não invalida o fato de que nomear um sujeito é fazê-lo existir socialmente, é particularizá-lo, porque nenhum indivíduo é igual ao outro. Mas, se não há nome, não há individualização e sim a sua impessoalização. Embora também estejam à margem os indigentes da Manaus ficcionalmente apresentada, legados e não incluídos no processo de modernização e de urbanização implementado na cidade, há distinção entre eles e a narradora com relação ao estar à margem. A inominada se insere em diversos grupos sociais, mas não consegue neles se projetar, nem neles se manter, por não compactuar com os estilos de vida então disponíveis, fato que a coloca à margem socialmente. Não na mesma margem dos miseráveis de sua cidade natal. Estes, sequer, foram inseridos em outro grupo diferente do qual eles fazem parte, que é o grupo dos excluídos financeira e culturalmente, posição esta que a neta não ocupa.

No que diz respeito à relação da narradora com São Paulo, observou-se que as relações estabelecidas no sul não eram com base em valores verdadeiramente humanos. O individualismo exacerbado tornou a solidão e o isolamento os sentimentos que uniam uns aos outros. As pessoas conviviam entre si, mas a medíocre corrida para a satisfação de desejos materiais, que se impunham, tornou a convivência grupal isenta de propósito maior; e a intimidade e a proximidade, sustentadas em virtude da necessidade de sociabilidade que o homem possui, uma ficção baseada na indiferença civil.

Confidenciando em carta a sua tragédia pessoal – a interdição sofrida por um desequilíbrio psicológico –, a narradora, numa postura pós-moderna, mostra como o seu dilema está atrelado a uma problemática maior: os lugares onde ela se sedentarizou não estão em conformidade com os referenciais autênticos adquiridos na casa da infância, os quais se tornaram modelares para suas relações. A narradora nos fala de sua insanidade e ao fazê-lo demonstra que mesmo os que não foram maculados com o signo da loucura, porque estão separados pelos espaços que ocupam, ela, a clínica de repouso; eles, a cidade, são seus semelhantes.

O que a princípio os difere é que a interdição de uma mente e de um corpo considerados enfermos por não se adequarem à coletividade, incapazes e ameaçadores do convívio pacífico, põem o sujeito à margem. A narradora, por não ter se acomodado ao mundo que ela julga como degradado, é que ocupa posição desfavorecida socialmente. Estar à margem da lucidez e da sociedade torna-se, nessa senda, mais do

que um problema do indivíduo. Revela que a enfermidade se alastrou e atingiu o coletivo, mas a indiferença em que estão mergulhados os torna alheios à própria condição em que se encontram.

Ao expor as razões que a fizeram ser internada, a narradora, condenada à insanidade, espécie de anomalia social, desajustada do padrão que rege os demais, considerados como sãos e saudáveis, lança luz sobre o que supostamente difere ela dos outros, “[...] forçando o seu meio, seja a família e a sociedade, seja a literatura e a linguagem, a reagir, repensando aquilo que imaginam como suas fronteiras, como o que poderia as definir ou delimitar”. (MÜLLER, 2011, p. 130). Imputar o estado da loucura ao outro que está fora dos sanatórios e clínicas de repouso, inserido e transitando pelos mais diversos grupos sociais, dá-se não apenas visando a desferir golpes contra a noção de normalidade e sanidade corrente e, assim, subverter o moralmente aceito.

É também o intuito da inominada demonstrar que a doença pode ir além da nomenclatura e do diagnóstico por uma opinião balizada. Está ela, na verdade, mais presente do que se imagina e do que se deseja. Está nos corpos dos sujeitos, entranhada nas casas e nas famílias; dissimulada, mas existindo. Conduzindo as relações e o trato com o outro. A loucura caracteriza todos. Do centro à margem, da margem ao centro, para a narradora, não há fronteira. Ao gestarem silenciosamente a loucura através de um modo de vida frenético, fútil e isento de sentido, os homens o que fazem é gestar seu tormento e sua própria ruína. Acomodam-se, mas essa fixidez é tênue e frágil; os vínculos podem se rebentar quando menos se espera, quiçá com um surto em que se destrói tudo onde se vive.

A narradora captura o seu entorno, seja Manaus, seja São Paulo, com o olhar e o que vemos é o seu olhar sobre a realidade. O que a inominada recorta do observado para representar na carta é significativo. Observar as diversas cenas descritas do espaço social é acompanhar a sua intenção de problematizar o estado das relações e dos homens. Os lugares que ela nos apresenta se revelam como uma força que contribui para o confinamento dos indivíduos em seus exílios interiores. Se pensar o mundo apartado do sujeito e este fora do mundo é algo impossível, pois um é o que dá existência ao outro, vemos que, na perspectiva da narradora, um é construído como a cópia do outro. As pessoas estão presas em relações inautênticas e isoladas umas das

outras, vivendo num mundo onde a comunicação foi banida do cotidiano. Os seres são vazios e indiferentes ao próximo e o mundo é também vazio e indiferente ao próximo.

Por isso, a sua não pertença e a sua constante perambulação é que fazem desse ser marginal um exilado. Não porque foi banido de sua pátria, mas porque não possui um território com o qual possa se identificar e, assim, se asilar. Por isso, laços estão sempre sendo negados e desfeitos. Primeiro, foram os vínculos familiares e os que tinha com a cidade da infância que foram deixados para trás; depois, os elos estabelecidos em São Paulo. Em seu regresso à Manaus, nada nem os outros ela reconhece; são todos estranhos. É assim também – como uma estrangeira – que os outros a veem. Uma estrangeira que não precisou cruzar fronteiras nacionais para receber tal estereótipo, e que carrega consigo o sentimento de estar em exílio, potencializado pela morte da mãe adotiva e pela ausência da mãe biológica, a responsável pelo seu primeiro desenraizamento, quando a entregou junto com seu outro filho para Emilie.

O seu segundo deslocamento foi vivenciado dentro da própria família adotiva. Lugar no qual ela conviveu com diversas referências culturais e com valores que formaram o seu caráter, tais como amor, solidariedade e união. Müller defende que, em *Relato de um certo Oriente*, os filhos e os netos vivenciam fortemente o drama de estarem situados num ambiente marcado pelo hibridismo cultural. Não são libaneses, nem tampouco brasileiros, e, sim, considerados como imigrantes pelos grupos locais. “Seu problema é não pertencerem mais, nem pertencerem ainda, privados da ilusão de uma identidade unívoca, de um lugar do qual possam imaginar fazer parte”. (MÜLLER, 2011, p. 137).

Vemos, com Müller, que a complexa posição ocupada pela narradora na família de Emilie é fruto da diária negociação que travavam – ela e os outros – com os diversos referenciais culturais então existentes na casa. Poderíamos, entretanto, ampliar o raio de atuação da afirmação da autora para considerarmos que o lugar da neta na família é também confuso por ela ter sido adotada (sempre precisou lidar com um abandono e um acolhimento). São, portanto, plurais os fatores que devem ser considerados quando se reflete a respeito da situação da neta na família. Nesta, o seu lugar é uma espécie de não lugar: é, pois, a inominada um pêndulo que se desloca entre um fim de um enraizamento e a esperança de ainda pertencer, surgida e renovada com a feitura da carta.

O relato seria esse contorno, espécie de moldura almejada, e a escrita da memória a possibilidade de a narradora encontrar-se consigo, buscando fundar, via escritura, algo que se perdeu: identificações culturais, familiares, psicológicas. (CHIARELLI, 2007, p. 68).

Repartida entre dois estados: incluída e não incluída na família, dentro e fora do clã, assim é como a narradora está na família. Mas não é esse também o retrato de sua posição com relação aos seus entornos, o sul e o norte, representados na obra por São Paulo e por Manaus? Inserida nesses espaços, embora sem a eles pertencer, a inominada revela estar em exílio porque em constante movimento, já que ainda não encontrou um abrigo ao qual pudesse se fixar, como procedeu Emilie com Manaus. Apresentando-se como fragmentada, deslocada, em constante movimento e sem contorno mais ou menos fixo a respeito de sua autoimagem, é lícito falarmos que a sua identidade nos é apresentada como uma “desidentidade”.

Por isso que o esforço empreendido por via da memória para recuperar o passado de Emilie, que, em certa medida, é também seu e dos outros personagens que compunham o clã, não é só de caráter nostálgico. Ao ato de incursão no tempo pretérito dá-se a esperança de renovação identitária pela possibilidade de encontro do seu lugar na história de vida de sua mãe/avó. Realizam-se também deslocamentos físicos, entre territórios, visando o mesmo intuito: buscar sentido para si a partir do encontro do seu lugar no mundo. Duas viagens efetivadas – uma pelo seu universo interior e a outra pelo seu exterior – com o intuito de descobrir um abrigo, de prosseguir sem ver a si mesma fragmentada, de dar continuidade ao enredo de sua vida, de escrever novas cartas ao irmão de um lugar que não seja uma nova clínica de repouso.

Lugar onde, aos médicos que faziam um minucioso relatório do seu cotidiano, ela “[...] contava sonhos que não tinha sonhado e passagens fictícias [...] da vida”. (HATOUM, 2008, p.144). Para subverter a ordem e para se divertir, demonstrando, assim, o quão estava lúcida. Quiçá a narradora também não ficcionalizava a seu respeito com o intuito de criar para si e para os outros uma vida distinta da que possuía. Sendo outro personagem, com histórias nas quais haveria mais encontros do que desencontros, mais pertencimento do que errância, mais vínculos mantidos do que desfeitos, mais valores autênticos do que inautênticos.

Ainda que na construção da identidade o vivido possa se aproximar mais do imaginado do que do recordado; inventar deliberadamente passagens fictícias a respeito de uma vida se distingue sensivelmente do ato de recordar. Neste, é inevitável e inconsciente haver uma pequena dose de ficcionalização, quando da reconstrução de eventos passados, em virtude de as lembranças estarem sujeitas ao esquecimento. O que difere sobremaneira da postura da narradora de inventar o que não ocorreu em um tempo que nunca existiu. Não por estranho, *Relato de um certo Oriente* desfecha com a narradora falando sobre o intento de compilar fatos da vida pregressa de Emilie, o que faz com que o leitor, ao cabo de sua leitura, compreenda tudo o que lera como sendo as lembranças de diversos personagens que foram coletadas e organizadas pela neta da matriarca.

Se a ideia de regresso a tempos perdidos se apresenta como um trajeto possível de ser percorrido; é esse mesmo caminho que quando concluído aponta para outra dimensão temporal: para o presente. E, neste, sempre lateja a possibilidade de algo vir ou não vir e à revelia do sujeito.

A cadeia de narrativas prende nossa atenção de leitor, e, com a ajuda da memória, vamos tecendo, durante a leitura, a teia que pode conduzir-nos à construção da imagem de toda a história, a qual se encerra, no livro, como um recorte significativo de um tempo passado, que deixa em aberto a possibilidade de ampliação e continuidade. (BRANDÃO, 2008, p. 84).

Esta ideia sugerida pelo romance – de continuidade, de que algo pode ser escrito e reescrito – se coaduna com a própria noção de identidade ser uma narrativa construída pelo sujeito que é, ele próprio, um eterno devir. Ainda que o relato feito pela neta esteja centrado em Emilie; quando este é finalizado, é inevitável que não se pense na situação da narradora, pois ela, contrariamente à matriarca, ainda resiste. Então, se o futuro ainda não se cumpriu para aquela, quem sabe ela não haverá de se constituir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas precedentes, vimos que o processo de constituição identitária do sujeito se dá em escala temporal. É ele o acúmulo de experiências vividas pelo indivíduo, que está no tempo e no espaço sempre se refazendo. Identidade, portanto, é movimento e mudança, ainda que o sujeito busque, ao construir a sua autoimagem, indicar a permanência de si ao longo do tempo, através de uma rotina sustentada e de ações e práticas exercidas continuamente. Ou seja, manter e ser mantido por um estilo de vida. Este não só ordena o tempo e a vida ao nosso redor; ter um estilo é se organizar enquanto sujeito, pois ao escolher um para seguir o que se faz é escolher um modo de ser.

O mal-estar enfrentado e assumido, sobretudo pelo sujeito pós-moderno, se dá em virtude da substituição da ordem proporcionada pelas instituições, como a família e o trabalho, por exemplo, e do pertencimento a um estilo de vida e a um lugar, pelo constante movimento. É o que faz a narradora de *Relato de um certo Oriente*, que está sempre desfazendo e contestando laços e formas de ser; assim como se deslocando territorialmente em busca de permanência. O seu contínuo movimento, entretanto, não ocorre porque há de sua parte um desejo de se colocar em fluxo ou pelo prazer de experimentação de novas modalidades de ser. Vimos que a inominada muito se desloca como uma consequência da degradação dos valores que norteiam as relações sociais.

Por outro lado, reduzi-la a um mero determinismo social, isto é, dizer que a sua fratura identitária é tão somente fruto da perversão do mundo é negar outros fatores que concorrem para sua crise. Se a casa da infância era onde havia valores autênticos, os mesmos valores que ela buscou quando estava no sul; então, por que deixar o sobrado? Ou, ainda, poderíamos questionar: se a casa da família foi pela narradora abandonada, tendo sido a identificação e o pertencimento para com este território abalados, por que regressar para o lugar com o qual se deixou de dialogar?

Tentamos romper/cortar esses inexplicáveis laços, mas nos vemos sempre voltando ao não-lugar que nos cabe, em uma busca perene, a despeito disso. Mesmo que definitivamente irrecuperável, a casa da infância aceita seu destino: é textualmente perseguida por narradores e personagens que tentam encontrar seu lugar, ou aceitam resignados que não há mais espaço para essa ilusão, sem conseguirem, no entanto, livrarem-se dela por completo [...]. (MÜLLER, 2011, p. 128).

É dessa forma que as palavras de Müller dão corpo à complexa situação da narradora: para se individualizar, laços com a família foram cortados, direções para outros lugares foram tomadas, outras relações foram vivenciadas. Mas, quanto mais a neta de Emilie se distanciava da casa, tanto do ponto de vista espacial quanto do ponto de vista subjetivo, o retorno ao lar se apresentava como um caminho a ser percorrido em algum dia. Como se a volta para a casa fosse um trajeto invisivelmente posto no seu caminho de errante, já desde o momento em que ela partiu de Manaus.

Emilie, inclusive, minutos antes de falecer, fez uma ligação para a casa da mãe biológica da narradora, lugar onde esta tinha chegado na noite anterior, e ainda se encontrava antes de sair para visitar a mãe adotiva. O telefonema era menos um pedido de socorro do que um sinal emitido a esse alguém que de muito longe regressou. Emilie pressentia que ela iria chegar, por isso, não parava de falar na neta e no irmão, conforme disse Hindié. Por isso que a carta é também “[...] uma tentativa de construir uma ponte sobre essa impossibilidade, tocando Emilie de alguma forma [...]”. (SCHWANTES, 2006, p. 89).

O regresso da narradora à casa é uma tentativa fracassada de fazer dela o seu lugar, esse lugar que nunca foi verdadeiramente o seu abrigo. Como tampouco foram Manaus e São Paulo. Cidades que ela nunca habitou de fato, como fez Emilie ao se sedentarizar em Manaus. Em território manauara, a matriarca viveu maior parte de sua vida e criou raízes. A sua casa: seu abrigo e seu mundo. Mas não um universo fechado sobre si mesmo, e, sim, aberto e em diálogo com Manaus, que se fazia presente no sobrado através da comida, da vizinhança, dos amigos e das histórias contadas por Anastácia Socorro. E, assim, se encontrava e se mesclava com o Líbano também existente na casa, seja através da decoração e da comida, ou da rotina que Emilie estacionava para adentrar no espaço da recordação ou, ainda, através das longas frases que escapavam em árabe.

Emilie encontrou-se com Manaus e “O encontro equilibra o nomadismo”. (KRISTEVA, 1994, p. 18), afirma Kristeva. Diferentemente da neta, que sempre renunciava a lugares, a vínculos, a pessoas, em busca de um território, pois desde que deixou a casa em que cresceu, talvez nunca tenha se encontrado afetivamente com nada nem tampouco com ninguém. O seu irmão, em Barcelona, aliás, aparenta ser o seu único interlocutor. Essa atitude da narradora de estar em constante trânsito mostra o

quanto o espaço – a casa e a cidade, nesse caso, – constrói e firma identidades. Porque é na vivência cotidiana e nas interações estabelecidas nesses lugares que o sujeito é e que ele irá se constituir.

As análises empreendidas demonstraram que, se não houvesse a experiência proporcionada pelo lar de habitar, o indivíduo jamais saberia o que é o repouso; estaria ele em eterno deslocamento. Mas o modelo de pertencer da narradora vem de Emilie. De todo o clã, ela, imigrante exilada, foi a única quem se instalou e permaneceu. Permaneceu em costumes e em tradições, permaneceu na instituição familiar, permaneceu na troca de amor, afeto e de companheirismo com a família e com os amigos, permaneceu sozinha na casa mesmo quando todos já tinham debandado, permaneceu em objetos que contavam histórias e em sua rotina de dedicação ao sobrado, permaneceu, ainda, enraizada no seu passado, vivido no Líbano, e no dos outros.

Não podemos esquecer, entretanto, de nos questionar sobre esse pertencimento, pois vimos no segundo capítulo, que o matrimônio para Emilie se deu quase como uma imposição, assim como foi também um imperativo a sua vinda para o Brasil. Se observarmos atentamente, veremos que esses dois fatos mudaram a vida da personagem enormemente: alteraram o rumo de sua vida, fazendo ela se encaminhar para caminhos que não foram escolhidos pela imigrante. O seu exílio não foi opcional e quanto ao casamento e à família, eles não foram, a princípio, almejados pela matriarca. Isso se torna claro quando consideramos que Emilie tinha optado por ser freira. Caso seu irmão não tivesse ameaçado cometer suicídio, provavelmente ela seguiria com sua vida no claustro.

Portanto, é válido perguntarmos: até que ponto o pertencimento à família e à Manaus foi algo que, de fato, se concretizou subjetivamente na própria Emilie? Até que ponto constituir família e morar em Manaus foram planos ambicionados pela matriarca? O seu pertencimento é, na verdade, produto de esforço e de apaziguamento. Apaziguamento, porque a sua vida foi construída de um modo que não era o planejado, e esforço, porque foi necessário empenho cotidiano de sua parte para se manter na vida que possuiu.

Com relação ao espaço citadino, vimos que a sua presença em *Relato de um certo Oriente* se associa mormente à narradora. Seja no estado do sul, seja no estado norte

“Encontramos aqui a figura do indivíduo isolado, exilado ou alienado, colocado contra o pano de fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal”. (Hall, 1998, p. 32). O seu exílio não é geográfico. A inominada não foi expatriada, nem desapossada de sua língua materna, mas o estranhamento para com o outro a faz sentir-se estrangeira em toda parte. Além de motivada por uma “estranha” posição na família, sua condição exílica é criada também em virtude de sua relação e de sua posição na sociedade.

Onde quer que ela se inserisse, o seu discurso-depoimento compunha imagens de grupos sociais despersonalizados, anônimos e solitários na paisagem urbana, indiferentes ao outro e movidos unicamente pela ganância material. Por não compactuar com a degradação e com a desvalorização das relações humanas, dão-se, como consequência, a sua não inserção e a sua não permanência nesses meios; o estar à margem. A viagem de volta para casa se realiza, então, como a única saída a essa mulher exilada, que silencia bastante a seu respeito, mas, por outro lado, recusa a se calar e desvela as chagas sociais dos lugares por onde passa.

Ao noticiar ao irmão que o seu sofrimento e sua crise de identidade são os extremos de uma experiência de uma mulher que não passou incólume pela vida, o seu exílio se apresenta como algo que não foi escolhido nem tampouco para ser desfrutado. Ser estrangeira em toda parte, estranha à sua família, à maternidade, à casa, à cidade, não é uma posição que lhe traz felicidade. A solidão é o seu fardo. Se o desenraizamento e a inexistência de vínculos da narradora para com o outro se fazem claramente presentes na narrativa, se ela perambula e vaga à procura de um território, sempre conduzida pela esperança de que a possibilidade ideal de ser e de viver está em outro lugar, é porque ela está presa em tempos e espaços que definitivamente a ela não agradam.

Quando em São Paulo, foi o ritmo frenético do estilo de vida que a desgostou. No incômodo encontro com Dorner, quando do seu regresso a Manaus, a sensação de que o tempo parecia não passar a angustiava. Em certo trecho da narrativa diz o alemão que poder conviver com outro tempo ao deixar o porto da cidade em que se vive é um privilégio para o homem. Não para a narradora, como se observou no capítulo anterior. O tempo e a vida em Manaus; vagarosos, e em São Paulo, frenéticos, deixavam-na insatisfeita. O modo de ser de Emilie, por exemplo, marcado pela rotinização das atividades cotidianas e pela dedicação à família, não lhe serviu como um exemplo a ser

seguido. A vida na cidade natal, cuja tranquilidade constatada pela inominada é fruto da estagnação cultural, da pobreza e da passividade reinantes na cidade, também não a atrai.

Já o estilo de vida no sul, se aparentemente mais dinâmico, pois um prazer sempre se substituía por outro, era, na verdade, fútil e estéril. Não se pensavam em cultivar projetos de vida nos quais valesse à pena investir sentido. Criar um projeto é se manter em uma atividade e imaginar a existência de um porto onde finalmente se atracará; postura, essa, pouco condizente com o dinamismo ao qual se acostumaram. Por não ter desejado a vida vagarosa de Emilie e a passividade do povo de Manaus, nem tampouco o ritmo convulso de São Paulo; o regresso ao passado – ao seu e ao dos outros personagens – se manifestou com urgência em ser realizado.

É no espaço do tempo perdido que a narradora pode, além de tocar a mãe adotiva, reviver a infância. Esta a sua única raiz. Podemos concluir também que o desajuste social e o sentimento de exclusão da família, propiciados pela sua adoção, tornam-se potência criadora e fazem da incursão pelo passado e da feitura da carta um projeto de vida. Um novo exílio, esse projeto, mas agora voluntário. O ato de escrita simboliza a busca existencial por meio da linguagem. Sem entregar-se à inação, depois de tanto vagar, a narradora investe na palavra não só como forma de dar corpo ao passado, mas também como possibilidade de cura, já que a própria construção identitária é uma construção linguística.

Após seu internamento, em um lugar onde ela pouco exercitava a fala, a necessidade de se expressar e de iniciar uma nova vida surge: precisa fortalecer-se emocionalmente ao expurgar seus dilemas. Por isso que não são raras as passagens em que a linguagem reflete a situação confusa da narradora:

Pensava [...] num navegante perdido em seus meandros, remando em busca de um afluente que o conduzisse ao leito maior, ou ao vislumbre de algum porto. Senti-me como esse remador, sempre em movimento, mas perdido no movimento, aguilhado pela tenacidade de querer escapar: movimento que conduz a outras águas ainda mais confusas, correndo por rumos incertos. (HATOUM, 2008, p. 147).

Incertos porque as próprias palavras são incertas. Como são também as identidades; sempre sujeitas a infinitas reconstruções. Por isso que articulá-las em contextos nos quais os estilos de vida estão priorizando intensamente o fugidio ao invés da permanência, a impessoalização no lugar da pessoalização, torna-se algo ainda mais árduo. Sujeitos despersonalizados são esses que Hatoum, através da narradora, representa em *Relato de um certo Oriente*. Inominada, desajustada, sem contornos definidos, estigmatizada pelo signo da loucura, excluída e auto excluída da família e da sociedade, estrangeira em toda parte, a caracterização dessa personagem se dá por um conjunto de elementos “negativos”.

Hatoum, no romance, cria uma personagem à margem, cuja “estrangeiridade” é dada por um somatório de fatores: traumas com a mãe biológica, passando pela sua não assunção de papéis e funções mormente associadas ao ser mulher, até pela sua não aceitação dos valores inautênticos que regem as sociedades. Entender a fratura identitária da narradora da obra é, pois, tarefa complexa. Pode e deve ser pensada a partir de variados ângulos. Em outras palavras, o autor nos incita a pensar nessas experiências individuais frutos de intensos e de diversos desenraizamentos, como é o caso de Emilie, que sofreu a experiência do exílio e que dela foi usurpado, pelo irmão, o direito de ser freira; e da narradora, que foi expropriada do vínculo com a mãe biológica, que optou pelo seu afastamento da maternidade e que perambulou geograficamente.

Isso, por sua vez, nos leva a outras paragens: à reflexão a respeito do que permanece depois de tantos deslocamentos. E, se algo se mantém, o que seria? No romance, temos duas ficções de sujeito feminino: uma personagem que se assume fragmentada identitariamente, e outra apaziguada, que se esforça para não sucumbir. Os “lugares” que, segundo Bauman, foram responsáveis por garantirem ao sujeito identidades, são representados, na narrativa, não mais como formas de possibilitar estabilidade. A harmonia de Emilie esconde tormento, medo de fraquejar, frustração por não ter tido a vida que gostaria de ter, tristeza e lassidão por saber que o seu único projeto de vida – sua família – se desintegrou.

Em paralelo com o sujeito descentrado, há na narrativa o personagem centrado. Não para que pensemos em termos valorativos, e sim para que reflitamos a respeito do que se pode ganhar e do que se pode perder com uma postura e com outra. Porque

deixar o porto da cidade natal para conviver com outro tempo e com outro modo de vida pode ser um privilégio, bem como um tormento para o indivíduo. Inúmeros portos foram abandonados pela inominada, assim como alguns foram deixados também por Emilie, embora esta última tenha atracado em tantos outros. Isso lhe custou caro, todavia, haja vista a matriarca não ter saído ilesa de suas tentativas de se fazer pertencer.

Ao dispor na narrativa, como numa encruzilhada, dois modos de ser e de estar que, a princípio, em muito se diferenciam; mas, que, na verdade, aproximam-se, pois caso a narradora tivesse, por exemplo, assumido papéis reconhecidamente como sendo do universo feminino, provavelmente ela estaria em situação existencial semelhante a da sua avó, Hatoum põe em questão se, na contemporaneidade, o ato de permanecer identitariamente é possível. O autor incita a dúvida e esta se dissolve no próprio romance. É, sim, possível manter-se sem identidade cindida, mas não sem conquistar algumas fraturas. Não sem morrer e sem se perder um pouco diariamente. Cabe ao sujeito, portanto, escolher uma maneira de ser favorável a si mesmo em meio às possibilidades existentes.

Relato de um certo Oriente apresenta dois caminhos possíveis: se o suposto limite que separava a inominada, estigmatizada como louca, dos outros, sãos, foi por ela própria questionado, é porque as fronteiras que segregam se mostram mais imaginárias do que reais. Sair do mutismo e do isolamento, ainda que sejam atos difíceis e torturantes para quem esteve exilado em seu próprio interior, é possível e necessário, bem como mostrar as incongruências de um tipo de pertencer, descortinando o que ele pode possuir de mais perverso e de prejudicial ao sujeito. Ou, ainda, é possível proceder como fez Emilie: manter-se com fraturas, mas sem identidade fraturada, na instituição familiar, no casamento, na religião, no apego obsessivo pelo outro e descontrolado pelo tempo e pelos lugares do passado, pela imagem da própria vida quando esta era outra, ainda em muito distante da vida que se tem no presente.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Tempo, memória e identidade – algumas considerações. **Política & Trabalho**, 2011, v. 34, p. 41-72.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II**: Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

BRANDÃO, Antonia Marisa Rodrigues. O narrador-ouvinte de *Relato de um certo Oriente*, romance de Milton Hatoum. **Kalíope**, São Paulo, 2008, n. 1, p. 82-108.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCLINI, Néstor García. Entrada. In:_____. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 17-30.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CHIARELLI, Stefania Rota. **Vidas em trânsito**: as ficções de Samuel Rawet e Milton Hatoum. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. Retalhos de Brasil. **Escrita**, v.6, p.1, 2005.

Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

CURY, Maria Zilda Ferreira. De orientes e relatos. In: SANTOS, Luis Alberto Brandão; PEREIRA, Maria Antonieta (Orgs.) **Trocas Culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 165-177.

DaMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

EAGLETON, Terry. Ambivalências. In:_____. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 29-50.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FIDELIS, Ana Cláudia e Silva. **Entre orientes – viagens e memórias. A narrativa Relato de um certo Oriente, de Milton Hatoum**. 1998. 147f. Dissertação (Mestrado

em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In:_____. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992, p.129-160.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: 2007.

HAESBAERT, Rogerio. **Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha” no nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. New ethnicities. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Eds.). **The post-colonial studies reader**. London: Routledge, 1997, p. 223-227. Disponível em: <http://www.mohamedrabeea.com/books/book1_3985.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro, 2017.

HANANIA, Aida Ramezá. Milton Hatoum, 05/11/93. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/Collat6>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

HIRSCH, Marianne. The generation of postmemory. In. **Poetics Today**, Durham: Duke University Press, 2008, p. 103-128.

JARDIM JUNIOR, José Carlos. Escrita, narrativa e relato em Milton Hatoum. **Mafuá**, 2006, v. 5, p. 6.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**. A mulher Freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEMO, Chelén Fischer de. Manaus iluminada pela borracha: mudança tecnológica e modernização urbana no final do século XIX e início do século XX. **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, Brasil, 2011, pp. 1-19.

LUKÁCS, Georg. **A Teoria do Romance**. São Paulo: Duas Cidades, 2009.

MENESES, Adélia Bezerra de. Scherazade ou do poder da palavra. **Remate de Males**, 1987, v. 7, p. 115-124.

MÜLLER, Fernanda. **A literatura em exílio**: uma leitura de Lavoura Arcaica, Relato de um certo Oriente e Dois Irmãos. 2011. 272f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina.

NASSAR, Raduan. **Lavoura Arcaica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NORA, Pierre. Entre memória e história: reflexões metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, 1993, n. 10, p. 07-28.

OLIVEIRA, José Aldemir de; MAGALHÃES, Soraia Pereira de. A circulação na Manaus da Belle Époque: Modernização e exclusão. **Mercator**: Revista de Geografia da UFC, Manaus, 2003, v. 4, n. 2, p.45-56.

PAZ, Octavio. **A outra voz**. São Paulo: Siciliano, 1993.

PELLEGRINI, Tânia. Milton Hatoum e o regionalismo revisitado. In: CRISTO, Maria da Luz Pinheiro de. **Arquitetura da memória**: ensaios sobre os romances Dois irmãos, Relato de um certo oriente e Cinzas do Norte de Milton Hatoum. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, UNINORTE, 2007, p. 98-118.

PERRONE–MOISÉS, Leyla. Da cólera ao silêncio. In: **Cadernos de Literatura Brasileira**, n 2, Instituto Moreira Salles, 1996, p. 69.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

RICOEUR, Paul. Identidade pessoal e identidade narrativa. In:_____. **O si-mesmo como um outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 111-144.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In: CANDIDO, Antonio; ANATOL, Rosenfeld; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles (Orgs.). **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 9-51.

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In:_____. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46-61.

SANTIAGO, Silviano. Autor novo, novo autor, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26/04/89, Caderno de Ideias, p. 4.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. **Tempo social**, 1994, v. 5, p. 31-52.

SCHWANTES, Cintia Carla Moreira. Relato de um certo Oriente e a morte da mãe. **Portuguese Cultural Studies**, 2006, v. 10, p. 85-91.

SCRAMIM, Susana. O território da identidade. **Cult**, São Paulo, 2000, p. 10-11.

SIMMEL, George. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

TRINDADE, Maria de Nazaré Barreto. Identidade feminina no Relato de um certo Oriente. **Investigações**, UFPE, 2012, p. 93-114.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Cultura e imigração árabes: influência na sociedade brasileira. In: Seminário Internacional de relações entre o Brasil e o mundo árabe. 2000, Brasília. **Anais do Seminário Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p. 295-341.